

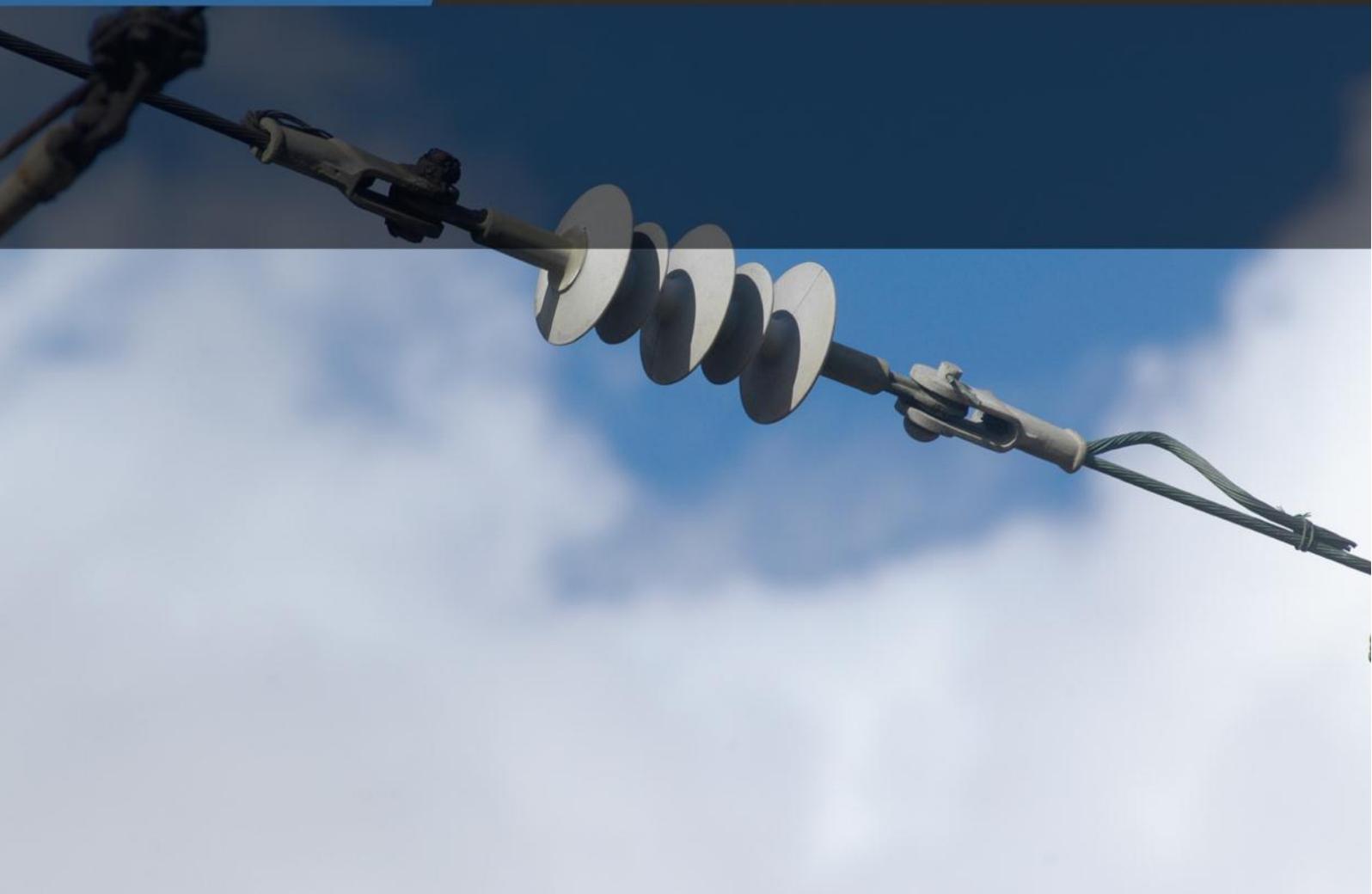


**RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADO
GRUPO REFER**

2012

REFER  **GRUPO**

PARTE I
RELATÓRIO DE GESTÃO



Índice

| | |
|--|----|
| Mensagem do Conselho de Administração | 4 |
| Estrutura Acionista do Grupo | 5 |
| Áreas de Negócio..... | 16 |
| Gestão da Infraestrutura Ferroviária | 16 |
| Engenharia no Setor Ferroviário | 20 |
| Serviços de Telecomunicações | 28 |
| Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais | 33 |
| Recursos Humanos..... | 35 |
| Análise Financeira..... | 37 |
| Perspetivas de Futuro | 41 |
| Proposta de Aplicação de Resultados | 42 |
| Demonstrações Financeiras e Notas | 45 |

Mensagem do Conselho de Administração

O Grupo REFER apresenta, as demonstrações financeiras consolidadas relativamente ao exercício de 2012, por força do Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de julho. As empresas alvo desta consolidação são a Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., a REFER Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A., a REFER Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., a REFER Engineering, - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A. e a empresa RAVE – Rede de Alta Velocidade, S.A.

A missão da REFER é a Gestão da Rede Ferroviária Nacional (RFN), nas suas vertentes de construção, conservação, preservação do Património e gestão da capacidade estando as atividades da empresa enquadradas pelos objetivos estratégicos definidos pelas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário:

- Melhorar a acessibilidade e mobilidade, para que daí decorra um aumento da quota de mercado para o transporte ferroviário;
- Garantir padrões adequados de segurança, interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor de eficiência;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação.

A atividade do Grupo REFER, em 2012, foi marcada pelos constrangimentos decorrentes da atual conjuntura económica e financeira desfavorável.

Do ano de 2012 há a destacar o desagravamento do défice operacional em cerca de 51 milhões de euros em linha com os objetivos setoriais preconizados nos instrumentos de política económica nacional, é de referir também o investimento realizado em construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária, efetuado pela REFER por conta do Estado, sendo os ativos integrados no Domínio Público Ferroviário. Os investimentos realizados ascenderam, em 2012, a 62 milhões de euros.

O volume consolidado de negócios do Grupo atinge cerca de 166 milhões de euros em 2012 e o EBITDA, embora ainda negativo em cerca de 10 milhões de euros, é inferior ao do ano anterior em cerca de 58 milhões de euros.

A REFER, EPE como entidade consolidante representa mais de 85% do volume de negócios consolidado e de 98% do ativo consolidado. O seu Relatório individual de Gestão do exercício de 2012, apresentado conjuntamente com as contas separadas, expõe detalhadamente e em toda a plenitude a atividade desenvolvida pela REFER, EPE e integra o Relatório de Governo da Sociedade e o Relatório de Sustentabilidade.

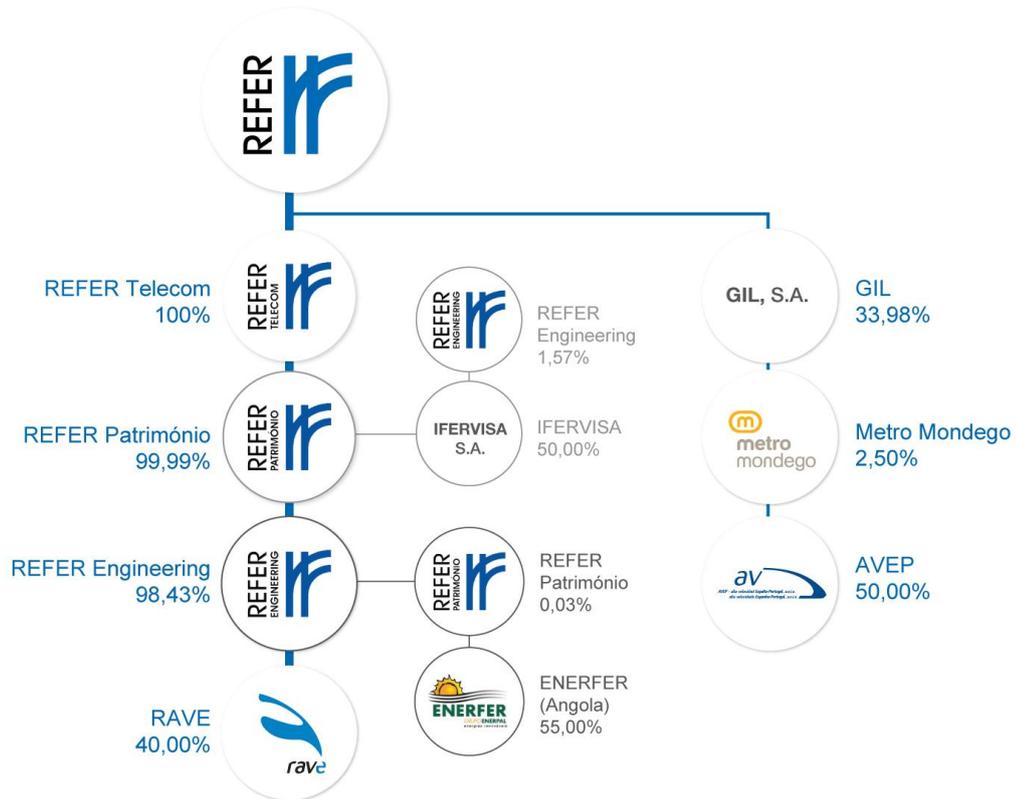
Estrutura Acionista do Grupo

No final do ano de 2012, o Grupo REFER é constituído pelas empresas constantes do organigrama infra.

Preconiza a Lei nº55-A/2010 (OE 2011) que a RAVE- Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A. deveria ser extinta, devendo toda a sua atividade ser integrada no seu acionista REFER, E.P.E..Ao longo de 2012 procedeu-se à integração total da atividade, tendo a REFER assumido todas as responsabilidades contratuais daí decorrentes.

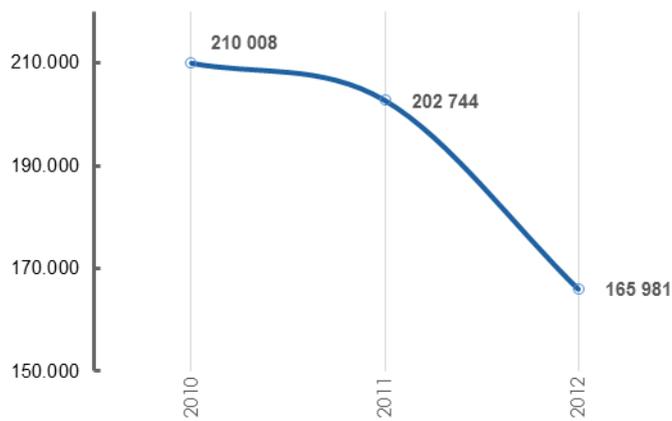
Decorrente da referida integração, em 27 do novembro de 2012, decidiu a Assembleia Geral da RAVE a sua sucessão no Agrupamento Europeu de Interesse Económico – Alta Velocidade Espanha Portugal – AVEP, tendo sido aprovado que a REFER sucederia a RAVE nesta participação. Deste modo o Agrupamento AVEP é detido diretamente pela REFER em 50% do seu capital social.

A REFER detém ainda em parcerias com outras entidades, não relevadas, no organigrama dado que não integram o perímetro de consolidação contabilística; são elas Acordo de Associadas entre EDP- Distribuição de ENERGIA, S.A., PT-Comunicações S.A., EDP – Renováveis Portugal, S.A., EPAL- Empresa Pública de águas Livres, S.A., REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. e a REFER, E.P.E.. Esta associação tem como objeto a promoção da segurança de ativos técnicos. O esforço financeiro de participação traduz-se no pagamento de uma quota mensal.

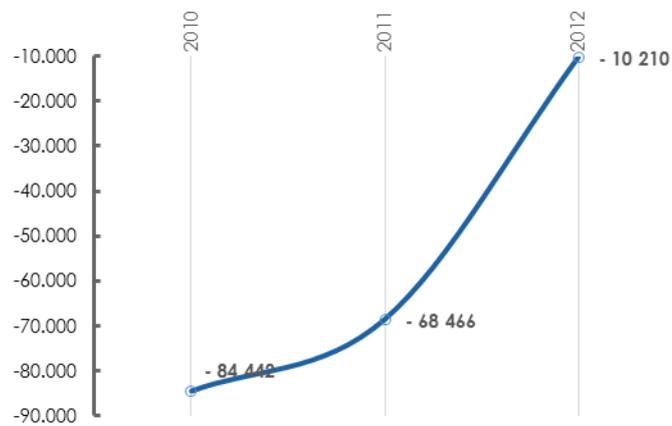


Principais Indicadores do Grupo

Volume Negócios Consolidado incluindo Indeminizações Compensatórias [milhares de euros]



EBITDA Consolidado [milhares de euros]



Acontecimentos mais relevantes em 2012 no Grupo REFER

Após a primeira fase da empreitada “Conceção/Execução de estabilização do talude de aterro, entre o km 252,940 e o km 253,010, na Linha do Sul” recorrendo a microestacas procedeu-se à consignação da segunda fase dos trabalhos com uma cortina de estacas ancorada na base do aterro e duas paredes ancoradas a executar num patamar intermédio e ao nível do topo do aterro.



Foi concluída a empreitada de renovação da superestrutura de via na estação de Portimão, resultando em ganhos de segurança e redução dos custos de manutenção; a obra incorporou a reutilização de alguns materiais, nomeadamente carril, aparelhos de mudança de via, travessas de betão bi-bloco e monobloco.



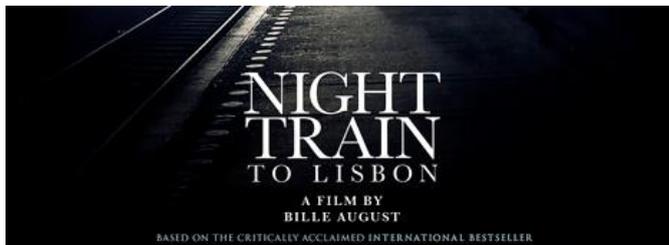
Foi disponibilizado um novo sistema de informação de suporte à atividade dos Centros de Comando Operacional, denominado de “Portal dos CCO”, desenvolvido exclusivamente por recursos internos, permitindo assegurar uma maior automatização de processos e aumento de eficiência da organização.



No âmbito de supressão e reclassificação de PN, foi apresentado um caderno de informação referente a 2011, ano em que se registou um número de 25 acidentes, valor significativamente melhor que a meta de redução fixada para 2015, antecipando e ultrapassando, em quatro anos, o cumprimento dos objetivos estabelecidos



As estações ferroviárias de Santa Apolónia, Rossio e Pêro Negro acolheram a produção cinematográfica Night train to Lisbon, do reconhecido realizador dinamarquês Bille August



Foram melhoradas as acessibilidades e a segurança nos atravessamentos pedonais na Estação de Coimbra B, com a substituição dos três atravessamentos pedonais de nível por um único a Sul da estação entre outros.



A REFER participou no Seminário - "Juntos na Prevenção de Riscos Profissionais: Estratégias e Contributos para o Futuro No âmbito das comemorações do Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho



Foi concluída, a empreitada de alteamento das plataformas da Estação de Vale de Figueira, na Linha do Norte, que teve como objetivo reduzir a distância entre o comboio e os cais de passageiros.



Foi assinado um protocolo de parceria técnico-científica entre a REFER e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) no âmbito do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).



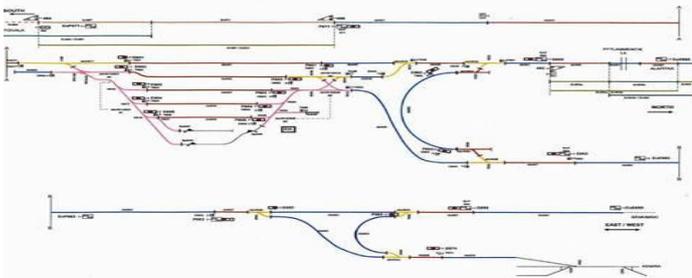
Foram consignados os trabalhos da empreitada de reforço dos encontros da Ponte Mondego Novo, ao km 216,483, da Linha do Norte, os trabalhos têm por objeto a execução de micro-estacas nos encontros, execução de maciços de encabeçamento das micro-estacas em betão armado, reparação das juntas metálicas entre os encontros e o tabuleiro e injeção de fendas nas alvenarias dos encontros.



Depois da revista norte americana “Travel + Leisure” ter distinguido a Estação de São Bento como uma das 14 mais belas do mundo, também a norte-americana Flavorwire inscreve duas estações ferroviárias nacionais, Rossio (Lisboa) e São Bento (Porto), entre as dez mais belas do mundo.



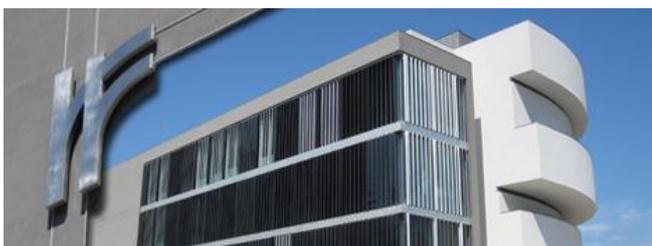
Conclui-se com sucesso, a prestação de serviços efetuada pela REFER, sobre realização de ensaios de software de sinalização para a estação de Siilinjärvi (na Finlândia).



A Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, foi palco da gravação de uma das cenas da série Depois do Adeus, da RTP



A REFER recebeu a visita de uma Delegação da RFF - gestor da infraestrutura ferroviária francesa com objetivos de intercâmbio e partilha (“benchmarking”), com o propósito principal de conhecer os sistemas de gestão da circulação utilizados na REFER.



A REFER assinalou o "Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível" com ações de sensibilização e informação realizadas em diversos locais.



Foi aprovado em Conselho de Ministros a nomeação dos membros Conselho de Administração da REFER, E.P.E



Depois do hostel da Estação do Rossio e ocupando os antigos espaços de escritórios, do 1º piso do edifício da Estação do Cais do Sodré, abriu ao público o novo hostel "Beach Hostel Destination" nesta estação.



Foi encerrado à exploração ferroviária o Ramal de Cáceres (Torre das Vargens / Marvão-Beirã).



Através do Despacho nº 12646/12 do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a REFER integra uma unidade de missão para a elaboração da "Carta da Mobilidade Ligeira", que visa ser adotada como referência

científica, técnica e informativa em todos os capítulos da mobilidade ligeira em Portugal.



A REFER contratualizou com a Siderurgia Nacional (Seixal) a alienação de aproximadamente 45.000 toneladas de resíduos (carril e material ferroso miúdo). Esta medida terá grande impacto no Complexo Logístico do Entroncamento, nomeadamente, ao nível da limpeza, libertação de área utilizada, criação de valor e de condições para uma melhoria significativa da organização daquele espaço e, conseqüentemente, redução de custos de gestão, de segurança e de manutenção.



Foi publicada no Diário da Republica de 12 de outubro a intenção, através da Direção-Geral do Património Cultural, de classificar como Monumento de Interesse Público (MIP), o Núcleo Museológico dos Caminhos de Ferro de Santarém, bem como a fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP) desta estação



Foi elogiada nos sítios internacionais Inhabitat e Intralld a Estação de Lisboa – Oriente dando especial atenção à “cobertura em forma de folha que parece tão leve como o ar”.



Foi concluída a empreitada de reforço dos encontros da Ponte Mondego Novo, ao km 216,483, da Linha do Norte consignados em maio.



O Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) emitiu e renovou a Autorização de Segurança à REFER pelas atividades de gestão e exploração da infraestrutura ferroviária pelo prazo máximo legalmente previsto de cinco anos.



Visando o desenvolvimento internacional de atividades e negócios de âmbito ferroviário, e ainda o estreitamento de relações com os países de língua oficial portuguesa, concretizou-se, uma visita do Senhor Ministro dos Transportes de Moçambique, ao CCO de Lisboa

Foi elaborado, em conjunto com a CP, um Estudo de Satisfação do Cliente, cujos resultados se encontram em análise e irão permitir a implementação de melhorias tendentes ao aumento da satisfação dos utilizadores.

Foram rececionadas as 81 estações concessionadas à CP, sendo 51 na área da Grande Lisboa, a 13 de abril, e 30 na área do Grande Porto, a 1 de junho, em articulação com os órgãos da REFER, na sequência de rescisão do contrato de concessão celebrado entre a CP e a REFER.

Ao nível do registo e arquivo digital de documentos, foram efetuados cerca de 7000 escrituras, desenhos e autos de delimitação, dos quais 6600 do arquivo histórico da REFER.

Foi dinamizada a comercialização da solução “*cloudsolutin*”

Foram implementados processos para obtenção da Certificação ISO27001, no segmento das telecomunicações.

Foram efetuadas várias abordagens ao mercado internacional em todos os segmentos de negócio do Grupo, através de participações em concursos internacionais, grupos de trabalho, conferências.

Os acontecimentos mais relevantes ocorridos após o encerramento do exercício são relatados pormenorizadamente nas notas anexas ao presente relatório e às demonstrações financeiras.

Áreas de negócio

Sendo a REFER, E.P.E., uma empresa cuja atividade central é a gestão da infraestrutura ferroviária coexistem, no entanto, outras áreas de negócio que são cobertas pelas suas participadas. São elas Gestão do Património Ferroviário, Engenharia no Setor Ferroviário e as Telecomunicações.

Gestão da Infraestrutura

A gestão da infraestrutura ferroviária nacional está atribuída à REFER, determinando os seus estatutos que a “REFER tem por objeto principal a prestação de serviço público de gestão da infra - estrutura integrante da rede ferroviária nacional.”

Para assegurar a prossecução da sua atividade direcionou a sua estrutura para duas áreas complementares entre si:

- **Gestão de Infraestruturas:** esta vertente abrange a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infraestrutura ferroviária e a gestão dos respetivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo sinalização, regulação e expedição, de forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público ferroviário.
- **Investimento:** compreende a construção, instalação e renovação da infraestrutura, atividade desenvolvida por conta do Estado (bens que integram o domínio público ferroviário).

Volume de
Negócios
Individual

140
milhões
de euros

Resultado
Operacional
Individual

- 28
milhões
de euros

A REFER desenvolve ainda **Atividades Complementares**, com vista à rentabilização de outros recursos não afetos diretamente à infraestrutura ferroviária.

Principais Indicadores da Atividade

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|--------|--------|--------|
| Comboio quilómetro (CK) (10 ³) | 39 677 | 37 222 | 35 022 |
| Rendimentos Utilização da Rede (10 ³) | 61 370 | 58 137 | 71 258 |
| Extensão da rede (km) | 3 619 | 3 619 | 3 619 |
| Com tráfego ferroviário | 2 843 | 2 794 | 2 541 |
| Sem tráfego ferroviário | 776 | 825 | 1 078 |

Em 2012 a REFER disponibilizou aos operadores ferroviários 2541 Km de via na rede ferroviária nacional.

A REFER tem instalado na ferrovia sofisticados sistemas de controlo de velocidade. O **Convel** é um sistema partilhado entre os Operadores e a REFER, que permite assegurar elevadíssimos níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. Este sistema apoia a atividade de condução do maquinista, avisando-o das condições de circulação e atuando no sistema de frenagem (obrigando o comboio a parar) sempre que não for cumprido algum requisito de segurança.

Este sistema está instalado em cerca de 1.639 Km de rede.

O sistema **Rádio Solo-Comboio** (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da REFER para regulação de tráfego. Deste modo, são permitidas comunicações entre o Posto de Comando e o maquinista, as estações e o maquinista e ainda, entre os maquinistas de dois comboios.

Este sistema de segurança está implementado em 1 506 km de rede ferroviária.

Realizaram-se, em 2012, na rede ferroviária nacional 35 milhões de Comboios Quilometro (Ck), o que representa uma quebra de 2 milhões de Ck face ao período homólogo de 2011.

unidade: milhões de CK

| UTILIZAÇÃO da REDE | 2011 | 2012 | Var 2012/2011 | % |
|--------------------|---------------|---------------|------------------|------------|
| Passageiros | 29 862 | 28 490 | - 1 372 | -5% |
| Mercadorias | 6 376 | 5 693 | - 683 | -11% |
| Marchas | 881 | 839 | - 42 | -5% |
| TOTAL | 37 119 | 35 022 | - 2 097 | -6% |

O segmento que representa maior quebra, em termos absolutos, é o segmento de passageiros, com uma quebra de 1,3 milhões de Ck. A quebra generalizada de Ck realizados resulta de fatores diversos sendo o mais relevante as questões de conflito laboral que originaram greves diversas ao longo do ano, com a consequente supressão de comboios.

Apesar da redução de atividade decorrente do forte abrandamento na vertente do investimento, a REFER registou um incremento nos rendimentos provenientes da Tarifa de Utilização - preço que a REFER cobra aos operadores ferroviários pela utilização da infraestrutura. Esta tarifa é regulamentada pelo IMT – Instituto da Mobilidade e Transportes. O IMT através do seu regulamento nº 630/2011 definiu novas regras de cálculo das tarifas de Serviços Essenciais, sendo agora estes serviços incluídos na remuneração paga pela utilização da infraestrutura. Deste modo a REFER registou um incremento, nos seus rendimentos, de 13,2 milhões de euros (registando em 2012 o montante de 71,3 milhões de euros contra 58,1 milhões de euros em 2011).

Ao nível do Investimento e, apesar dos constrangimentos decorrentes das medidas restritivas implementadas, quer pelas Tutelas quer pela própria conjuntura económica e financeira desfavorável, a REFER investiu em 2012 em Infraestrutura de Longa Duração cerca de 46 milhões de euros (a custos técnicos), representando o nível de investimento mais baixo realizado nos últimos anos.

Evolução do Investimento 2002 . 2012
[milhares de euros]



As principais ações realizadas visam garantir elevados níveis de segurança, de pessoas e bens, assim como elevados níveis de qualidade do serviço prestado. Os principais investimentos realizados incidiram:

Síntese de Investimentos ILD e EAG - 2012

investimento a custos técnicos unidade: milhares de euros

| Orcamento de Investimentos | Real | % Total |
|---|---------------|-------------|
| Total | 46.385 | 100% |
| Infraestruturas de Longa Duração | 45.916 | 99% |
| Ligações Inter-regionais | 7.152 | 15% |
| Ligações às Plataformas Logísticas e Portos | 2.920 | 6% |
| Áreas Metropolitanas | 17.053 | 37% |
| Segurança e Eficiência da Rede | 8.525 | 18% |
| Sistema de Mobilidade do Mondego | 333 | 1% |
| Renovação e Reabilitação da Infraestrutura | 5.210 | 11% |
| Investimento associado à Alta Velocidade | 4.725 | 10% |
| Estruturas de Apoio à Gestão | 469 | 1% |
| Investimentos de Funcionamento | 466 | 1% |
| Estudos | 3 | 0% |

Nota: não inclui concessões da AV

Resultados Individuais

Resultado Operacional Individual

[10³ euros]

| | 2011 | 2012 |
|---|-----------------|-----------------|
| Rendimentos Operacionais | 181 403 | 153 415 |
| Gastos Operacionais | 270 835 | 181 300 |
| Resultado Operacional Individual | - 89 432 | - 27 885 |

Em 2012 a REFER registou uma melhoria significativa no seu resultado operacional cumprindo deste modo um dos seus objetivos – promover a sustentabilidade financeira da empresa.

O Resultado Operacional individual passou de um resultado negativo de **89 milhões** de euros em 31 dezembro de 2011 para um resultado, ainda negativo, de **28 milhões** de euros em 31 dezembro de 2012.

Esta melhoria resulta do efeito conjugado do decréscimo nos gastos operacionais (-33% face a 2011) conjugados com o decréscimo nos rendimentos operacionais (-15% face a 2011).

Engenharia no Setor Ferroviário

A REFER Engineering,S.A. (anteriormente designada FERBRITAS) é a empresa que detém o conhecimento na área da engenharia associada à atividade ferroviária. Focaliza a sua atividade na prestação de serviços, enquanto empresa de engenharia do Grupo REFER; tem como objeto principal o desenvolvimento de intervenções integrais e integradas que tecnicamente suportam e contribuem para a concretização de atividades pertinentes aos objetos das empresas que constituem o Grupo.

Volume de
Negócios
Individual

4
milhões
de euros

A sua atividade é direcionada na sua quase totalidade para o Grupo. Do seu volume de negócios, cerca de 96% é realizado com a empresa-mãe - REFER, E.P.E.

Resultado
Operacional
Individual

-2
milhões
de euros

De entre as suas atividades desenvolvidas destacam-se:

Estudos e Assessorias de Transporte – esta área dedica-se principalmente às atividades relacionadas com o planeamento de sistemas de transportes, com especial enfoque no transporte ferroviário, destacando-se as seguintes tipologias de prestações:

- Estudos de mercado e de procura em sistemas multimodais de transportes;
- Estudos de viabilidade técnica, económica e financeira;
- Estudos de conceção de infraestruturas ferroviárias - apoio aos estudos de viabilidade de traçado; definição de layouts de estações e de terminais ferroviários de plataformas logísticas;
- Análise, gestão e otimização da capacidade em sistemas de transportes;

- Estudos de exploração ferroviária – planeamento integrado das infraestruturas e da exploração; conceção de horários, análises de capacidade e de estabilidade;
- Desenvolvimento funcional de sistemas de informação geográfica (SIG);
- Assistência técnica em processos de concurso – preparação, lançamento, análise de propostas;
- Assessoria nas diversas fases de estudos e implementação de Sistemas de Transporte Coletivo em Sítio Próprio (TCSP), em particular de Metros Ligeiros de Superfície.

Esta atividade praticamente não teve expressão em termos de volume de negócios, em 2012, registando uma quebra de 98% face a 2011.

Como principais projetos é de referir:

Estudo de apoio à implementação de um Sistema de Transporte Coletivo em Sítio Próprio (TCSP) para a Coroa Norte da Cidade de Lisboa – para a Câmara Municipal de Lisboa, sendo a FERBRITAS subcontratada da empresa Way2Go. Trabalhos iniciados no final de Novembro;

- *Concorso di idee per la Linea Tione-Trento – Linea Azzurra* – Apresentação da pré-ideia em julho/2012. Como resultado da apreciação da pré-ideia, o agrupamento que a FERBRITAS integra foi incluído na “short-list” de 10 concorrentes, convidados a apresentar proposta, tendo-se classificado em 5.º lugar (entre 36 concorrentes).
- Troço Sines / Ermidas / Grândola – Estudo de viabilidade – Comparação de soluções de traçado para a ligação do Porto de Sines à Linha do Sul, considerando duas alternativas de amarração da Linha de Sines: Ermidas e Grândola-Norte. Análise comparativa das diferentes alternativas de traçado, através da realização de simulações de marcha de comboios de mercadorias, para diferentes cargas rebocadas, utilizando o programa OpenTrack;

Perante uma situação conjuntural de baixa generalizada de atividade, foram realizadas diversas iniciativas e contatos no sentido de encontrar um novo posicionamento no mercado para a área dos estudos, tendo sempre presente a desejável continuidade para as fases subsequentes de desenvolvimento, que permitam envolver as restantes áreas da Empresa.

Durante o ano de 2012 a área de Estudos coordenou e/ou participou na elaboração de propostas da Empresa, para 23 concursos internacionais.

Projetos Ferroviários - esta área desempenha um papel muito relevante na conceção, elaboração, integração e coordenação de estudos e projetos eminentemente ferroviários (desde a fase de estudo de viabilidade até à fase de projeto de execução, incluindo trabalhos preparatórios e assistência técnica), maioritariamente no âmbito das necessidades do grupo REFER em linha com a renovação e manutenção da Rede Ferroviária Nacional.

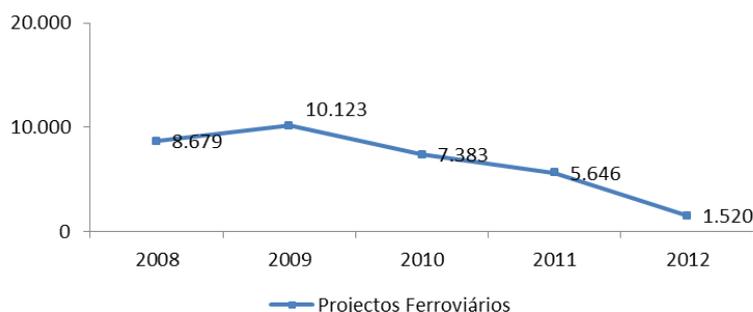
Sendo sua missão o desenvolvimento e coordenação de estudos e projetos ferroviários, participa ativamente em projetos nas seguintes vertentes:

- Projetos multidisciplinares no âmbito da ferrovia pesada, nos subsistemas Convencional e de Alta Velocidade;
- Projetos de Metro Ligeiro e
- Plataformas Logísticas.

Esta área de projetos ferroviários assenta a sua capacidade e competência técnica em gabinetes de especialidade nos seguintes domínios: Topografia e Cadastro, Geotecnia, Via-férrea e Catenária.

Projectos Ferroviários

Euros



Em 2012 esta atividade registou uma redução significativa (-73%) a qual resulta essencialmente dos constrangimentos orçamentais em termos de investimento público e das medidas de racionalização preconizadas para o Setor Empresarial do Estado (às quais a REFER se vê obrigada) com um direto e forte impacto na carteira de negócios da FERBRITAS, em particular nesta área de estudos e projetos.

Nesta área destacam-se:

- Projeto de execução da modernização da Linha de Cascais;

- O estudo prévio e projeto de execução da nova estação ao Km 118 da Linha do Sul;
- O programa base Sines/Grândola;
- O programa base e estudo prévio do troço Areeiro/Sacavém até à data da sua suspensão.

No sentido de racionalizar e otimizar esta atividade, a FERBRITAS desenvolveu esforçada no sentido de explorar oportunidades de negócio externas na área da ferrovia, no mercado nacional e internacional, através de associação com empresas parceiras.

Como projetos relevantes em 2012, é de referir:

- Projeto de execução da modernização da Linha de Cascais;
- Elaboração de estudo prévio e projeto de execução para a Nova Estação Técnica ao PK 118+500 da Linha do Sul, com coordenação de segurança de projeto;
- Delimitação do património (REFER Património);
- Programa base e estudo prévio do troço Areeiro / Sacavém (coordenação pela área de Projetos Especiais – contrato suspenso em Outubro/2012);
- Prestação de serviços para a elaboração de programa base e estudo preliminar de impacte ambiental (EPIA) para a ligação ferroviária de Sines à Linha do Sul;
- Metro Mondego (apenas AT).

Sistemas de Informação Geográfica - Embora Portugal se encontre ainda numa fase relativamente incipiente, é internacionalmente generalizado o entendimento de que a adoção e difusão faseada da aplicação de tecnologias de informação geográfica permitem a eficiente atualização permanente da informação e a respetiva utilização dinâmica, com elevados níveis de eficácia. É neste contexto, ciente da importância estratégica e operacional que a informação recolhida e produzida apresenta, bem como a gestão do conhecimento que proporciona, que a FERBRITAS decidiu inovar no âmbito da Engenharia de Transportes, adotando a aplicação dos sistemas de informação geográfica aos seus processos de produção.

Nesse sentido a FERBRITAS desenvolveu uma aplicação - Sistema de Informação Cadastral (SIC) - que se destina ao controlo e gestão patrimonial do cadastro predial, rústico e urbano, e de outros ativos.

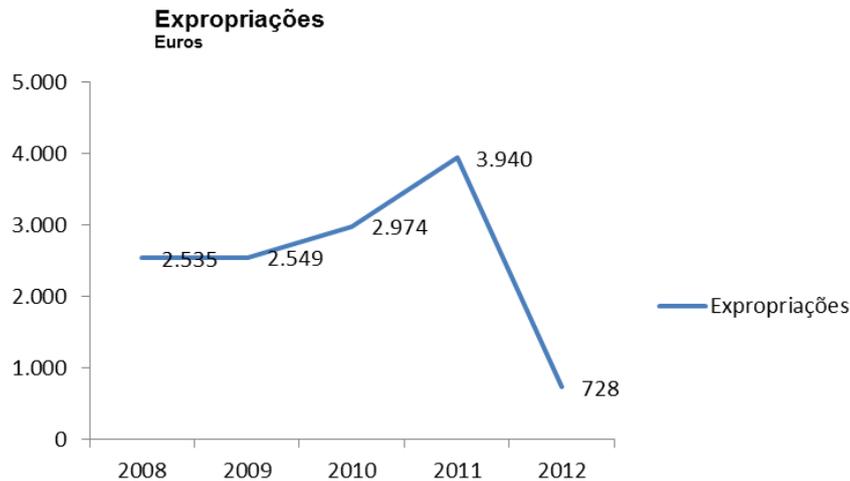
Tal como nas restantes áreas esta atividade registou igualmente um decréscimo significativo face a 2011 (-21%).

Planeamento, Gestão e Fiscalização de Empreendimentos – esta atividade, certificada norma NP EN ISO 9001:2008, desenvolve-se essencialmente na prestação de serviços de Assessoria e Fiscalização incluindo a Coordenação de Segurança em Obra em projetos de modernização e expansão da rede ferroviária nacional.

Da atividade desenvolvida destaca-se:

- Prestação de serviços de assessoria e fiscalização no âmbito da Quadruplicação da Via e Remodelação das Estações de Barcarena e de Cacém na Linha de Sintra,
- Assessoria à gestão do projeto especial de Mobilidade do Metro do Mondego;
- A prestação de serviços à REFER TELECOM no âmbito do projeto do Caminho de Cabos de Telecomunicações nos troços entre Coruche e Vidigal na Linha de Vendas Novas e na Linha do Sul.
- A apresentação de duas propostas de prestação de serviços para a Argélia (ANESRIF), no âmbito da supervisão dos trabalhos de Sinalização, Telecomunicações e Energia: Linha ferroviária Senia/ Arzeu e Linha ferroviária Tizi Ouzu/Oued Aissi.

Expropriações - esta atividade é desenvolvida exclusivamente para a REFER, envolvendo o conjunto de trabalhos relacionados com as prestações de serviços previstas no âmbito do processo expropriativo e, a participação em atividades precedentes a este.

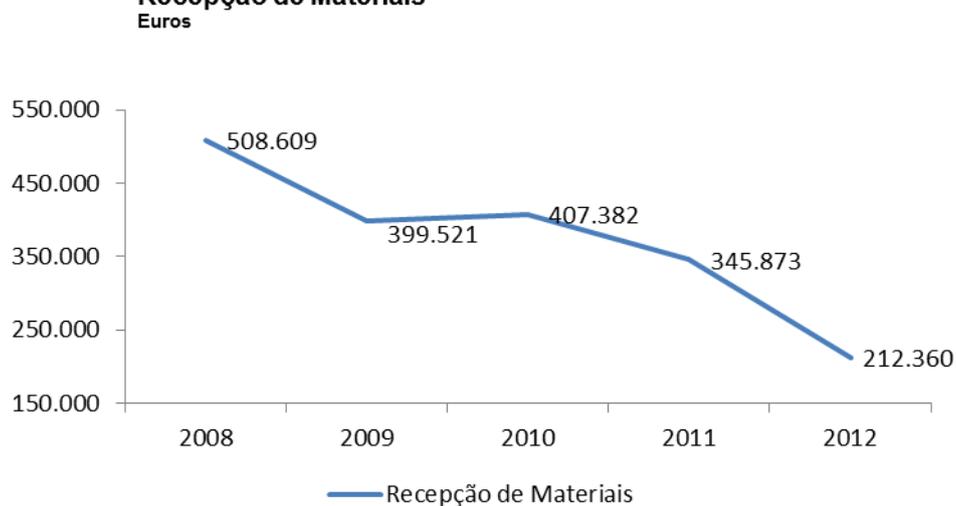


Dada a conjuntura particularmente adversa, a carteira de encomendas evidencia a fragilidade estratégica da dependência exclusiva do grupo REFER, conduzindo à diminuição da prestação de serviços de expropriações.

As prestações de serviços relacionadas com a atividade tradicional das expropriações foi significativamente reduzida, dado que se trataram de prestações relacionadas com supressão de PN, de dimensão diminuta e geograficamente dispersas.

Receção de Materiais e Equipamentos - esta atividade é totalmente dedicada a "Acompanhamento de Fabrico e Receção Técnica de Equipamentos de Via Férrea e Catenária" certificada pela Norma NP EN ISO 9001: 2008.

Recepção de Materiais



Esta área proporcionou, em 2012, um volume de negócios no montante de 212 mil euros, representando um decréscimo de 38,6% em relação ao ano anterior, associado à diminuição de encomendas de equipamentos para a ferrovia.

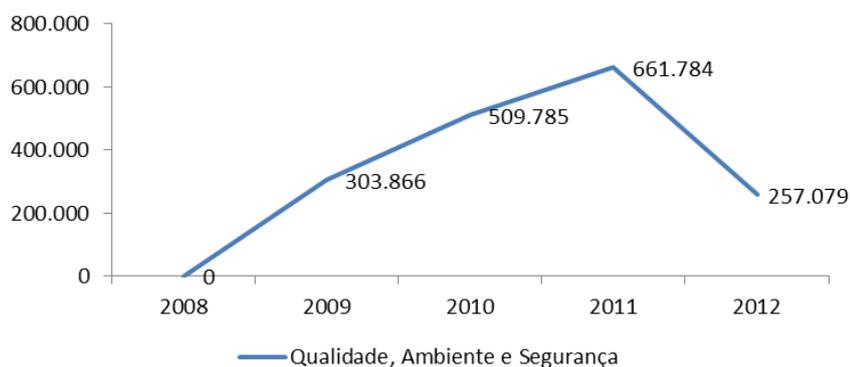
Qualidade, Ambiente e Segurança

Esta área concentra um conjunto de valências, em matéria de Qualidade, Ambiente e Segurança.

Ao nível da prestação de serviços assegurou atuações no âmbito da Qualidade, Ambiente e Segurança às áreas de Estudos e Assessoria de Transportes, Projetos e Planeamento, Gestão e Fiscalização. Cumulativamente, assegurou internamente a gestão e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade e das funções de Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, desenvolvendo para o efeito, um conjunto de atividades rotineiras já implementadas.

Qualidade, Ambiente e Segurança

Euros



Esta atividade proporcionou, em 2012, um volume de negócios no montante de 257 mil euros, representando um decréscimo de 61,2% em relação ao ano anterior.

Resultados Individuais**Resultado Operacional Individual**[10² euros]

| | 2011 | 2012 |
|---|--------------|----------------|
| Rendimentos Operacionais | 15 068 | 4 832 |
| Gastos Operacionais | 11 332 | 7 043 |
| Resultado Operacional Individual | 3 737 | - 2 211 |

O Resultado Operacional da REFER Engineering registou um agravamento acentuado, de 3,7 milhões de euros passou para 2,2 milhões de euros negativos. Este agravamento resulta da quebra significativa no seu volume de negócios (-67,9% face a 2011); embora os gastos operacionais tenham registado também um decréscimo (-38% face a 2011) este não foi suficiente para compensar a quebra no volume de negócios.

PERSPETIVAS:

Dada a forte interligação do seu volume de negócios à empresa-mãe e o facto de esta ter registado uma contração significativa no seu nível de investimento, a

FERBRITAS registou uma significativa deterioração nos seus resultados; de modo a contrariar esta tendência e com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos existentes, a empresa está a direcionar a sua atenção para a diversificação de mercados tanto a nível nacional como internacional, tendo participado em diversas iniciativas tais como a participação em concursos internacionais.

Serviços de Telecomunicações

No segmento das telecomunicações ferroviárias assume importância, no Grupo, a REFER Telecom como operador de telecomunicações ferroviárias, especializado em sistemas e telecomunicações seguras.

**Volume de
Negócios
Individual**

**23
milhões
de euros**

A sua missão consiste em assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pelo Acionista, bem como a obtenção de mais-valias junto do mercado em geral.

**Resultado
Operacional
Individual**

**3,4
milhões
de euros**

A sua atividade desenvolve-se em segmentos diversificados tais como:

Sistemas e Telecomunicações Ferroviárias

Para além da prestação de serviços de Telecomunicações Ferroviárias, a REFER Telecom garantiu também à REFER todo o apoio na elaboração e execução dos Planos de Investimento em Telecomunicações efetuados durante o ano de 2012. Este apoio envolveu as diferentes etapas do projeto, nomeadamente, Consultoria Técnica para suporte ao lançamento de concursos (desenvolvimento de estudos prévios, elaboração de especificações técnicas) e desenvolvimento dos processos contratuais, Coordenação e Fiscalização técnica durante a fase de implementação, realização de ensaios de aceitação e colocação ao serviço e ainda a gestão contratual dos mesmos.



Comunicações do sistema de Sinalização suportada na rede IP/MPLS

A colaboração da REFER Telecom no âmbito dos investimentos de modernização da Rede Ferroviária Nacional abrangeu projetos em diferentes áreas tais como: Projetos Integrados de Telecomunicações Ferroviárias, desenvolvendo atividades em diferentes especialidades técnicas:

- Linha do Norte - Monitorização remota de PN;
- Linha do Norte – Troço Alfarelos-Coimbra;
- Linha de Sintra – Quadruplicação Barcarena-Cacém;
- Implementação da Central de Segurança da REFER de abrangência nacional;
- Linha do Leste – Monitorização e Supervisão dos espaços técnicos de PN.

A REFER Telecom coordenou o desenvolvimento de diversos projetos específicos para otimização das funções de Exploração Ferroviária, com o enfoque em áreas tais como o **reforço da segurança da circulação** (automatização de Passagens de Nível em diversas linhas da RFN), supervisão técnica de infraestruturas (monitorização de escadas rolantes, elevadores, iluminação etc. em diversas estações), disponibilidade da infraestrutura (reformulação da rede de comunicações da Sinalização), reformulação das comunicações de exploração (introdução da funcionalidade de vídeo chamada para reforço de segurança).

Redes de Telecomunicações

Esta área desenvolveu-se em várias vertentes, destacando-se as ações realizadas com o objetivo de melhorar a segurança na circulação ferroviária, nomeadamente:

Suportes Físicos:

Foi realizado o reforço de capacidade de suportes físicos de transmissão em alguns troços de linha, através de instalação de cabos de fibra ótica no interior do país e fronteira com Espanha (entre Covilhã e a Guarda na linha da Beira Baixa e entre Guarda e Fuentes d'Onoro da linha da Beira Alta), na zona norte (entre Nine e Valença, da linha do Minho e entre Caíde e Marco, da linha do Douro), na zona Centro (entre Entroncamento e Lamarosa, da linha do Norte) e na zona Sul (entre Tunes e Boliquiteime da linha do Algarve);

Foi iniciada também a instalação de cabo de fibra ótica entre Coruche e Vendas Novas, da linha de Vendas Novas;

Realizou-se alguns lançamentos de fibra ótica fora do domínio ferroviário, essencialmente nas condutas da PT, via ORAC. Essas instalações deveram-se essencialmente à realização de projetos específicos para clientes.

Rede de Transporte:

Continuou-se a reformulação da transmissão em alguns troços de linha, com o objetivo de aumentar a fiabilidade e operacionalidade dos sistemas bem como facilitar a sua gestão e aumentar a duração de vida. Os trabalhos e adaptações necessárias centraram-se em alguns eixos ferroviários como os pertencentes ao "itinerário do carvão";

Realizaram-se também trabalhos de extensão e reestruturação da rede DWDM, SDH e *Carrier Ethernet*, aumentando a fiabilidade e segurança destas redes de transporte, criando as ligações de alto débito necessárias para interligar os três *Datacenters* da Empresa e suportar os serviços de *Cloud* e os de *Datacenter*. Neste âmbito foi concretizado um anel de 10GbEth entre os três *Datacenters* para os serviços de *Cloud* bem como um anel de 12x1GbEth para suporte aos serviços de *Carrier Ethernet* a prestar nos mesmos;

Foram realizadas algumas instalações e *upgrades* nas redes de transporte, complementares ao investimento realizado nos anos anteriores, utilizando ligações a 100Mbps, 1Gbps e 10Gbps e com recurso às várias infraestruturas e tecnologias de

suporte existentes (FO, DWDM, SDH e *Carrier Ethernet*), tendo em vista o aumento da sua fiabilidade e da sua capacidade.

Dados e Voz:

Foi dada continuidade ao projeto-piloto para estudo da implementação de IPv6 na rede de Dados tendo como objetivo adaptar a rede para essa mudança, definir o melhor método de transição, e planear o período de gestão da simultaneidade dos dois protocolos (IPv4 e IPv6) na rede;

Concluiu-se a instalação de uma solução *softswitch* NGN com os requisitos e objetivos particulares da Empresa, em articulação com a instalação de solução de centralização e segregação da voz corporativa. Este processo dota a REFER Telecom de um sistema atual de voz pública com capacidade de desenvolvimento de novos serviços, facilitando a entrada progressiva de VoIP (Voz sobre IP) e mantendo as facilidades atualmente disponibilizadas aos Clientes;

Foi dada continuidade à supressão de equipamentos obsoletos (ONUs e Centrais telefónicas) em serviço na rede de acesso. O serviço realizado por estas centrais passou a ser assegurado pelas centrais VoIP e MD110 existentes na rede, bem como pela nova central MXONE que foi entretanto instalada e que centraliza toda a rede corporativa mantendo as facilidades existentes nesta rede.

Infraestruturas e Operações

Deu-se continuidade aos trabalhos de Manutenção, Preventiva e Corretiva de primeira Linha, a todas as redes e sistemas de telecomunicações sob a responsabilidade da REFER Telecom;

Coordenação e/ou fiscalização técnica de vários projetos de telecomunicações e instalação de fibra ótica;

Acompanhamento, fiscalização e coordenação técnica da implementação de projetos de novos Clientes;

Especificação Técnica, Coordenação e Gestão da manutenção das infraestruturas de 60 *sites* de RSC (Rádio Solo Comboio);

Conclusão do Projeto Andante. Criação de infraestrutura de telecomunicações e energia de suporte ao sistema de bilhética.

Foi efetuada a coordenação de Segurança dos Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção da Empresa;

Prosseguiu-se a organização dos processos de Segurança e Higiene no Trabalho;

Foi efetuada a Gestão e Acompanhamento de Segurança nas obras realizadas em Domínio Ferroviário, do âmbito de gestão e acompanhamento da REFER Telecom bem como em todos os processos ORAC;

Iniciou-se o Projeto de certificação ISO27001 com o âmbito nos serviços de *Housing, Hosting e Cloud*. Este processo permitiu estruturar e definir, de uma forma sistemática e documentada, todos os processos e procedimentos utilizados para a gestão dos três serviços.

Em consonância com a política definida para o Grupo no sentido de diversificar áreas de negócio e de mercado a REFER Telecom desenvolveu diversos projetos a nível internacional, sendo de referir:

- ❖ Ações de consultoria à U.I.C. no desenvolvimento de documento de referência das boas práticas na implementação de redes IP dedicadas ao suporte das aplicações e sistemas ferroviários, bem como a definição de modelos de migração destes para esta tecnologia de transmissão.
- ❖ Participação da REFER Telecom no grupo de trabalho NMG (Network Management Group) da UIC relativo à implementação do sistema GSM-R, onde a REFER Telecom colabora na coordenação das atividades deste grupo.

Por outro lado foi iniciada uma abordagem a mercados externos, concretamente o Brasileiro e Moçambicano, onde o crescimento do setor ferroviário, veículo central de suporte ao desenvolvimento económico destes países, pode representar uma excelente oportunidade para a REFER Telecom exportar as suas competências em engenharia ferroviária.

Durante o ano de 2012 foram efetuadas várias certificações técnicas dando continuidade à aposta nesta área (Cisco, Microsoft e VmWare). A oferta do serviço “cloudsolutions” da REFER Telecom permitiu efetuar a consolidação dos serviços para o mercado empresarial, nomeadamente o Datacenter Virtual, Servidores Virtuais, Storage e e-mail. Foram colocados ao serviço alguns clientes de referência e foram migrados alguns clientes já existentes para esta solução.

Resultados Individuais

Resultado Operacional Individual[10³ euros]

| | 2011 | 2012 |
|---|--------------|--------------|
| Rendimentos Operacionais | 24 154 | 23 312 |
| Gastos Operacionais | 16 448 | 19 942 |
| Resultado Operacional Individual | 7 706 | 3 370 |

Os rendimentos apresentam um ligeiro decréscimo (-3% face a 2011) consequência da contenção da atividade da empresa-mãe. Ao nível dos gastos o principal fator de incremento reside na rubrica Gastos/ reversões de depreciação e de amortização (+32% face a 2011).

Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais

É a REFER Património que detém, dentro do Grupo, a missão de gestão do património imobiliário a cargo da REFER, assegurando a sua eficiente utilização, valorização e rentabilização, em consonância com os objetivos de gestão integrada de todo o património imobiliário do Grupo REFER e a sua integral valorização e rentabilização.

Empresa para a área do imobiliário do Grupo REFER, à REFER PATRIMÓNIO incumbe a prestação dos seguintes serviços ao Acionista:

- Valorização, rentabilização e requalificação do património imobiliário não afeto à exploração ferroviária, garantindo a sua sustentabilidade financeira e ambiental;
- Criação e atualização do cadastro do Domínio Público Ferroviário (DPF), permitindo o acesso permanente a toda a informação disponível relacionada com os bens do património imobiliário;
- Gestão, manutenção e administração corrente das estações, dos empreendimentos imobiliários e do restante património não afeto à exploração.

**Volume de
Negócios
Individual**

**11
milhões
de euros**

**Resultado
Operacional
Individual**

**-4,3
milhões
euros**

Estes serviços para além de constituírem uma mais-valia para o acionista REFER, têm um forte impacto no utente, quer ele seja o passageiro ferroviário, um concessionário ou o utilizador do património desativado e requalificado, por exemplo, uma ecopista.

Entre outras áreas de competências, no âmbito do objeto de ação da REFER PATRIMÓNIO, salientam-se o planeamento territorial e urbano, jurídico e administrativo, a avaliação imobiliária, a gestão de projetos de engenharia e arquitetura, a gestão de contratos, a gestão e comercialização de espaços, a gestão e manutenção das estações ferroviárias, bem como todas as competências associadas à criação e atualização do cadastro do património.

A sua atividade desenvolve-se em 3 áreas complementares:

- rentabilização do património imobiliário;
- prestação do serviço ao cliente do transporte ferroviário;
- gestão e preservação da rede de estações e do património imobiliário não afeto à exploração;

Suportada nestes valores e competências, a REFER Património persegue a ambição de uma gestão integrada de todo o património imobiliário do Grupo REFER e a sua adequada valorização e rentabilização.

Resultados Individuais

Resultado Operacional Individual

[10³ euros]

| | 2011 | 2012 |
|---|-----------|----------------|
| Rendimentos Operacionais | 11 035 | 10 988 |
| Gastos Operacionais | 10 998 | 15 306 |
| Resultado Operacional Individual | 37 | - 4 318 |

O ano de 2011 foi um ano atípico para a REFER Património dado que ocorreu neste ano a fusão de duas empresas já existentes (a CPCOM e a Invesfer) com duas direções da REFER, pelo que a comparabilidade poderá requerer a consideração de algumas especificidades. O acréscimo de gastos operacionais resulta fundamentalmente da assunção de perdas relacionadas com os investimentos efetuados no passado longínquo de conjuntura favorável do mercado imobiliário, envolvendo desinvestimentos com perdas muito significativas.

RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A.

A RAVE tem por objeto “o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação das decisões de planeamento e construção, financiamento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza”, no quadro das diretrizes da política nacional sobre transportes ferroviários e das orientações da política europeia de transportes nessa matéria.

Concretizando as medidas de consolidação orçamental previstas no Orçamento Geral do Estado para 2011, medidas essas que visam reforçar as já consagradas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010/2013, nomeadamente no que respeita à reorganização e racionalização do Sector Empresarial do Estado, foi solicitado à REFER, pelo Despacho de 28 de dezembro de 2010 do Senhor Secretário de Estado dos Transportes, que apresentasse um modelo de operacionalização da reestruturação da RAVE, o que veio a acontecer em 24 de janeiro de 2011.

Resultado
Operacional
Individual

-1,4
milhões euros

A proposta do plano de operacionalização apresentado na referida data passou pela extinção da empresa pública RAVE, com a integração na REFER das competências desenvolvidas, no âmbito do projeto de alta velocidade, e aproveitamento das sinergias criadas para domínios congêneres ao modelo concessionário desenvolvido.

Desta forma, o ano de 2012 traduziu o culminar do processo de integração da atividade no seu acionista REFER, tendo sido transferidas todas as responsabilidades contratuais assumidas pela RAVE e ainda ativas. A RAVE não registou por isso qualquer atividade na sua área de negócio.

A RAVE foi dissolvida por deliberação da Assembleia Geral, realizada em novembro de 2012, encontrando-se desde então em processo de liquidação

Recursos Humanos

Sendo o Capital Humano um dos fatores determinantes para o sucesso das organizações é fundamental a sua valorização e motivação. Nesse sentido é necessário investir no desenvolvimento dos seus colaboradores, orientado para a eficiência da gestão e da comunicação através da inovação e do reconhecimento dos melhores desempenhos profissionais.

No final de 2012 o efetivo do Grupo era composto por 3 093 colaboradores sendo a sua distribuição registada no quadro:

Efectivo

| | REFER | REFER TELECOM | REFER PATRIMÓNIO | FERBRITAS | RAVE |
|--|-------|---------------|---------------------|-----------|------|
| | 2 752 | 167 | 57 | 117 | |

No grupo REFER, durante o ano de 2012, registaram-se 132 saídas, sendo a empresa REFER, EPE aquela em que se verificaram mais saídas.

As saídas registadas devem-se à continuação da prossecução de um dos objetivos do Grupo que é o de adequar o número de efetivos às necessidades do negócio.

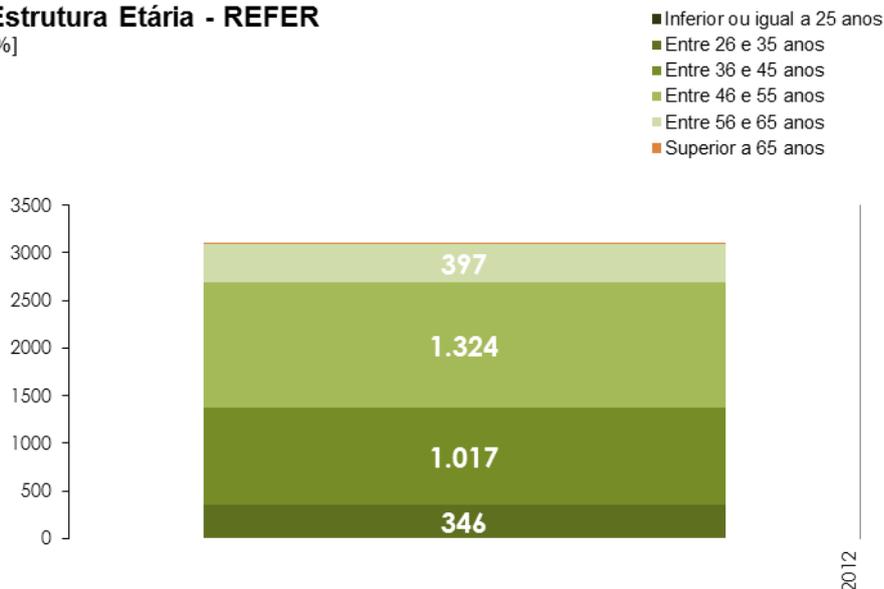
A REFER Telecom é a única empresa do Grupo REFER que não tem registado redução no seu efetivo. Face aos novos desafios aceites por esta Unidade de Negócio, quer perante o cliente REFER, quer perante o restante mercado, os investimentos levados a cabo foram acompanhados pelo crescimento de mão-de-obra qualificada.

Em todas as outras empresas do Grupo se registaram saídas tendo a mais expressiva sido, para além da REFER, a FERBRITAS que registou 18 saídas, como forma de ajustamento da Empresa ao quadro atual da sua atividade (registou uma redução significativa em consequência da conjuntura recessiva que o país atravessa).

Analisando a estrutura etária do efetivo do Grupo constata-se a existência de predominância de colaboradores com idades compreendidas entre os 46 e 55 anos.

Estrutura Etária - REFER

[%]



Os gastos com pessoal, no Grupo, atingiram o valor de 90 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 50 milhões de euros face a 2011 (menos 35%). Esta redução resulta da diminuição do número de efetivos no Grupo (adequação do número de efetivos à atividade), das reduções remuneratórias aplicadas por via do estipulado no orçamento de Estado para 2011 e 2012, assim como a suspensão do pagamento de subsídio de férias de Natal para níveis salariais acima de 1500 euros.

Análise Financeira

O Decreto-Lei n.º 158/2009, no n.º 1 do art.4º, veio introduzir em 2010 a obrigatoriedade de apresentação das contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, das sociedades com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado. Pelo n.º 1 do art.6º é estendida a obrigatoriedade de consolidação a qualquer empresa-mãe sujeita ao direito nacional. Desta forma, a REFER passou a estar obrigada à apresentação de contas consolidadas, a partir do exercício de 2010.

Deste modo são apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo REFER.

O Grupo apresenta em 2012 um volume de negócios de 166 milhões de euros (incluindo indemnizações compensatórias), o que representa um decréscimo de 18% face a 2011. Esta variação deve-se essencialmente ao decréscimo de 47 milhões de

euros registados na rubrica Concedente Estado - Rédito ILD, em resultado da redução de trabalhos internos debitados à atividade em investimento de infraestruturas de longa duração.

Volume de Negócios

[10⁹ euros]

| | 2011 | 2012 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Vendas e Prestações de Serviços | 202 744 | 165 981 |
| Volume de Negócios Consolidado | 202 744 | 165 981 |

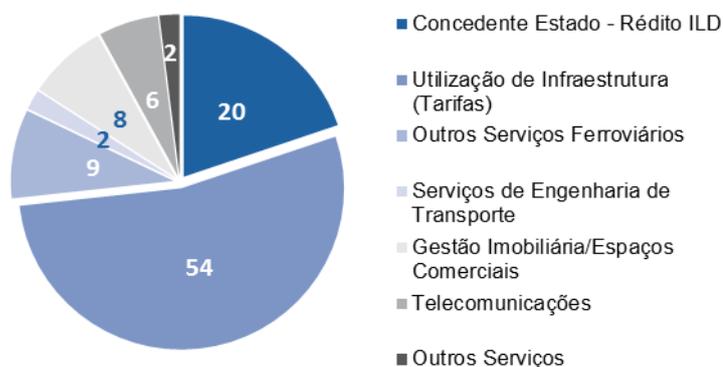
O volume de negócios consolidado registou uma quebra de cerca de 40 milhões, tendo sido a atividade de gestão da infraestrutura a que mais impacto teve nesta quebra, nomeadamente na rubrica Concedente Estado - Rédito ILD. Esta corresponde aos trabalhos internos debitados à atividade em investimento de infraestruturas de longa duração.

Os Serviços de Engenharia e Transportes registaram igualmente uma quebra significativa (-65% face a 2011) reflexo da situação conjuntural de baixa generalizada da atividade; estão aqui registados os montantes referentes às atividades relacionadas com o planeamento de sistemas de transportes, que reflete a situação conjuntural de baixa generalizada da atividade.

A estrutura de rendimentos do Grupo apresenta-se:

Vendas e Prestações de Serviços . 2012

[%]



Fornecimentos e Serviços Externos

[10³ euros]

| | 2011 | 2012 |
|--|----------------|---------------|
| Subcontratos | 61 045 | 52 645 |
| Eleticidade | 10 405 | 11 441 |
| Vigilância e Segurança | 4 481 | 5 034 |
| Rendas e Alugueres | 6 245 | 3 348 |
| Trabalhos Especializados | 5 083 | 2 466 |
| Limpeza e Conservação e Reparação | 3 831 | 3 695 |
| Outros | 9 203 | 7 559 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 100 293 | 86 188 |

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos no Grupo registou-se um decréscimo de 14 milhões de euros (-14% face a 2011). Este decréscimo resulta do esforço realizado no sentido de atingir um dos objetivos corporativos o de Melhorar a Eficiência e Controlo de Gastos.

GRUPO REFER

| | 2011 | 2012 | Variação | |
|---|------------|------------|----------|------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional | - 81 | - 30 | 51 | 172% |
| EBITDA | - 90 | - 42 | 48 | 113% |
| Resultados Financeiro | - 80 | - 64 | 16 | 25% |
| Resultado Líquido | - 164 | - 95 | 69 | 73% |
| | | | | |
| Volume de Negócios | 167 | 126 | 40 | 32% |
| Rendimentos operacionais | 212 | 174 | 38 | 22% |
| Gastos operacionais | - 293 | - 204 | 89 | 44% |
| | | | | |
| Rendimentos Operacionais/Gastos Operacionais | 72% | 85% | | |

É de referir que o grau de cobertura dos gastos pelos rendimentos registou uma melhoria passando de um rácio de 72%, em 2011, para 85% em 2012, resultando em grande medida das políticas de contenção de gastos implementadas dentro do Grupo, nomeadamente a aplicação da Lei nº 55-A/2010, a qual estabelece a aplicação da redução remuneratória a todos os salários superiores a 1.500€ mensais

assim como a suspensão de subsídio de férias e Natal. Os gastos operacionais registaram um decréscimo de 30% face a 2011.

Os resultados financeiros contribuíram igualmente para a melhoria registada no resultado líquido do Grupo (-80 milhões de euros em 2011: negativo em 64 milhões de euros em 2012), o que representa uma melhoria de cerca de 20%, face a 2011, dos encargos financeiros líquidos.

Fruto desta performance operacional e financeira, o resultado líquido ascendeu a 95 milhões de euros negativos, (2011: - 164 milhões de euros).

Controlo Interno e Gestão de Riscos

Os objetivos e as políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros estão divulgados nas notas anexas ao presente relatório e às demonstrações financeiras.

O Relatório do Governo da Sociedade, apresentado autonomamente, insere um capítulo sobre a descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos relativamente ao processo de elaboração das contas.

Perspetivas de Futuro

O exercício de 2013 será um ano de grandes desafios no Grupo REFER. Dada a atual conjuntura do país de contenção na sua atividade económica, as empresas através dos seus colaboradores e equipas de gestão terão de direcionar-se para “novos” mercados e consequentemente novos desafios.

No GRUPO REFER, os conhecimentos técnicos e competências deverão ser alicerçados numa cultura forte, partilhada e vivida por todos.

Para o Segmento de Negócio Serviços de Telecomunicação, prevê-se para 2013, a continuação da participação na modernização das infraestruturas de telecomunicações ferroviárias nacionais, assim como apostar na inovação e internacionalização através da participação em candidaturas a projetos a alguns projetos europeus de investigação e desenvolvimento.

O Segmento de Negócio Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais tem como objetivo, para o ano de 2013, continuar o seu crescimento de uma forma sustentada ocupando mais espaços, renegociando contratos, captando novos clientes, particularmente no setor dos transportes, aproveitando a experiência adquirida.

A empresa que compõe o Segmento de Negócio Atividades de Engenharia no Setor Ferroviário prevê para o ano de 2012 apostar no mercado internacional, implementando uma estratégia comercialmente agressiva. A atuação neste mercado requer uma capacidade financeira adequada ao investimento estritamente necessário, cujo retorno se perspetiva ser a médio e longo prazo.

Proposta de Aplicação de Resultados

A Proposta de Aplicação de Resultados é a que consta dos Relatórios e Contas Individuais das empresas inseridas no perímetro de consolidação.

Lisboa, 28 de março 2013

O Conselho de Administração

Presidente

Eng^o Rui Lopes Loureiro

Vice-presidente

Eng.^o José Luís Ribeiro dos Santos

Vogal

Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo

Vogal

Dr. José Rui Roque

Vogal

Eng.^o Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro

PARTE II
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS



Índice

| | |
|--|----|
| Declaração de Cumprimento | 48 |
| Demonstrações Financeiras Consolidadas | 49 |
| Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas | 58 |
| 1. Nota introdutória | 58 |
| 1.1 Atividade da empresa-mãe..... | 58 |
| 1.1.1 Missões da REFER..... | 59 |
| 1.1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER..... | 60 |
| 1.2 Atividade das empresas do Grupo REFER..... | 62 |
| 1.2.1 Atividade de operação de telecomunicações ferroviárias | 62 |
| 1.2.2 Atividade de gestão integrada e valorização do património imobiliário do Grupo e valorização do património público ferroviário (espaços comerciais)..... | 63 |
| 1.2.3 Prestação de serviços de engenharia e transporte | 64 |
| 1.2.4 Projeto da alta velocidade..... | 64 |
| 1.2.5 Gestão da Estação do Oriente..... | 65 |
| 2. Bases de apresentação e políticas contabilísticas..... | 66 |
| 2.1 Bases de apresentação..... | 66 |
| 2.2 Bases de consolidação e políticas contabilísticas..... | 67 |
| 2.2.1 Métodos de consolidação adotados pelo grupo | 67 |
| 2.2.2 Atividade em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILDs) – Acordos de Concessão de Serviços – IFRIC 12..... | 71 |
| 2.2.3 Ativos fixos tangíveis..... | 75 |
| 2.2.4 Ativos intangíveis | 77 |
| 2.2.5 Propriedades de investimento..... | 78 |
| 2.2.6 Instrumentos financeiros derivados | 79 |
| 2.2.7 Ativos financeiros | 79 |
| 2.2.8 Justo valor de ativos e passivos financeiros | 82 |
| 2.2.9 Imparidade de ativos | 82 |
| 2.2.10 Inventários..... | 83 |
| 2.2.11 Caixa e equivalentes de caixa | 83 |
| 2.2.12 Ativos não correntes detidos para venda..... | 83 |
| 2.2.13 Passivos financeiros | 84 |
| 2.2.14 Empréstimos obtidos não correntes..... | 84 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 2.2.15 | Fornecedores e outras contas a pagar | 84 |
| 2.2.16 | Imparidades e provisões | 85 |
| 2.2.17 | Reconhecimento do rédito | 85 |
| 2.2.18 | Imposto sobre o rendimento | 86 |
| 2.2.19 | Transações em moeda estrangeira | 86 |
| 2.2.20 | Subsídios..... | 87 |
| 2.2.21 | Informação sobre segmentos..... | 87 |
| 2.2.22 | Entidades relacionadas..... | 88 |
| 2.3 | Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras | 88 |
| 3. | Políticas de gestão de risco financeiro | 90 |
| 4. | Empresas incluídas na consolidação | 97 |
| 5. | Atividade de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração..... | 98 |
| 5.1 | Concedente – Estado – Conta a Receber..... | 98 |
| 5.1.1 | Ativos concessionados (ILD's)..... | 99 |
| 5.1.2 | Subsídios..... | 101 |
| 5.1.3 | Rentabilização de Ativos..... | 102 |
| 5.1.4 | Juros Debitados | 103 |
| 5.1.5 | Imparidades..... | 103 |
| 5.2 | Inventários | 104 |
| 5.3 | Clientes e outras contas a receber..... | 104 |
| 5.4 | Fornecedores e Outras Contas a Pagar | 104 |
| 5.5 | Empréstimos Obtidos | 105 |
| 5.5.1 | Dívidas a instituições de Crédito..... | 106 |
| 5.6 | Caixa e equivalentes de caixa..... | 109 |
| 5.7 | Subsídios | 110 |
| 6. | Atividade de Gestão da infraestrutura | 110 |
| 6.1 | Ativos Fixos Tangíveis..... | 110 |
| 6.2 | Propriedades de Investimento..... | 112 |
| 6.3 | Ativos Intangíveis..... | 113 |
| 6.4 | Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos | 114 |
| 6.5 | Categorias de acordo com a IAS 39 | 117 |
| 6.6 | Ativos financeiros disponíveis para venda – não correntes | 120 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 6.7 | Empréstimos e outras contas a receber – não correntes..... | 121 |
| 6.8 | Ativos por impostos diferidos..... | 122 |
| 6.9 | Inventários | 123 |
| 6.10 | Instrumentos Financeiros Derivados | 124 |
| 6.11 | Clientes e Outras Contas a Receber..... | 126 |
| 6.12 | Impostos sobre o rendimento | 128 |
| 6.13 | Ativos financeiros ao justo valor por resultados | 129 |
| 6.14 | Caixa e Equivalentes a Caixa..... | 130 |
| 6.15 | Ativos não correntes detidos para venda | 130 |
| 6.16 | Capital..... | 131 |
| 6.17 | Interesses não controlados | 131 |
| 6.18 | Empréstimos Obtidos | 132 |
| 6.18.1 | Dívidas a Instituições de Crédito e outras entidades | 132 |
| 6.18.2 | Termos e prazos de reembolso dos empréstimos | 133 |
| 6.19 | Fornecedores e Outras Contas a Pagar | 135 |
| 6.20 | Provisões | 139 |
| 7. | Variação da Produção | 140 |
| 8. | Vendas e Prestações de Serviços..... | 141 |
| 9. | Subsídios à Exploração | 142 |
| 10. | Fornecimentos e Serviços Externos..... | 143 |
| 10.1 | Locações operacionais | 144 |
| 11. | Gastos com Pessoal..... | 145 |
| 12. | Provisões | 146 |
| 13. | Imparidades | 147 |
| 14. | Outros Gastos..... | 148 |
| 15. | Outros Rendimentos..... | 149 |
| 16. | Perdas e Ganhos Financeiros | 150 |
| 17. | Ganhos/ (Perdas) em Associadas e Entidades conjuntamente controladas..... | 151 |
| 18. | Imposto sobre o Rendimento do Exercício | 152 |
| 18.1.1 | Impostos diferidos ativos e passivos | 152 |
| 18.1.2 | Imposto sobre o rendimento do exercício | 152 |
| 18.1.3 | Taxa efetiva de imposto | 153 |
| 19. | Informação por segmentos..... | 156 |

| | | |
|------|---|-----|
| 20. | Demonstração dos resultados internos efetuados para a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração | 160 |
| 21. | Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais | 161 |
| 22. | Divulgações com partes relacionadas | 168 |
| 22.1 | Resumo das entidades relacionadas | 168 |
| 22.2 | Saldos e transações com empresas associadas e entidades conjuntamente controladas | 169 |
| 22.3 | Saldos e transações com outras entidades relacionadas | 170 |
| 22.4 | Saldos e faturação emitida com entidades públicas | 171 |
| 23. | Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas | 173 |
| 24. | Compromissos de investimento | 177 |
| 25. | Garantias e avales | 178 |
| 26. | Contingências | 179 |
| 27. | Eventos subsequentes | 180 |

Declaração de Cumprimento

Declaração Prevista no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2012 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte.”

O conselho de Administração

| | |
|--------------------------|--------------------------------|
| Presidente | Eng.º Rui Lopes Loureiro |
| Vice - Presidente | Eng.º José Ribeiro dos Santos |
| Vogal | Dr. Alberto Almeida Diogo |
| Vogal | Dr. José Rui Roque |
| Vogal | Eng. Amílcar Ferreira Monteiro |

Demonstrações Financeiras Consolidadas

a 31 de dezembro de 2012

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Ativo | Notas | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| Atividade em Gestão da Infraestrutura ferroviária | | 483 724 217 | 250 395 627 |
| Não correntes | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 6.1. | 59 315 172 | 60 523 715 |
| Propriedades de investimento | 6.2. | 4 052 066 | 4 312 180 |
| Ativos intangíveis | 6.3. | 3 689 365 | 3 620 461 |
| Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos | 6.4. | 76 309 | 1407 364 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 6.6. | 31875 | 31875 |
| Empréstimos e outras contas a receber | 6.7. | 874 508 | 500 000 |
| Ativos por impostos diferidos | 6.8. | 1472 652 | 926 325 |
| | | <u>69 511947</u> | <u>71321921</u> |
| Correntes | | | |
| Instrumentos financeiros derivados | 6.10. | 16 243 974 | 15 399 540 |
| Inventários | 6.9. | 25 465 828 | 19 041 135 |
| Clientes e outras contas a receber | 6.11. | 140 957 299 | 126 700 340 |
| Impostos sobre o rendimento a receber | 6.12. | 2 464 586 | 1740 781 |
| Ativos financeiros ao justo valor por resultados | 6.13. | 167 877 | 149 747 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.14. | 228 912 706 | 14 843 968 |
| Ativo não corrente detido para venda | 6.15. | 0 | 1 198 196 |
| | | <u>414 212 271</u> | <u>179 073 707</u> |
| Atividade em Investimentos de infraestrutura de longa duração | | 4 832 848 225 | 4 857 065 118 |
| Correntes | | | |
| Concedente - Estado - Conta a Receber | 5.1. | 4 814 210 104 | 4 833 602 035 |
| Inventários | 5.2. | 14 475 401 | 15 649 824 |
| Clientes e outras contas a receber | 5.3. | 2 980 197 | 1615 558 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.6. | 1 182 523 | 6 197 701 |
| | | <u>4 832 848 225</u> | <u>4 857 065 118</u> |
| Total do ativo | | 5 316 572 443 | 5 107 460 746 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA (continuação)

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Capital Próprio e Passivo | Notas | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|--|-------|-----------------------|-----------------------|
| Capital Próprio | | | |
| Capital | 6.16. | 430 200 000 | 430 200 000 |
| Reservas | | - 99 411 | - 99 411 |
| Resultados acumulados | | -2 189 261 833 | -2 025 587 297 |
| | | -1 759 161 245 | -1 595 486 708 |
| Resultado do exercício atribuível a detentores do capital | | - 94 872 024 | - 163 674 536 |
| Capitais Próprios atribuíveis a detentores de capital | | -1 854 033 269 | -1 759 161 245 |
| Interesses não controlados | 6.17. | 1062 171 | 1073 235 |
| Total do capital próprio | | -1 852 971 098 | -1 758 088 010 |
| Passivos | | | |
| Atividade em Gestão da Infraestrutura ferroviária | | 2 280 691 654 | 1 890 678 221 |
| Não correntes | | | |
| Empréstimos obtidos | 6.18. | 1613 073 244 | 1569 604 805 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 6.19. | 3 782 972 | 4 715 338 |
| Provisões | 6.20. | 13 298 677 | 12 380 600 |
| | | 1630 154 894 | 1586 700 742 |
| Correntes | | | |
| Empréstimos obtidos | 6.18. | 535 553 831 | 137 712 153 |
| Instrumentos financeiros derivados | 6.10. | 44 966 433 | 78 943 804 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 6.19. | 66 489 242 | 85 999 851 |
| Provisões | 6.20. | 3 252 953 | 0 |
| Imposto sobre o rendimento a pagar | 6.12. | 274 302 | 132 1671 |
| | | 650 536 760 | 303 977 479 |
| Atividade em Investimentos de infraestrutura de longa duração | | 4 888 851 887 | 4 974 870 534 |
| Não correntes | | | |
| Empréstimos obtidos | 5.5. | 4 741 329 410 | 4 565 956 695 |
| | | 4 741 329 410 | 4 565 956 695 |
| Correntes | | | |
| Empréstimos obtidos | 5.5. | 72 880 694 | 267 645 340 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 5.4. | 73 408 120 | 137 466 270 |
| Subsídios | 5.7. | 1233 663 | 3 802 229 |
| | | 147 522 477 | 408 913 839 |
| Total do passivo | | 7 169 543 541 | 6 865 548 755 |
| Total do capital próprio e passivo | | 5 316 572 443 | 5 107 460 746 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 28 de março de 2013

O conselho de Administração

Diretor financeiro

Dra. Maria do Carmo Duarte Ferreira

Presidente Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice - Presidente Eng.º José Ribeiro dos Santos

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal Dr. José Rui Roque

Vogal Eng. Amílcar Ferreira Monteiro

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Rubricas | Notas | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|--|-----------|---------------------|----------------------|
| Vendas e Prestações de serviços | 8. | 126 381 221 | 166 743 509 |
| Variação nos inventários de produtos acabados e em curso | 7. | - 45 443 | - 305 984 |
| Subsídios à exploração | 9. | 39 600 000 | 36 000 000 |
| Custo do consumo de materiais | 6.9. | - 4 548 653 | - 35 202 689 |
| Fornecimentos e serviços externos | 10. | - 86 187 745 | - 100 292 739 |
| Gastos com pessoal | 11. | - 90 226 725 | - 139 781 238 |
| Depreciações e amortizações do exercício | | - 7 690 545 | - 7 392 056 |
| Provisões | 12. | - 4 171 031 | - 583 933 |
| Imparidades | 13. | - 8 065 624 | - 5 043 792 |
| Outros gastos | 14. | - 2 936 705 | - 4 470 257 |
| Outros rendimentos | 15. | 7 753 842 | 8 843 438 |
| Resultado Operacional | | - 30 137 409 | - 81 485 742 |
| Perdas financeiras | 16. | - 334 473 961 | - 310 645 891 |
| Ganhos financeiros | 16. | 271 985 019 | 230 797 056 |
| Ganhos/ (Perdas) em associadas e entidades conjuntamente controladas | 16. / 17. | - 1406 055 | - 15 707 |
| Ganhos/ (Perdas) em outras empresas | 16. | 0 | - 8 372 |
| Resultados antes de impostos | | - 94 032 405 | - 161 458 656 |
| Imposto do exercício | 18. | - 850 682 | - 2 325 118 |
| Resultado líquido exercício | | - 94 883 088 | - 163 783 774 |
| Atribuível a interesses não controlados | 6.17. | - 11 064 | - 109 238 |
| Atribuível a detentores de capital | | - 94 872 024 | - 163 674 536 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA:

Não são apresentados os resultados por ação, uma vez que a REFER se encontra excluída do âmbito do IAS 33, por o seu capital social ter a forma jurídica de “Capital Estatutário”, integralmente detido pelo Estado Português, não sendo assim expresso por ações ou qualquer outro tipo de títulos.

Lisboa, 28 de março de 2013

O conselho de Administração

Diretor financeiro

Dra. Maria do Carmo Duarte Ferreira

Presidente Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice - Presidente Eng.º José Ribeiro dos Santos

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal Dr. José Rui Roque

Vogal Eng. Amílcar Ferreira Monteiro

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Período findo em 31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Demonstração do rendimento integral | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---------------------|----------------------|
| Resultados reconhecidos diretamente em resultados | - 94 883 088 | - 163 783 774 |
| Reservas | | - 99 411 |
| Total do rendimento reconhecido nos capitais próprios | 0 | - 99 411 |
| Resultado integral | - 94 883 088 | - 163 883 185 |
| Atribuível a detentores de capital | - 94 872 024 | - 163 773 947 |
| Atribuível a interesses não controlados | - 11064 | - 109 238 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 28 de março de 2013

O conselho de Administração**Diretor financeiro**

Dra. Maria do Carmo Duarte Ferreira

Presidente

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice - Presidente

Eng.º José Ribeiro dos Santos

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal

Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal

Dr. José Rui Roque

Vogal

Eng. Amílcar Ferreira Monteiro

DEMONSTRAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADA

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| | Capital | Reservas | Resultados acumulados | Resultados reconhecidos na Demonstração dos Resultados | Interesses não controlados | Total |
|---------------------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|--|----------------------------|-----------------------|
| Saldo a 31.12.2010 | 305 200 000 | 0 | -1 879 361 089 | - 146 224 094 | 1 301 172 | -1 719 084 012 |
| Aplicação de resultados de 2010 | | | - 146 224 094 | 146 224 094 | | 0 |
| Aumentos de capital | 125 000 000 | | | | | 125 000 000 |
| Resultado integral de 2011 | | - 99 411 | | - 163 674 536 | - 109 238 | - 163 883 185 |
| Alterações de perímetro | | | - 2 114 | | - 18 699 | - 120 813 |
| Saldo em 31.12.2011 | 430 200 000 | - 99 411 | -2 025 587 297 | - 163 674 536 | 1 073 235 | -1 758 088 010 |
| Aplicação de resultados de 2011 | | | - 163 674 536 | 163 674 536 | | 0 |
| Resultado integral de 2012 | | | | - 94 872 024 | - 11064 | - 94 883 088 |
| Saldo em 31.12.2012 | 430 200 000 | - 99 411 | -2 189 261 833 | - 94 872 024 | 1 062 171 | -1 852 971 098 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 28 de março de 2013

O conselho de Administração**Diretor financeiro**

Dra. Maria do Carmo Duarte Ferreira

Presidente Eng.º Rui Lopes Loureiro**Vice - Presidente** Eng.º José Ribeiro dos Santos**Técnico Oficial de Contas**

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal Dr. Alberto Almeida Diogo**Vogal** Dr. José Rui Roque**Vogal** Eng. Amílcar Ferreira Monteiro

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Rubrica | 31-dez-12 | 31-dez-11 |
|--|------------------------|----------------------|
| Atividades Operacionais | | |
| Recebimentos de clientes | 114 448 725 | 108 676 003 |
| Pagamentos a fornecedores | - 131 557 780 | - 180 747 638 |
| Pagamentos ao pessoal | - 89 214 643 | - 144 671 446 |
| Fluxo gerado pelas operações | - 106 323 698 | - 216 743 081 |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional | 40 798 480 | 45 632 718 |
| Fluxo das atividades operacionais (1) | - 65 525 218 | - 171 110 363 |
| Atividades de Investimento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Subsídios de investimento | 263 280 455 | 70 845 211 |
| Juros e proveitos similares | 9 399 | 2 887 |
| | 263 289 854 | 70 848 098 |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Investimentos financeiros | 0 | - 1298 622 |
| Ativos tangíveis | - 106 930 214 | - 263 988 042 |
| Ativos intangíveis | - 3 284 502 | - 8 033 535 |
| | - 110 214 716 | - 273 320 199 |
| Fluxo das atividades de investimento (2) | 153 075 138 | - 202 472 101 |
| Atividades de Financiamento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Empréstimos obtidos | 3 036 849 941 | 989 703 482 |
| Juros | 51838 030 | 85 054 394 |
| Outras operações de financiamento | 15 841 | 526 010 |
| | 3 088 703 812 | 1075 283 886 |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Empréstimos obtidos | -2 650 225 896 | - 367 562 495 |
| Juros e custos similares | - 316 974 276 | - 321 124 519 |
| | -2 967 200 172 | - 688 687 014 |
| Fluxo das atividades de financiamento (3) | 121 503 640 | 386 596 871 |
| Variação de caixa e seus equivalentes | (4)=(1)-(2)+(3) | 209 053 560 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 13 014 407 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 230 095 229 | 21041669 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 21041669 | 8 027 262 |
| Variação de caixa e seus equivalentes | 209 053 560 | 13 014 407 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Nota: O saldo de caixa e equivalentes evidenciados na Demonstração de fluxos de caixa encontram-se detalhados nas notas 5.6 e 6.14 correspondendo o mesmo ao somatório das disponibilidades das duas atividades relatadas pelo Grupo.

Lisboa, 28 de março de 2013

O conselho de Administração

Diretor financeiro

Dra. Maria do Carmo Duarte Ferreira

Presidente Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice - Presidente Eng.º José Ribeiro dos Santos

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal Dr. José Rui Roque

Vogal Eng. Amílcar Ferreira Monteiro

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

1. Nota introdutória

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E, adiante designada por **REFER**, com sede na Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Encontra-se sujeita à tutela do Ministério das Finanças e Administração Pública e Ministério da Economia e Emprego, e foi constituída pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril.

O Grupo REFER inclui as empresas subsidiárias: **REFER TELECOM**, Serviços de Telecomunicações, S.A., que se posiciona como um operador de telecomunicações ferroviárias; a **REFER PATRIMÓNIO** – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., atua na área da gestão e valorização do património imobiliário e património público ferroviário do Grupo, a **REFER ENGINEERING, S.A. (ex-FERBRITAS** – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.) que se dedica à prestação de serviços de engenharia e transporte e a **RAVE** – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A. - em Liquidação, na área do projeto da alta velocidade; sendo estas consolidadas pelo método integral. O Grupo inclui ainda as empresas: **GIL** – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., ligada à gestão da estação do Oriente e **AVEP** – Alta Velocidade de Espanha e Portugal A.E.I.E., esta, em parceria conjunta com a ADIF – Administrador de Infraestruturas Ferroviárias (entidade espanhola), cuja atividade se cinge à elaboração dos estudos necessários às ligações Madrid-Lisboa-Porto e Porto-Vigo). As referidas empresas são consideradas na ótica do grupo, como Empresas Associadas e Empreendimentos Conjuntos, respetivamente sendo refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial.

1.1 Atividade da empresa-mãe

A REFER tem como atividade principal a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, estando-lhe ainda atribuída a responsabilidade de construção, instalação e renovação das infraestruturas ferroviárias.

No desenvolvimento da sua atividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a REFER recorre a serviços complementares, de áreas de

negócio que não estão compreendidas na sua atividade principal, mas que são realizadas pelas suas empresas participadas.

1.1.1 Missões da REFER

A atividade da REFER subdivide-se em duas missões: a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD's) e a Gestão de Infraestrutura (GI).

- Investimentos Longa Duração (ILD'S)

Nesta missão encontram-se incluídos o conjunto de investimentos associados a:

- Novas infraestruturas e / ou expansão da Rede;
- Modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação;
- Substituição, que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de carácter duradouro ou que são suscetíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do bem não alterando as condições de exploração;

A contratação do financiamento necessário para os investimentos efetuados, conforme descrito supra, é efetuada pela REFER e reveste a forma de obtenção de crédito junto de instituições financeiras e do mercado de capitais, fornecedores, prestações do acionista e obtenção de subsídios.

- Gestão de Infraestruturas - Investimentos em estruturas de apoio e de gestão (EAG)

A missão GI corresponde à prestação dum serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infraestruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação.

Engloba o conjunto de investimentos de funcionamento (ex. mobiliário e equipamento informático), sem implicações nas concessões e exploração ferroviária.

1.1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER

Regulação tarifária

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, foi delegado na REFER a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infraestrutura ferroviária.

No que respeita às tarifas de utilização da infraestrutura, cabe à REFER, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, republicado pela Decreto-Lei n.º 231/2007 de 14 de junho, fixar, determinar e cobrar as tarifas devidas pela utilização da infraestrutura, para financiamento da sua atividade de gestão da infraestrutura, respeitando as regras definidas no referido diploma legal, bem como as emitidas pelo Regulamento n.º 630/2011, de 12 de dezembro, do IMTT.

No âmbito da sua atividade, a REFER presta serviços essenciais, adicionais e auxiliares, cuja descrição e condições de prestação – incluindo as condições tarifárias – encontram-se definidas no Diretório da Rede.

Tarifas respeitantes aos serviços essenciais

a) Tarifas base

Os serviços essenciais oferecidos pelo gestor da infraestrutura, compreendem:

- o pacote mínimo de acesso;
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;
- a utilização de infraestruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia elétrica de tração;
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003.
-

b) Tarifação da capacidade pedida e não utilizada

O valor devido pela capacidade pedida e não utilizada corresponde a:

- 100% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada entre a data para a qual a capacidade tinha sido pedida e três dias (inclusive) antes dessa data;
- 10% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada entre três dias (exclusive) e catorze dias (inclusive) antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 5% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada num prazo superior a catorze dias (exclusive) relativamente à data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- Não se aplica a tarifação da capacidade pedida e não utilizada às situações de substituição de um canal horário por outro, desde que seja comprovado que o novo canal tem a mesma origem e destino e uma translação do tempo de partida até 24 horas relativamente ao canal de origem no caso do transporte de passageiros ou a sete dias no caso do transporte de mercadorias.

Tarifas respeitantes aos serviços adicionais

a) Energia de tração

Considerando que o acesso à energia elétrica de tração que os Operadores necessitam, apenas pode ser feito através de infraestruturas sob gestão da REFER, esta faculta aos Operadores o acesso aos meios sob sua gestão.

Caso se encontre acordado em contratos vigentes o pagamento à REFER de qualquer valor a título de remuneração de serviços relativos a conferência, faturação e ou repartição de consumos, é levado em conta, até à concorrência daquele valor, o que se apurar em função das regras tarifárias.

b) Manobras

Os serviços de manobras são cobrados em função da mobilização de meios humanos (incluindo tempos de deslocação, se aplicável), traduzida em minutos efetivos, podendo corresponder a 3 categorias profissionais: Operador de Manobras, Operador de Circulação ou Controlador de Circulação.

c) Estacionamento de material circulante

O estacionamento em linhas de estações não afetas à circulação é considerado por períodos de duração igual ou superior a 1 hora.

Tarifas respeitantes aos serviços auxiliares

Os serviços que envolvam utilização de mão-de-obra da REFER são faturados em função dos meios humanos mobilizados.

Outras tarifas

O Diretório da Rede, a Regulamentação Ferroviária, bem como a documentação técnica necessária ao estudo dos pedidos de capacidade, são fornecidos aos interessados, a pedido, contra o pagamento de uma quantia correspondente ao custo de publicação.

1.2 Atividade das empresas do Grupo REFER

Apresentamos de seguida as atividades desenvolvidas pelas empresas do grupo REFER. De referir que estas, com exceção da RAVE, se integram na missão de “Gestão de Infraestruturas” descrita na nota 1.1.1.

1.2.1 Atividade de operação de telecomunicações ferroviárias

A REFER TELECOM, Serviços de Telecomunicações, S.A., adiante designada por REFER TELECOM, com sede em Lisboa, foi constituída em 9 de novembro de 2000, tendo como atividade o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas e sistemas de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades.

Em 2001 foi outorgado o “contrato de concessão” entre a REFER e a REFER TELECOM, que se traduz no direito desta, não exclusivo, de construir, gerir e explorar a infraestrutura de telecomunicações integrante da Infraestrutura Ferroviária Nacional. O contrato tem uma vigência de 30 anos, sendo renovável por períodos de 10 anos.

Como contrapartida a REFER TELECOM paga anualmente à REFER, uma renda cujo valor atual corresponde a uma percentagem sobre o volume de negócios, excluindo os proveitos decorrentes de serviços prestados no âmbito da gestão e manutenção das redes e sistemas de Telecomunicações Ferroviárias, área pela qual a REFER TELECOM é a única responsável.

A REFER TELECOM é a única entidade responsável pela conservação e manutenção da infraestrutura e se adotam níveis de qualidade de serviço muito mais exigentes, de forma a cumprir as exigências definidas pelo acionista de rigor e transparência, conforme estabelecido contratualmente.

1.2.2 Atividade de gestão integrada e valorização do património imobiliário do Grupo e valorização do património público ferroviário (espaços comerciais)

A REFER PATRIMÓNIO – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., adiante designada por REFER PATRIMÓNIO, surgiu em 13 de maio de 2011, resultado da reestruturação do Grupo REFER iniciada no decorrer do exercício de 2011, por alteração de denominação da INVESFER – Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios, S.A. com a fusão por incorporação da CP COM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A..

A referida reestruturação apresentava como principais vantagens:

- i. Otimização da gestão dos recursos patrimoniais de modo a proporcionar o incremento do nível global de rendimentos da REFER;
- ii. A implementação de um processo eficaz de racionalização da gestão do património imobiliário, reduzindo a estrutura e eliminando redundâncias de custos, concentrando a atividade de administração e gestão do património imobiliário numa única empresa.

Desse modo, toda a atividade da extinta CP COM, passou a estar integrada na REFER PATRIMÓNIO, cujo objeto abrange a gestão e exploração de patrimónios e empreendimentos imobiliários, próprios ou alheios; aquisição e alienação de bens imóveis e constituição de direitos sobre os mesmos, bem como aquisição de prédios para revenda e a gestão e exploração de estações e equipamentos associados, incluindo a respetiva exploração comercial (por meio de contrato de concessão com a REFER e subconcessões com a CP e a SOFLUSA).

A IFERVISA – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento Imobiliário, S.A., adiante designado por **IFERVISA**, é uma joint-venture com a VISABEIRA, e tem por atividade a aquisição, incluindo permuta, de imóveis para revenda, promoção, construção e desenvolvimento imobiliário e a prestação de serviços no domínio imobiliário incluindo contratos de gestão de projetos.

Em 2011, esta parceria foi objeto de uma negociação com a VISABEIRA que visava a transferência dos 50% da participação pertença do Grupo REFER, para a VISABEIRA. Considerada a forte intenção das Administrações envolvidas, e as razoáveis perspectivas de efetivação do negócio, esta participação passou a figurar nas contas do Grupo, como um ativo não corrente detido para venda, a conclusão do

negócio estava apenas pendente da autorização das tutelas que foi obtida já no final do presente exercício (notas 6.15; 12 e 13).

1.2.3 Prestação de serviços de engenharia e transporte

A REFER ENGINEERING, S.A. (ex-FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.) presta serviços de consultoria e de realização de estudos e projetos de engenharia, nas áreas de transportes, logística e outras, cobrindo a conceção, desenvolvimento, gestão, manutenção e exploração das respetivas infraestruturas e de assistência técnica. Exerce as atividades de cartografia, topografia, cadastro e expropriações e prestação ainda serviços de gestão integrada de empreendimentos e de fiscalização, bem como na área da gestão da qualidade, ambiente e segurança.

1.2.4 Projeto da alta velocidade

A “RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A. - Em Liquidação”, é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 2001, com o capital social de 2.500.000€, exclusivamente publico, sendo detida em 60% pelo Estado Português e em 40% pela Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P.E.. Tinha como objeto principal o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação das decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal continental, e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.

Por decisão governamental, a Lei do Orçamento de Estado para 2011, previu que a Rave fosse extinta por integração na REFER. Em consequência, no final do exercício de 2011, a atividade da empresa, os projetos, os contratos, o quadro de pessoal e a grande maioria dos ativos fixos tangíveis foram transferidos para a REFER, na perspetiva de que o Projeto Alta Velocidade fosse continuado pela REFER.

Como consequência, em 2012, a RAVE esteve praticamente inativa, resumindo-se a gerir situações correntes originadas com os ativos e passivos assumidos em anos anteriores.

No seguimento deste esvaziamento de atividade, em assembleia geral de 27 de novembro de 2012, o acionista determinou a entrada em liquidação a partir dessa mesma data. As contas assim apresentadas à data de 31 de dezembro de 2012, tem em vista a dissolução da RAVE, S.A. Em Liquidação, pelo que não são evidenciados nem ativos nem passivos não correntes.

O Agrupamento Europeu de Interesses Económicos – Alta Velocidade Espanha – Portugal, em diante, AVEP, foi constituído em 26 de Janeiro de 2001, sendo de momento detida em parte iguais pela REFER e ADIF (entidade espanhola). O objeto social do Agrupamento consiste na elaboração dos estudos prévios para as ligações Madrid-Lisboa-Porto e Porto-Vigo, com base em Diretiva Europeia, assim, a missão deste agrupamento é:

- Levar a cabo um conjunto de estudos técnico, económicos e financeiros com vista a levar a cabo as ligações ferroviárias mencionadas atrás;
- Assegurar a coerência e coordenação dos estudos técnicos realizados para cada uma das ligações;
- Sobre a base dos estudos técnicos, levar a cabo estudos económicos, financeiros e jurídicos exigidos pelas instâncias governamentais, nos quais se definem as adequadas estruturas de financiamento, construção e exploração das ligações em causa;
- Estudar as especificações de segurança e eleger os materiais a usar;
- Efetuar a coordenação dos diversos trabalhos, caso essa missão lhe venha a ser confiada;
- Realizar qualquer outra missão que lhe venha a ser confiada neste âmbito.

1.2.5 Gestão da Estação do Oriente

A GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., adiante designada por **GIL**, tem por atividade a gestão, manutenção, conservação e limpeza do Complexo Intermodal de Transportes, designado por Estação do Oriente, prestação de serviços de manutenção, limpeza e vigilância à REFER, e ao Metropolitano de Lisboa, nas respetivas componentes, cedência de espaços comerciais, exploração do parque de estacionamento, fornecimento de bens e serviços aos utilizadores dos espaços comerciais e cedência de espaços e prestação de serviços para a realização de eventos.

2. Bases de apresentação e políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas nos parágrafos que se seguem, e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações do Grupo REFER e a sua posição financeira, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, constituindo as demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

O Decreto-Lei n.º 158/2009, no n.º 1 do art.4º, veio introduzir em 2010 a obrigatoriedade de apresentação das contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, das sociedades com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado. Pelo n.º 1 do art.6º é estendida a obrigatoriedade de consolidação a qualquer empresa-mãe sujeita ao direito nacional. Desta forma, a REFER passou a estar obrigada à apresentação de contas consolidadas, a partir do exercício de 2010.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de março de 2013, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela. É da opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo REFER, bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa.

Todos os valores estão expressos em euros (€), sem arredondamentos, salvo indicação em contrário. As demonstrações financeiras do grupo REFER foram preparadas de acordo com as normas internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adotadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2012.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos que os antecederam.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, que se encontram registados ao respetivo valor de mercado.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Grupo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 2.3. (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

2.2 Bases de consolidação e políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, as quais são apresentadas na nota 4.

2.2.1 Métodos de consolidação adotados pelo grupo

Apresentam-se de seguida os métodos de consolidação adotados pelo Grupo.

Participações financeiras em empresas subsidiárias

De acordo com os conceitos previstos pela IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, empresas subsidiárias são as empresas controladas pela REFER.

Existe **controlo** quando a REFER detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a empresa detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objetivo de usufruir benefícios resultantes da sua atividade, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas subsidiárias foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de **consolidação integral**. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na nota 4.

As transações e saldos entre empresas subsidiárias são eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do grupo.

O capital próprio e os resultados correspondentes à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada de resultados, respetivamente na rubrica interesses não controlados. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses não controlados são imputados aos mesmos.

As transações que venham ocorrer com interesses não controlados serão registadas no capital próprio.

Os ativos e passivos de cada empresa do grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou tal como previsto na IFRS 3, durante um período de 12 meses após aquela data. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como “goodwill”. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício, exceto no caso de se tratarem de reforço de participações, onde o controlo já existia, nesse caso, a referida diferença será refletida diretamente nos capitais próprios, na rubrica de reservas por contrapartida do ajustamento dos interesses não controlados.

Participações financeiras em entidades conjuntamente controladas

De acordo com o estabelecido na IAS 31 – Interesses em empreendimentos conjuntos, os empreendimentos conjuntos podem assumir formas diferenciadas, sendo que a norma identifica três grandes tipos: i) operações conjuntamente controladas, ii) ativos conjuntamente controlados e iii) entidades conjuntamente controladas.

De acordo com a referida norma, no que às entidades conjuntamente controladas respeita, o Grupo pode optar entre a consolidação proporcional e o método da equivalência patrimonial.

Em 2012, a AVEP, passou a ser detida em 50%, diretamente pela empresa mãe, o que configurou uma alteração no perímetro de consolidação, visto que a participação indireta do Grupo na AVEP era em 2011 de 20%.

Dessa forma, as participações financeiras em empresas conjuntamente controladas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo **método de equivalência patrimonial**, desde a data em que o controlo conjunto é exercido. As empresas conjuntamente controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial encontram-se detalhadas na nota 4.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis na data de aquisição é reconhecido como goodwill e mantida no valor do investimento financeiro na rubrica de investimentos financeiros em associadas e entidades conjuntamente controladas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um ganho do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas conjuntamente controladas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da Empresa conjuntamente controlada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a Empresa conjuntamente controlada e nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da Empresa conjuntamente controlada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na empresa conjuntamente controlada, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas conjuntamente controladas tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do grupo.

Participações financeiras em empresas associadas

Conforme previsto na IAS 28 – Investimentos em associadas, empresas associadas são as empresas onde se exerça uma **influência significativa** sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Presume-se que existe influência significativa quando a entidade detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo **método da equivalência patrimonial**.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, bem como de dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como goodwill e mantida no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a associada e nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da associada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas encontram-se detalhadas na nota 4.

Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras em empresas subsidiárias, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas, e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de goodwill (caso respeite a empresas subsidiárias).

Exceto no caso de ser tratarem de reforço de participações, onde o controlo já existia, nesse caso, a referida diferença será refletida diretamente nos capitais

próprios, na rubrica de reservas por contrapartida do ajustamento dos interesses não controlados.

Quando reconhecido separadamente como ativo, qualquer perda por imparidade do goodwill é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração de rendimento integral na rubrica de outros ganhos e perdas, não sendo posteriormente revertida.

Se a contabilização inicial de uma concentração de atividades empresariais puder ser determinada apenas provisoriamente no final do período em que a concentração for efetuada porque os justos valores a atribuir aos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida ou o custo da concentração apenas podem ser determinados provisoriamente, o Grupo contabiliza a concentração usando a informação disponível.

Esses valores determinados provisoriamente serão ajustados aquando da determinação final dos justos valores dos Ativos e Passivos a ocorrer até um período máximo de doze meses após a data de aquisição. O goodwill ou qualquer outro ganho reconhecido será ajustado desde a data da aquisição por uma quantia igual ao ajustamento no justo valor à data de aquisição dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis a serem reconhecidos ou ajustados e a informação comparativa apresentada para os períodos anteriores à conclusão da contabilização inicial da concentração. Isto inclui qualquer depreciação, amortização ou outro efeito de lucro ou perda adicional reconhecido como resultado de concluir a contabilização inicial.

2.2.2 Atividade em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILDs) – Acordos de Concessão de Serviços – IFRIC 12

Decorrente do processo de cisão da atividade ferroviária em Portugal, em 1997, foi acometida à REFER a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de “agente” nesta atividade.

Aplicando este entendimento, os efeitos referentes a esta atividade são considerados de acordo com a IFRIC 12.

Assim, para efeitos de aplicação da IFRIC 12, considera-se que a Atividade em Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração consubstancia a existência de uma concessão entre o Estado (Ente Público) e a REFER (equiparado a Ente privado apesar de o único acionista ser o Estado), sendo essa atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido

através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de “Concessionário” nesta atividade.

A IFRIC 12 – Acordos de Concessão de serviços foi emitida pelo IASB em Novembro de 2006, para aplicação aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2008. A sua adoção na União Europeia ocorreu em 25 de março de 2009, ficando estabelecida a obrigatoriedade à sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2010.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços públicos nos quais o concedente (Estado) controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros
- Já existentes e às quais é dado acesso pelo operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito a concessão existente na REFER encontra-se incluída no âmbito desta IFRIC pelas razões que seguem:

- I. A REFER é uma entidade com fins lucrativos e sujeita à aplicação do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o seu acionista ser o estado, a mesma está constituída por um regime societário típico e dispõe de independência patrimonial face ao seu acionista, sendo dessa forma afastada a exclusão de aplicação da IFRIC 12 de acordo como seu §4;
- II. O decreto-lei que constitui a REFER, em substância pode ser considerado um acordo de concessão, pois o Estado na qualidade de Concedente, controla e regulamenta os serviços públicos prestados pela REFER, na qualidade de Concessionária, com as infraestruturas integrantes do domínio público ferroviário nacional, definindo igualmente a quem são prestados os serviços e a que preço;
- III. O Estado, através da propriedade, controla as Infraestruturas, pois pertencem ao domínio público do Estado, cedendo este à REFER o direito de acesso às mesmas para esta prestar o serviço público.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

- I. Modelo do ativo intangível – Quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da Infraestrutura;
- II. Modelo do ativo financeiro – Quando operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deve registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade dispõe, de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser em geral, legalmente vinculativo.
- III. Modelo “misto” – Este modelo, previsto no § 18 da IFRIC 12, aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Face à tipologia dos modelos, foi considerado que o que melhor traduz a atividade atribuída à REFER é o modelo do Ativo financeiro, pois de acordo com a legislação em vigor, o Estado (Ente público) suportará integralmente os custos associados a investimentos em infraestruturas ferroviárias nacionais, possuindo assim a REFER um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados em ILD's. Direito esse conferido quer pelo art.º11 da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres para o transporte ferroviário (LBTT), quer pelo DL 141/2008, de 22 Julho, quer ainda pelo Plano Estratégico de Transportes (PET) que enfatizam entre outros que “a construção de novas linhas e ramais ferroviários requer prévia aprovação do Ministro das Finanças e do ministro da tutela” e que o investimento necessário à construção de infraestrutura ferroviária, enquanto bens do domínio público é da responsabilidade do Estado.

No que respeita ao Ativo Financeiro, resultante da aplicação desta norma, o mesmo foi enquadrado de acordo com a IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Pelo facto de não existir acordo de concessão formal, a REFER assume as seguintes premissas para determinação do valor da concessão, baseando-se no princípio da substância sobre a forma e na legislação existente nomeadamente:

- A Lei de Bases do sistema de Transportes Terrestres Conservação e Vigilância da infraestrutura – Lei 10/90 - que legisla no nº 3 do artigo 11º a compensação devida pelo estado da totalidade dos encargos de construção, conservação e vigilância de infraestruturas, de harmonia com as normas a aprovar pelo Governo.
- Nos estatutos da REFER, E.P.E., nº 4 artigo 15º, que determina que “o valor dos bens patrimoniais adquiridos pela empresa, a título oneroso, e que sejam afetados ao domínio público, bem como os valores das benfeitorias realizadas pela empresa em bens de domínio público que lhe estejam afetos ou por ela

sejam administrados, deve ser repostos caso a empresa seja privada da sua administração ou exploração”

- No Plano Estratégico dos Transportes (RCM 45/2011):
 - O investimento necessário à construção de infraestruturas de transporte, enquanto bens e ativos do domínio público, é uma responsabilidade do Estado, como consta da própria Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres. Não obstante, nas últimas décadas, as empresas do sector empresarial do Estado dos transportes públicos terrestres e da infraestrutura ferroviária têm assumido o ónus de suportar nas suas demonstrações financeiras— através de emissão de dívida — os encargos decorrentes daquele investimento, por conta do Estado.
 - A dívida histórica das empresas do SEE de transportes públicos e da infraestrutura ferroviária resulta, em parte, da concretização de projetos de investimentos da responsabilidade do Estado, (...)
- Quando existam desafetações de domínio público ferroviário, o ganho ou perda obtido será afeto a esta atividade, conforme estabelecido em cada despacho de desafetação.

Assim, os valores suportados com os ILD's assumem a forma de “conta a receber” imputada à entidade “estado concedente”, sendo reconhecida inicialmente ao justo valor.

O ativo financeiro é constituído pelos ativos concessionados, que incluem as propriedades de domínio público ferroviário, em que a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efetuar a prestação de serviços de “Gestão de Infraestrutura”, acrescidos da rentabilização de ativos, quer por venda, que por melhorias efetuados nos mesmos, deduzidos dos subsídios recebidos e acrescidos dos juros imputados à concessão, que decorrem da inexistência contrato de concessão formalizado.

Como não existe maturidade definida, assume-se que os valores a receber se vencem no momento do débito. Consequentemente, a partir dessa data considera-se que é devido ao concessionário (REFER) juros relativamente ao valor em dívida. A forma de cálculo destes juros, é efetuada tendo por base as mesmas condições do financiamento obtido para financiar diretamente esta atividade. São assim debitados os juros e outros gastos financeiros incorridos com os empréstimos contraídos para financiamento da concessão.

Infraestruturas de longa duração (“ILD's”)

Os ativos concessionados, designados por Infraestruturas de Longa Duração são propriedade de Domínio Público Ferroviário, e a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efetuar a prestação dos serviços de “Gestão de infraestruturas”. Desta forma, encontram-se registados na rubrica da demonstração da posição financeira “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”, por não se qualificarem como ativos controlados por esta entidade. Estes ativos, para além das aquisições e construções posteriores à cisão do património da CP, englobam igualmente o património dos Gabinetes extintos e património transferido daquela empresa.

A utilização das ILD’s foi atribuída, como acima descrito, à REFER, pelo que os ativos fixos tangíveis das restantes empresas do Grupo estão afetos à atividade de Gestão de Infraestruturas, descrita de seguida. A única exceção é a RAVE (ver nota 5).

2.2.3 Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas

Os ativos fixos tangíveis registados na demonstração da posição financeira do Grupo REFER, referem-se a equipamentos utilizados no âmbito da atividade de GI, e não afetos à atividade de investimento em Infraestruturas de Longa Duração. O seu **reconhecimento inicial** é pelo custo.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo REFER adotou o modelo do custo permitido pela IAS 16 pelo que, os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das **quotas constantes**, às taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anual (em %), mais importantes, são as seguintes:

| Designação | % |
|--------------------------------|-----------------|
| Terrenos | Não amortizados |
| Edifícios e outras construções | 2 - 100 |
| Equipamento básico | 3,33 - 100 |
| Equipamento de transporte | 4 - 100 |
| Ferramentas e utensílios | 12,5 - 100 |
| Equipamento administrativo | 12,5 - 100 |
| Outos ativos tangíveis | 12,5 - 100 |

As vidas úteis dos ativos são revistas no final de cada exercício, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos.

Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou operacionais, depende da sua substância, e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação financeira – Grupo REFER como locatário

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira são classificados como ativos fixos tangíveis, em conformidade com a IAS 17 - Locações.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis da mesma natureza.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respetivos períodos durante o prazo de

locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Locação financeira – Grupo REFER como locador

Quando o direito de uso de um ativo fixo tangível é cedido no âmbito de uma locação financeira o valor presente das rendas da locação é reconhecido como um ativo financeiro a receber. A diferença entre o valor nominal a receber e o valor presente do valor a receber constitui um ganho financeiro a reconhecer pelo período de reembolso, refletindo uma taxa de juro constante.

O ativo fixo tangível em regime de locação financeira é desreconhecido da Demonstração da posição financeira no início do contrato.

Contratos de locação operacional - Grupo REFER como locatário

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação relativamente aos quais não se assumem os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado, são classificados como locações operacionais, em conformidade com a IAS 17 – Locações, não sendo por isso registados na rubrica de ativos fixos tangíveis.

As rendas são registadas como gastos nos respetivos períodos durante o prazo de locação (nota 10.1).

Contratos de locação operacional - Grupo REFER como locador

Quando o direito de uso de um ativo fixo tangível é cedido no âmbito de uma locação operacional o ativo é registado na demonstração da posição financeira de acordo com a sua natureza. Neste caso, o rédito da locação é reconhecido durante o período do contrato numa base linear.

O ativo fixo tangível em regime de locação operacional é depreciado de acordo com a vida útil estimada para os ativos da sua classe, independentemente do período de duração do contrato.

2.2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis reconhecidos na demonstração da posição financeira, referem-se essencialmente a programas informáticos.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

2.2.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cuja finalidade é a obtenção de rendas e não para uso na produção ou fornecimentos de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios do Grupo.

As propriedades de investimento estão registadas ao seu custo de aquisição e produção deduzidas de depreciações acumuladas e perdas de imparidades acumuladas quando aplicável.

Os custos incorridos com propriedades de investimento, nomeadamente, custos de gestão e manutenção, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração de rendimento integral exercício a que se referem. As benfeitorias para as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

Depreciações

As depreciações são realizadas de acordo com o método das quotas constantes, às taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem, sendo que os terrenos não são depreciados.

Imparidades

Anualmente é efetuada a comparação entre o valor contabilístico das propriedades de investimento e o seu valor recuperável, quer pelo uso (recorrendo a estimativa de cash flows atualizados), quer pela venda (verificando-se o valor de mercado do mesmo) caso o valor contabilístico seja inferior ao menor dos valores recuperáveis, é registada uma perda de imparidade com reflexo na Demonstração do resultados, se em anos posteriores se verificar que a referida perda deixou de existir, procede-se à respetiva reversão da mesma com efeitos nos resultados do ano.

2.2.6 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são **reconhecidos** na data da sua negociação (“trade date”) pelo seu justo valor (IAS 39). Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura.

O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como “derivados detidos para negociação”, sendo considerados correntes, e as respetivas variações no justo valor são registadas na Demonstração do Rendimento Integral do exercício em que ocorrem.

A 31 de dezembro de 2012 o Grupo REFER não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

2.2.7 Ativos financeiros

O Grupo REFER classifica os seus investimentos, na data da sua negociação (“trade date”), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Após o seu **reconhecimento inicial**, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são mensurados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2.8.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são **mensurados** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

As perdas por **imparidade** são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas ao risco de recuperação/cobrabilidade na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são **inicialmente** reconhecidos ao seu justo valor, sendo **subsequentemente** valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por **imparidade** quando existem indicadores de que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: i) análise de incumprimento; ii) incumprimento há mais de 6 meses; iii) dificuldades financeiras do devedor; iv) probabilidade de falência do devedor.

Quando valores a receber de clientes ou outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- O Grupo REFER tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- não se enquadram nas outras categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As partes de capital detidas que não sejam participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

2.2.8 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pela REFER.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pela REFER.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor o Grupo REFER inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

2.2.9 Imparidade de ativos

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo não financeiro excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. O valor recuperável corresponde ao menor entre o valor de uso e o justo valor menos custo de vender, e é determinado sempre que existam indicadores de perda de valor.

O valor de uso do ativo é calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

2.2.10 Inventários

As **mercadorias e os materiais diversos**, encontram-se mensurados ao mais baixo entre o custo de aquisição ou de produção e o valor realizável líquido.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

As saídas de armazém (consumos) são mensurados ao custo médio ponderado.

A REFER possui nos seus armazéns materiais a aplicar na construção da Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração. Estes inventários encontram-se apresentados na demonstração da posição financeira na rubrica “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração” (nota 5.2).

Os **produtos e trabalhos em curso** correspondem aos custos de produção incorridos com a construção e promoção de empreendimentos imobiliários e incorporam o custo com a aquisição do terreno, matérias-primas, gastos financeiros capitalizados e encargos com subcontratos e mão-de-obra.

2.2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses.

2.2.12 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o valor dos mesmos for recuperado através de uma operação de venda, ao invés do uso

continuado. Contudo, tal classificação exige que a transação de venda seja altamente provável, que o ativo se encontre disponível para venda imediata, que o Conselho de Administração esteja comprometido com a alienação do mesmo e que a mesma ocorra no curto-prazo (normalmente, mas não exclusivamente no prazo de um ano).

Os ativos não correntes detidos para venda são registados ao mais baixo do seu valor contabilístico, ou do seu valor de realização, deduzidos dos gastos com a sua alienação.

2.2.13 Passivos financeiros

Passivos financeiros representam obrigações contratuais de pagar, através da entrega de ativos financeiros, independentemente da sua forma legal. São **inicialmente** registados pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transação incorridos, e **subsequentemente** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.2.14 Empréstimos obtidos não correntes

O Grupo REFER reconhece os empréstimos bancários não correntes como um passivo financeiro em conformidade com a IAS 39 – Instrumentos financeiros; estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

O Grupo REFER detém empréstimos bancários não correntes, sob a forma de bilaterais e obrigações para financiar a construção de Infraestruturas de Longa Duração (ILD) e a atividade de Gestão de Infraestrutura. Os empréstimos que financiam a atividade de Investimento em ILD são reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração” (nota 5.5)..

2.2.15 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado.

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar referem-se aos saldos a pagar a fornecedores da atividade operacional do Grupo REFER. Os saldos de fornecedores relacionados com a aquisição/construção de ativos da atividade de Investimentos em

Infraestruturas de Longa Duração, encontram-se registados na demonstração da posição financeira na rubrica correspondente (nota 5.4).

2.2.16 Imparidades e provisões

São reconhecidas imparidades quando se verificam perdas no valor dos ativos registados na demonstração da posição financeira, conforme descrito em notas anteriores.

São constituídas provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para pagar a obrigação.

O Grupo REFER regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe uma probabilidade elevada de que venham a ocorrer exfluxos monetários da empresa (nota 6.20.). Este valor corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

2.2.17 Reconhecimento do rédito

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes réditos são registadas nas rubricas de outras contas a receber.

O rédito no Grupo REFER compreende:

- gestão de infraestrutura: as tarifas pela utilização de infraestrutura, a energia de tração, as manobras, a capacidade pedida não utilizada, e outros serviços conforme Diretório de Rede disponível no site da REFER, em cumprimento das disposições do Decreto-Lei 270/2003, alterado pelo Decreto-Lei 231/2007, e em particular a Secção III do Capítulo IV e no Regulamento 630/2011 o Diretório visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial de que necessitam para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER.

O Diretório da Rede apresenta as características da rede ferroviária portuguesa e explicita as condições gerais para aquisição, na mesma, de capacidade e dos serviços inerentes (nota 1.1.2.);

- telecomunicações: prestações de serviços de telecomunicações, aluguer de fibra ótica e redes de dados;

- prestações de serviços de engenharia de transportes;

- área imobiliária: contrapartidas de sub-concessão pela utilização de espaços comerciais e de serviços, vendas de apartamentos e espaços comerciais e as prestações de serviços de valorização patrimonial, de assistência técnica e outros serviços relacionados.

Nos contratos de prestação de serviços das áreas das telecomunicações e serviços de engenharia, o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento.

Na venda de apartamentos e espaços comerciais, o rédito é reconhecido na data de realização da escritura ou quando tenham sido transferidos os riscos e benefícios para o comprador (tomada de “posse” do ativo).

2.2.18 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração do rendimento integral exceto quando se relaciona com ganhos ou perdas diretamente reconhecidos em capitais próprios caso em que é também reconhecido diretamente em capitais próprios.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais em vigor à data do relato financeiro.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data de relato financeiro ou que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

2.2.19 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do relato financeiro e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas nos resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira foram as seguintes:

Unidade de medida: euro

| Moeda | 2012 | 2011 |
|--------------------|------|------|
| Franco Suíço (CHF) | 1,21 | 1,22 |
| Coroa Sueca (SEK) | 8,58 | 8,91 |

2.2.20 Subsídios

Os subsídios ao investimento atribuídos à REFER são **inicialmente** reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, sendo **subsequentemente** amortizados na proporção da depreciação dos ativos fixos tangíveis subsidiados, em conformidade com a IAS 20 – Subsídios do Estado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável.

Os subsídios obtidos para financiamento dos ativos adquiridos/construídos em Infraestruturas de Longa Duração, são reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica "Concedente-Estado-Conta a Receber" porque sendo atribuídos no âmbito da atividade concessionada, constituem reembolso de parte das despesas incorridas, sendo deduzidos ao valor a receber do concedente.

Quando se prececiona um risco de devolução dos subsídios, os mesmos passam a constar no passivo sem prejuízo do aumento da dívida a receber do Concedente (nota 5.7).

2.2.21 Informação sobre segmentos

Segmentos operacionais

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve uma atividade de negócio: i) de que pode obter réditos e incorrer em gastos; ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade; e iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira.

O Grupo REFER identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com

base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.

Uma entidade deve relatar separadamente as informações sobre cada segmento operacional identificado, que resulte da agregação de dois ou mais segmentos com características económicas semelhantes, ou que supere os patamares quantitativos previstos na IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

A área de atuação do Grupo REFER é a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, e atividades conexas a este serviço.

Foram identificados, no âmbito do Grupo REFER, os quatro segmentos operacionais apresentados na nota 19.

2.2.22 Entidades relacionadas

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas, adotada antecipadamente pelo Grupo REFER em 2010, veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transações existentes com o Estado, e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado.

Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais o Grupo REFER, direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais o Grupo REFER tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

O Grupo REFER divulga na nota 22, os saldos e transações que, à data de 31 de dezembro de 2012, tem com as entidades relacionadas, sobre as quais tem influência significativa. Relativamente às entidades públicas, e com as quais o Grupo REFER celebrou protocolos diretamente relacionados com a Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração, foi adotada a exceção permitida pela norma, de divulgar apenas as transações mais significativas (nota 22.4).

2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo REFER e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo REFER são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, se acreditam ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

O Conselho de Administração considera que as estimativas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo REFER e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor corresponde a cotações de mercado quando disponíveis e, na ausência destas, é determinado por recurso a preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, ainda, através de metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (para swaps plain-vanilla) ou modelos de avaliação de opções (para swaps exóticos). Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por Imparidade de Devedores

As perdas por imparidade relativas a devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Conselho de Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Todo este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

Reconhecimento de rendimentos/gastos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração do rendimento integral os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

Provisões para processos judiciais em curso

O Conselho de Administração considera que existe uma probabilidade elevada de que, para alguns processos judiciais em curso, venham a ocorrer exfluxos económicos do Grupo REFER. Por isso, é determinada uma estimativa do valor presente da responsabilidade, e registada uma provisão (nota 6.20).

Ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na Demonstração de Rendimento Integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor.

3. Políticas de gestão de risco financeiro

Riscos Financeiros

A atividade do Grupo REFER está exposta a fatores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa decorrentes de financiamentos obtidos.

A gestão do risco é conduzida pela Direção de Coordenação de Economia e Finanças da REFER em conjunto com as Direções Financeiras das restantes empresas, com base em princípios definidos pelo Conselho de Administração.

Estes departamentos identificam, avaliam e realizam operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

Gestão do risco de câmbio

O Grupo REFER não tem risco cambial com significado no decurso da sua atividade.

Gestão do risco de crédito

Todo o Grupo REFER está sujeito ao risco de crédito.

O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira para o Grupo. Este tipo de risco é incorrido pelo Grupo no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

A nível operacional, os principais clientes do Grupo REFER são:

- Na prestação de serviço público de gestão da infraestrutura a CP, a Fertagus, a Takargo e a CP Carga.
- Na operação de telecomunicações ferroviárias a CP.
- Na valorização do património público ferroviário a ZON TV CABO PORTUGAL, SIENT – Sistemas de Engenharia de trânsito, EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, MOP – Multimédia Outdoor Portugal, Metro do Porto, e Pingo Doce - Distribuição Alimentar.

O risco de crédito resultante da atividade operacional está essencialmente relacionado com o incumprimento no pagamento ao Grupo REFER das responsabilidades assumidas por aquelas entidades decorrentes dos serviços prestados. A CP é a contraparte principal tratando-se do operador exclusivo de passageiros em toda a rede com exceção da travessia da Ponte 25 de Abril. No final de 2012, a CP tinha em atraso o pagamento da tarifa de utilização referente aos meses de março a outubro de 2012. Apesar do risco de crédito estar fortemente concentrado na CP, o mesmo é mitigado pela natureza jurídica daquela entidade, dado tratar-se igualmente duma E.P.E. com capital detido a 100% pelo Estado Português.

Os ajustamentos de imparidade para clientes e outras contas a receber são calculados considerando o perfil de risco da contraparte e a sua condição financeira. O Conselho de Administração considera que estão reconhecidas as imparidades para os valores a receber que representam um risco real.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, o Grupo REFER detém uma exposição ao setor bancário nacional e internacional traduzida pelos saldos em depósitos à ordem e operações de instrumentos financeiros derivados contratadas. Até à data, o Grupo REFER não incorreu em qualquer imparidade

resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com os bancos.

A tabela seguinte apresenta um resumo a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 da qualidade de crédito dos depósitos e instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo:

Unidade de medida: euro

| Rating | 2012 | 2011 |
|------------|--------------------|-------------------|
| >=AA- | | 7 651 626 |
| >=A- | 16 245 195 | 15 453 887 |
| < A- | | 203 605 |
| <=BBB+ | 103 171 | |
| <=BB+ | 2 135 228 | |
| Sem rating | 213 437 301 | 3 005 727 |
| | 231 920 896 | 26 314 845 |

Nota: Não inclui caixa

Os ratings utilizados são os atribuídos pela Standard and Poor's às datas de relato.

Gestão do risco de liquidez

Todo o Grupo REFER está sujeito ao risco de liquidez.

Este tipo de risco mede-se pela capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às responsabilidades assumidas com os diferentes agentes económicos que interagem com a empresa, como sejam os fornecedores, os bancos, o mercado de capitais, etc. Este risco é medido pela liquidez à disposição da empresa para fazer face aquelas responsabilidades bem como à capacidade de geração de cash-flow decorrente da sua atividade.

Considerando a natureza jurídica do Grupo REFER, a capacidade de atuar sobre este risco é limitada. No entanto, o Grupo REFER procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade. Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso a instrumentos de curto prazo contratadas com instituições financeiras para fazer face à gestão corrente. Com a integração da REFER no perímetro de consolidação do Estado, a empresa passou a ser financiada diretamente pelo Estado português a partir de 2011, pelo que o risco de liquidez do Grupo baixou consideravelmente.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da REFER por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| | Notas | Menos de 1 ano | Entre 1 e 5 anos | + de 5 anos |
|--|-------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Emp Obtidos | | | | |
| - empréstimos para atividade Investimento | | 744 862 846 | 2 376 683 097 | 3 118 163 656 |
| - outros empréstimos | | 74 639 391 | 1 577 921 798 | 585 000 000 |
| - instrumentos financeiros deriv ados (gross outflows) | | 61 733 272 | 161 553 145 | 151 550 608 |
| - instrumentos financeiros deriv ados (gross inflows) | | - 44 324 205 | - 145 385 951 | - 157 846 000 |
| | | 836 911 304 | 3 970 772 089 | 3 696 868 264 |
| Fornecedores e contas a pagar | 6.5. | 102 846 688 | | |
| Aval | | 5 302 272 | 20 007 389 | 27 132 087 |
| | | 945 060 264 | 3 990 779 478 | 3 724 000 351 |

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

| | Notas | Menos de 1 ano | Entre 1 e 5 anos | + de 5 anos |
|--|-------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Emp Obtidos | | | | |
| - empréstimos para atividade Investimento | | 382 455 168 | 3 165 390 503 | 3 334 677 123 |
| - outros empréstimos | | 45 578 746 | 757 509 904 | 606 250 000 |
| - papel comercial | | 100 000 000 | | |
| - descobertos bancários | | 44 283 989 | | |
| - instrumentos financeiros deriv ados (gross outflows) | | 68 502 206 | 181 950 071 | 179 819 444 |
| - instrumentos financeiros deriv ados (gross inflows) | | - 58 968 912 | - 172 947 288 | - 187 190 000 |
| | | 581 851 196 | 3 931 903 190 | 3 933 556 567 |
| Fornecedores e contas a pagar | 6.5. | 178 108 259 | | |
| Aval | | 5 812 447 | 20 457 974 | 31 877 240 |
| | | 765 771 902 | 3 952 361 165 | 3 965 433 807 |

Gestão do risco de taxa de juro

No Grupo REFER, a única empresa sujeita a risco de taxa de juro é a REFER.

Até Outubro de 2012, a REFER geriu ativamente a sua carteira de dívida utilizando instrumentos financeiros derivados para a cobertura de risco de taxa de juro. Todos os derivados contratados têm, no máximo, a mesma maturidade dos passivos subjacentes.

As contrapartes da REFER nos contratos derivados são instituições financeiras nacionais e internacionais, de rating e credibilidade elevadas. As operações são enquadradas em contratos ISDA, de acordo com as normas internacionais. O principal objetivo da gestão de risco de taxa de juro é a proteção relativamente a movimentos de subida de taxa de juro, na medida em que as receitas da REFER são imunes a essa variável e, assim, inviabilizam uma cobertura natural.

A opção pelo tipo de instrumento resultou sempre de uma análise custo/benefício aplicada a cada caso. Para além do objetivo principal descrito acima, a REFER realizou ainda operações destinadas a reduzir o custo do financiamento a taxa fixa ou variável. Pontualmente, a empresa efetuou reestruturações de posições tirando partido da evolução do mercado. Na gestão de carteira procurou a diversificação como forma de manter um portfólio equilibrado e de volatilidade reduzida, adotando uma postura conservadora face aos riscos a assumir, quer em termos das características dos instrumentos, quer em termos dos indexantes. Esta estratégia determina a decisão da empresa de não classificar nenhum dos instrumentos derivados como de cobertura, na medida em que o impacto sobre resultados da parte da carteira não designável seria potencialmente mais desfavorável.

A partir de Novembro, o IGCP assumiu a responsabilidade de gestão e acompanhamento de toda a carteira de derivados da REFER como das restantes empresas reclassificadas.

Teste sensibilidade à taxa de juro

A REFER utiliza periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados das variações das taxas de juro e volatilidade sobre o justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados. Esta análise é um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro já que, na prática, tanto as taxas de juro como a volatilidade, raramente se alteram "ceteris paribus" e existem ainda outras variáveis que influenciam o justo valor daquelas posições, como por exemplo, as correlações. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- i. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (swaps) para cobrir o risco de taxa de juro associado a empréstimos de médio e longo prazo indexados a taxa de juro variável. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do swap respetivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse swap;
- ii. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (swaps) para reduzir os encargos financeiros associados a empréstimos de médio e longo prazo a taxa fixa. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do swap respetivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse swap;

- iii. À data de 31 de dezembro de 2012, a REFER não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;
- iv. Alterações no justo valor de empréstimos e instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros e/ou modelos de avaliação de opções utilizando taxas de mercado nos momentos de reporte;
- v. Sob estes pressupostos, a 31 de dezembro de 2012, um aumento ou diminuição de 0.5% e 5% nas curvas de taxa de juro (do euro, libra esterlina ou coroa sueca) e na curva de volatilidade das mesmas moedas, respetivamente, resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados com consequente impacto direto nos resultados:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| | Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados | | | |
|-----|---|--------------|-----------------------------------|--------------|
| | Variação na curva de taxa de juro | | Variação na curva de volatilidade | |
| | -0,50% | 0,50% | -5% | 5% |
| EUR | - 2 572 803 | - 15 417 192 | 17 337 014 | - 18 685 781 |
| GBP | - 9 050 000 | 4 720 000 | 98 125 | - 46 813 |

| | Variação no justo valor de empréstimos | |
|-----|--|--------------|
| | Variação na curva de taxa de juro | |
| | -0,50% | 0,50% |
| EUR | 117 729 584 | - 12 843 158 |

| | Efeito Líquido em resultados | | | |
|-----|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|--------------|
| | Variação na curva de taxa de juro | | Variação na curva de volatilidade | |
| | -0,50% | 0,50% | -5% | 5% |
| EUR | - 120 302 387 | 97 425 966 | 17 337 014 | - 18 685 781 |
| GBP | - 9 050 000 | 4 720 000 | 98 125 | - 46 813 |

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

| | Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados | | | |
|-----|---|--------------|-----------------------------------|--------------|
| | Variação na curva de taxa de juro | | Variação na curva de volatilidade | |
| | -0,50% | 0,50% | -5% | 5% |
| EUR | 9 769 645 | - 12 174 153 | 17 337 014 | - 18 685 781 |
| GBP | - 11 130 000 | 3 890 000 | 109 299 | - 482 714 |
| SEK | 0 | 0 | 629 | - 9 364 |

| | Variação no justo valor de empréstimos | |
|-----|--|--------------|
| | Variação na curva de taxa de juro | |
| | -0,50% | 0,50% |
| EUR | 87 631 866 | - 84 104 272 |

| | Efeito Líquido em resultados | | | |
|-----|-----------------------------------|-----------|-----------------------------------|--------------|
| | Variação na curva de taxa de juro | | Variação na curva de volatilidade | |
| | -0,50% | 0,50% | -5% | 5% |
| EUR | - 77 862 221 | 71930 119 | 17 337 014 | - 18 685 781 |
| GBP | - 11 130 000 | 3 890 000 | 109 299 | - 482 714 |
| SEK | 0 | 0 | 629 | - 9 364 |

Gestão do risco de capital

O objetivo da REFER em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

Após análise das necessidades financeiras para o investimento e para atividade operacional, as participações do Estado e os subsídios comunitários é, então, definido o plano de financiamento do Grupo REFER. A ausência de fontes de financiamento de mercado durante o ano de 2011 levou o Estado a conceder à REFER um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 2.062 milhões de euros e a aumentar o capital estatutário para 430,2 milhões de euros. Em 2012 através do Orçamento de Estado, o Estado concedeu à REFER empréstimos de médio e longo prazo que totalizaram 800 milhões de euros permitindo desta forma assegurar a sustentabilidade económica e financeira da empresa.

4. Empresas incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e atividades principais detidas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

Empresas incluídas no perímetro de consolidação da REFER

31 de dezembro de 2012

| Empresa | Sede Social | Percentagem de capital detido | | Principal atividade |
|---|-------------|-------------------------------|--------|---|
| | | 2012 | 2011 | |
| EMPRESA MÃE | | | | |
| REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. | Lisboa | - | - | |
| EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS | | | | |
| REFER TELECOM, Serviços de Telecomunicações, S.A. | Lisboa | 100% | 100% | Construir, gerir e explorar a infraestrutura de telecomunicações integrante da Infraestrutura Ferroviária Nacional |
| REFER PATRIMÔNIO - Administração e Gestão imobiliária, S.A. | Lisboa | 100% | 100% | Prestação de serviços de valorização do património da REFER não afeto à atividade ferroviária |
| REFER ENGINEERING - (Ex-FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.) | Lisboa | 98,43% | 98,43% | Serviços de engenharia e transporte, e produção e comercialização de agregados (descontinuada em 2009). |
| RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A. - Empresa em liquidação | Lisboa | 40% | 40% | Desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a concretização do projeto da rede ferroviária de alta velocidade em Portugal. |
| EMPRESAS ASSOCIADAS | | | | |
| GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. | Lisboa | 33,98% | 33,98% | Gestão, manutenção, conservação e limpeza do Complexo Intermodal de Transportes, designado por Estação do Oriente. |
| AVEP - Alta Velocidade de Espanha e Portugal, A.E.I.E. | Madrid | | 20% | Realização de estudos necessários à ligação Madrid-Lisboa - Porto e Porto - Vigo. |
| ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS | | | | |
| AVEP - Alta Velocidade de Espanha e Portugal, A.E.I.E. (a) | Madrid | 50% | | Realização de estudos necessários à ligação Madrid-Lisboa - Porto e Porto - Vigo. |

Em consequência da Lei do Orçamento de estado de 2011, que previa a extinção da RAVE, foi decidido em assembleia geral de 27 de novembro de 2012, que a mesma entraria em liquidação e que o investimento na AVEP, por esta detido em partes iguais com a ADIF(entidade espanhola), seria cedido à empresa mãe a título não oneroso. O exposto anteriormente traduziu-se numa alteração de perímetro

contabilístico, uma vez que a AVEP, considerada até então associado (pois a percentagem de participação do Grupo é de 20%) passa agora a ser considerada uma entidade conjuntamente controlada (nota 6.4).

5. Atividade de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração

A decomposição da “Atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração” é a seguinte:

Unidade de medida: euro

| Atividade em Investimentos de infraestrutura de longa duração | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|----------------------|----------------------|
| Ativo | | 4 832 848 225 | 4 857 065 118 |
| Correntes | | 4 832 848 225 | 4 857 065 118 |
| Concedente - Estado - Conta a Receber | 5.1. | 4 814 210 104 | 4 833 602 035 |
| Inventários | 5.2. | 14 475 401 | 15 649 824 |
| Clientes e outras contas a receber | 5.3. | 2 980 197 | 16 15 558 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.6. | 1 182 523 | 6 197 701 |
| Passivo | | 4 888 851 887 | 4 974 870 534 |
| Não Correntes | | 4 741 329 410 | 4 565 956 695 |
| Empréstimos obtidos | 5.5. | 4 741 329 410 | 4 565 956 695 |
| Correntes | | 147 522 477 | 408 913 839 |
| Empréstimos obtidos | 5.5. | 72 880 694 | 267 645 340 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 5.4. | 73 408 120 | 137 466 270 |
| Subsídios | 5.7. | 1233 663 | 3 802 229 |

5.1 Concedente – Estado – Conta a Receber

O Ativo financeiro subjacente à concessão é composto pelas rubricas abaixo:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|-------------------------------|-----------|----------------------|----------------------|
| Ativos concessionados (ILD's) | 5.11. | 8 494 941 589 | 8 433 654 856 |
| Subsídios | 5.12. | -4 281 442 790 | -4 015 363 325 |
| Rentabilização de ativos | 5.13. | - 3 088 956 | - 3 088 956 |
| Juros debitados | 5.14. | 908 700 262 | 723 599 460 |
| Imparidades | 5.15. | - 305 200 000 | - 305 200 000 |
| | 5. / 6.5. | 4 814 210 104 | 4 833 602 035 |

5.1.1 Ativos concessionados (ILD's)

Os movimentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 resumem-se da seguinte forma:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Ativos Concessionados (ILD's) | Saldo Inicial | Transferências | Aumentos | Abates/Regul | Saldo Final |
|--|----------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
| Ativos Concessionados (ILD's Ativas) | | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | 224 092 265 | 12 547 408 | | | 236 639 674 |
| Edifícios e Outras Construções | 5 793 859 349 | 256 885 287 | | | 6 050 744 636 |
| Equipamento Básico | 30 268 679 | | | | 30 268 679 |
| Ativos em Curso | 2 255 564 545 | - 270 179 062 | 618 76 874 | | 2 047 262 357 |
| Adiant. P/conta dos AC - ILD's | 5 919 188 | - 1 666 983 | 760 985 | | 5 013 190 |
| | 8 309 704 026 | - 2 413 350 | 62 637 859 | | 8 369 928 535 |
| Ativos Concessionados - ILD's Desativadas | | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | - 169 458 | | | - 2 355 340 | - 2 524 798 |
| Edifícios e Outras Construções | 5 301 845 | | | 848 996 | 6 150 841 |
| | 5 132 386 | | | - 1 506 344 | 3 626 042 |
| Ativos Concessionados - Alta Velocidade | | | | | |
| Ativos em Curso - Alta Velocidade | 118 818 444 | | 2 568 567 | | 121 387 011 |
| | 118 818 444 | | 2 568 567 | | 121 387 011 |
| Total dos Ativos Concessionados - ILD's (Nota 5.1.) | 8 433 654 856 | - 2 413 350 | 65 206 426 | - 1 506 344 | 8 494 941 589 |

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

| Ativos Concessionados (ILD's) | Saldo Inicial | Transferências | Aumentos | Abates/Regul | Saldo Final |
|---|----------------------|----------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| Ativos Concessionados (ILD's Ativas) | | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | 223 926 718 | 165 548 | | | 224 092 265 |
| Edifícios e Outras Construções | 4 912 272 951 | 881820 073 | | - 233 675 | 5 793 859 349 |
| Equipamento Básico | 30 268 679 | | | | 30 268 679 |
| Ativos em Curso | 2 794 517 587 | - 881384 160 | 342 431 118 | | 2 255 564 545 |
| Adiant. P/conta dos AC - ILD's | 7 579 068 | | | - 1659 880 | 5 919 188 |
| | 7 968 565 002 | 601 461 | 342 431 118 | - 1 893 555 | 8 309 704 026 |
| Ativos Concessionados - ILD's Desativadas | | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | - 169 843 | - 1096 | | - 8 520 | - 169 458 |
| Edifícios e Outras Construções | 6 367 130 | 716 | | - 1066 001 | 5 301845 |
| | 6 207 288 | - 380 | | - 1 074 521 | 5 132 386 |
| Ativos Concessionados - Alta Velocidade | | | | | |
| Ativos em Curso - Alta Velocidade | 116 120 339 | | 2 698 105 | | 118 818 444 |
| | 116 120 339 | | 2 698 105 | | 118 818 444 |
| Total dos Ativos Concessionados - ILD's (Nota5.1.) | 8 090 892 628 | 601 081 | 345 129 223 | - 2 968 076 | 8 433 654 856 |

Ativos Concessionados (ILD's Desativadas)

A rubrica dos ativos concessionados (ILD's Desativadas) resulta da obrigação, expressa nos despachos conjuntos dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, de autorização da desafetação de domínio público ferroviário, que os respetivos resultados de alienação sejam deduzidos aos valores a haver do concedente.

A variação ocorrida em 2012 resulta do protocolo de mutação dominial por transferência de bens de domínio público ferroviário, na freguesia de Valongo; da alienação de troços ferroviários das ex-linhas do Dão e Vouga, na área do concelho de Viseu, e respetivo património imobiliário; e da alienação de quatro parcelas destinada à construção da Plataforma Logística de Leixões no concelho de Matosinhos.

Nos ativos concessionados está incluída a seguinte instalação, que não se encontra à guarda da REFER:

Unidade de medida: euro

| Descrição | 2012 | 2011 |
|------------------|----------------|----------------|
| Terreiro do Paço | 128 559 | 128 559 |
| | 128 559 | 128 559 |

A instalação do Terreiro do Paço é a que consta no Despacho Conjunto nº 261/99, relacionado com o “estabelecimento da concessão CP” acrescida das obras de melhoria ocorridas em 31.12.1999.

5.1.2 Subsídios

Os movimentos ocorridos em subsídios foram os seguintes:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Descrição | Saldo Inicial | Aumentos | Regularizações | Saldo Final |
|---|----------------------|--------------------|----------------|----------------------|
| Pidacc | 1003.750.992 | 10 169 618 | | 1013 920 610 |
| Fundo de Coesão | 1217.142.085 | 252 719 341 | | 1469 861426 |
| DGTREN | 32.528.857 | | | 32 528 857 |
| FEDER-IOT | 635.547.003 | 321939 | | 635 868 943 |
| Alta Velocidade | | | | |
| Poceirão-Caia | 18.337.737 | | | 18 337 737 |
| Lisboa - Poceirão | 6.321250 | | | 6 321250 |
| Sinalização e Telecomunicações | 7.492.073 | | | 7 492 073 |
| Recebidos pela empresa RAVE | 118.836.633 | 2 568 567 | | 121405 200 |
| Outros | 975.406.695 | | | 975 406 695 |
| Subsídios - Atividade de Investimento (Nota5.1.) | 4 015 363 325 | 265 779 465 | | 4 281 142 790 |

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

| Descrição | Saldo Inicial | Aumentos | Regularizações | Saldo Final |
|---|----------------------|-------------------|------------------|----------------------|
| Pidacc | 996.750.992 | 7 000 000 | | 1003 750 992 |
| Fundo de Coesão | 1 164.473.514 | 52 668 572 | | 1217 142 085 |
| DGTREN | 317 13.831 | 8 15 026 | | 32 528 857 |
| FEDER-IOT | 634.998.658 | 548 345 | | 635 547 003 |
| Alta Velocidade | | | | |
| Poceirão-Caia | 18.337.737 | | | 18 337 737 |
| Lisboa - Poceirão | 7.071.250 | | - 750 000 | 6 321 250 |
| Sinalização e Telecomunicações | 7.492.073 | | | 7 492 073 |
| Recebidos pela empresa RAVE | 115.867.468 | 2 969 165 | | 118 836 633 |
| Outros | 975.406.695 | | | 975 406 695 |
| Subsídios - Atividade de Investimento (Nota 5.1) | 3 952 112 217 | 64 001 108 | - 750 000 | 4 015 363 325 |

Na nota 2.2.20 encontra-se descrita a política de reconhecimento dos subsídios.

À data da apresentação das contas, já foram devolvidas as seguintes verbas, por não se terem concretizado as ações para que tinham sido atribuídas, a título de adiantamento, após dois anos de atribuição:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Saldo Inicial | Reembolsos a fevereiro/2013 |
|--|-------------------|--------------------------------|
| Alta Velocidade | | |
| Poceirão-Caia | 18 337 737 | - 3 125 000 |
| Lisboa - Poceirão | 6 321 250 | - 6 321 250 |
| Sinalização e Telecomunicações | 7 492 073 | - 7 492 073 |
| Subsídios - Atividade de Investimento | 32 151 060 | - 16 938 323 |

O valor do reembolso implicará um ajustamento em 2013 do valor a receber do concedente, por estar diretamente relacionado com a atividade de investimentos em ILL's.

5.1.3 Rentabilização de Ativos

Esta rubrica refere-se ao produto resultante da rentabilização de ativos do domínio público ferroviário:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|--------------------------|-------|-------------|-------------|
| Rentabilização de Ativos | 5.1 | - 3 088 956 | - 3 088 956 |

5.1.4 Juros Debitados

Os juros debitados decorrem da situação já explanada na nota 2.2.2. A variação ocorrida nesta rubrica: 2012: 185.100.802 euros (2011: 125.018.463 euros) é relevada na rubrica de ganhos financeiros – Juros obtidos – concedente – Estado (nota 16).

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|-----------------|-------|-------------|-------------|
| Juros debitados | 5.1 | 908 700 262 | 723 599 460 |

5.1.5 Imparidades

A constituição do capital estatutário da REFER foi realizada em espécie, com a entrega da infraestrutura ferroviária, avaliada então em 62.349.737 euros. De 1998 a 2001, o Estado Português procedeu ao aumento do capital estatutário da REFER no total de 242.850.262 euros, destinando estes aumentos, conforme consta em cada despacho conjunto de aprovação, ao financiamento dos investimentos em infraestruturas de longa duração integrantes do domínio público ferroviário.

À data de constituição da REFER, e seguindo o normativo contabilístico em vigor, em que o valor dos ativos de domínio público ferroviário constava como ativos fixos (imobilizado corpóreo no então normativo) da REFER, os valores foram relevados como capital. Com a adoção da IFRIC 12, estes valores assumem a forma de reembolso efetuado em devido tempo aos investimentos realizados na infraestrutura de longa duração pelo concessionário REFER, totalizando o valor de 305.200.000 euros.

É assim considerado que este valor já não será reembolsado pelo concedente, relevando-se assim o valor a receber do concedente em imparidade relativamente ao valor já recebido, ou seja em 305.200.000 euros.

5.2 Inventários

Esta rubrica refere-se aos materiais que se encontram em armazém para aplicação na construção das infraestruturas ferroviárias.

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|----------------------------|-------|-------------------|-------------------|
| Inventários | | 14 750 434 | 15 924 857 |
| Imparidades em inventários | | - 275 033 | - 275 033 |
| | 5. | 14 475 401 | 15 649 824 |

5.3 Clientes e outras contas a receber

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|--------------------------|-----------|------------------|------------------|
| Outros devedores (REFER) | | 842 938 | 1429 021 |
| Outros devedores (RAVE) | | 2 137 259 | 186 538 |
| | 5. / 6.5. | 2 980 197 | 1 615 558 |

Nesta rubrica referimos o valor a receber da Câmara Municipal de Espinho no total de 619.681 euros (em 2011: 619.681 euros), e as rubricas de Outros devedores da RAVE, no montante de 2.130.042 euros (2011: 143.521 euros).

5.4 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|--|-----------|-------------------|--------------------|
| Fornecedores e outras contas a pagar (REFER) | | 71633 095 | 135 369 719 |
| Fornecedores e outras contas a pagar (RAVE) | | 1775 025 | 2 096 551 |
| | 5. / 6.5. | 73 408 120 | 137 466 270 |

A rubrica de fornecedores e outras contas a pagar explica-se, essencialmente, por dívidas originadas no âmbito de obras efetuadas com a prossecução da política de modernização / remodelação / construção das linhas ferroviárias. Inclui-se também neste saldo a responsabilidade de entrega de um Parque Urbano à Câmara Municipal de Sines valorizado em 1.297.631 euros (2010: 1.297.631 euros).

A rubrica de acréscimos de gastos inclui o valor de 55.481 milhares de euros (66.842 milhares de euros em 2011) de juros corridos com os empréstimos afetos à Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração.

5.5 Empréstimos Obtidos

Apresenta-se a seguinte discriminação de Empréstimos afetos à Atividade de ILD's:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|-----------------------------------|-----------|----------------------|----------------------|
| Empréstimos não correntes | | | |
| Dívidas a instituições de crédito | | 1308 997 010 | 1381877 704 |
| Empréstimos Obrigacionistas | | 1602 145 208 | 1595 463 755 |
| Empréstimo do Estado | | 1830 187 193 | 1588 615 236 |
| | 5. / 6.5. | 4 741 329 410 | 4 565 956 695 |
| Empréstimos correntes | | | |
| Dívidas a instituições de crédito | | 72 880 694 | 267 645 340 |
| | 5. / 6.5. | 72 880 694 | 267 645 340 |

Os empréstimos afetos à atividade de investimento, decorrem da necessidade direta de financiamento dos valores a haver do concedente e tratam-se fundamentalmente de empréstimos obrigacionistas e empréstimos concedidos ou avalizados diretamente pelo Estado.

A alocação dos empréstimos obrigacionistas Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 é efetuada pelo custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

5.5.1 Dívidas a instituições de Crédito

Os termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento apresentam-se como segue:

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento
31 de dezembro de 2012

| | Designação | Data de assinatura | Montante (€) | Capital em dívida | Amortização | | | Pagamento de Juros | Taxa de Juro | Última Taxa de Juro |
|---|---------------------------------|--------------------|--|--|--------------|------------|--------------------------------------|--------------------------------------|---|----------------------------|
| | | | | | Data inicial | Data final | Periodicidade | | | |
| FINANCIAMENTO BEI COM AVAL | CP III Linha do Norte-B | 14-07-1997 | 49 879 790 | 33 253 193 | 15-06-2008 | 15-06-2022 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 12-Jan | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 0,313% |
| | Linha do Douro | 09-09-1996 | 43 894 215 | 17 557 686 | 15-09-2007 | 15-09-2016 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 0,313% |
| | Travessia Ferroviária do Tejo | 01-10-1996 | 99 759 579 | 39 903 832 | 15-09-2007 | 15-09-2016 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 0,313% |
| | Travessia Ferroviária do Tejo-B | 14-11-1997 | 99 759 579 | 33 253 193 | 15-09-2003 | 15-09-2017 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 0,313% |
| | Travessia Ferroviária do Tejo-C | 26-11-1998 | 25 000 000 25 000 000 49 759 579 | 12 082 500 12 570 000 19 903 832 | 15-09-2004 | 15-09-2018 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | 1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var. | 4,670% 5,800% 0,313% |
| | Linha do Minho-A | 26-11-1998 | 25 000 000 25 000 000 24 819 685 | 12 082 500 12 570 000 9 927 874 | 15-09-2004 | 15-09-2018 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | 1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var. | 4,670% 5,800% 0,313% |
| | CP III Linha do Norte-D | 10-11-2000 | 25 937 491 | 22 479 159 | 15-09-2011 | 15-09-2020 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 0,313% |
| | Ligação ao Algarve-A | 08-10-2001 | 90 000 000 | 84 000 000 | 15-09-2012 | 15-09-2021 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12% | 0,303% |
| | Linha do Minho-B | 08-10-2001 | 59 855 748 | 55 865 364 | 15-09-2012 | 15-09-2021 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12% | 0,303% |
| | CP III/2 L. Norte-A | 02-10-2002 | 100 000 000 | 100 000 000 | 15-03-2013 | 15-03-2022 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12% | 0,303% |
| | CP III/2 L. Norte-B | 15-07-2004 | 200 000 000 | 200 000 000 | 15-12-2014 | 15-12-2023 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 0,313% |
| | Suburbanos | 25-11-2004 | 100 000 000 | 80 952 381 | 15-06-2009 | 15-06-2024 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 0,313% |
| | Suburbanos B | 14-12-2005 | 100 000 000 | 85 714 286 | 15-09-2010 | 15-09-2025 | Anual | 15-Set | Fixa Revisível | 3,615% |
| | Suburbanos C | 12-10-2006 | 55 000 000 | 49 761 905 | 15-03-2011 | 15-03-2026 | Anual | 15-Mar | Fixa Revisível | 4,247% |
| | Ligação ao Algarve-B | 02-10-2002 | 30 000 000 | 30 000 000 | 15-03-2013 | 15-03-2022 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12% | 0,303% |
| | CP III 2 Linha do Norte-C | 08-01-2009 | 100 000 000 | 100 000 000 | 15-06-2017 | 15-06-2026 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | Euribor 3M+0,054% | 0,237% |
| CP III 2 Linha do Norte-D | 08-01-2009 | 100 000 000 | 100 000 000 | 15-12-2017 | 15-12-2026 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | Euribor 3M+0,056% | 0,239% | |
| BEI sem Aval | Refer V | 20-08-2008 | 160 000 000 | 160 000 000 | 15-03-2014 | 15-03-2033 | Anual | 15-Mar | Fixa Revisível | 4,786% |
| | Refer VI | 10-09-2009 | 110 000 000 | 110 000 000 | 15-09-2013 | 15-09-2032 | Anual | 15-Set | Fixa Revisível | 2,976% |
| Eurobond c/ Aval | Eurobond 06/26 (1) | 08-11-2006 | 600 000 000 | 600 000 000 | 16-11-2026 | | Bullet | 16-Nov | Fixa | 4,047% |
| | Eurobond 09/19 (1) | 18-02-2009 | 500 000 000 | 500 000 000 | 18-02-2019 | | Bullet | 18-Fev | Fixa | 5,875% |
| | Eurobond 09/24 (1) | 18-10-2009 | 500 000 000 | 500 000 000 | 18-10-2024 | | Bullet | 18-Out | Fixa | 4,675% |
| Emp. Sem Aval | Empréstimo Estado Português | 30-12-2011 | 1 836 524 749 | 1 836 524 749 | 31-05-2013 | 30-11-2016 | Semestral | 31-Mai 30-Nov | Fixa | 2,770% |
| Total | | | | 4.818.402.453 | | | | | | |
| (1) Total considerando custo efetivo | | | | 4.814.210.104 | | | | | | |

| | Designação | Data de assinatura | Montante (€) | Capital em dívida | Amortização | | | Pagamento de Juros | Taxa de Juro | Última Taxa de Juro |
|---|---------------------------------|--------------------|--|--|--------------|------------|---------------|--------------------------------------|--|---------------------|
| | | | | | Data inicial | Data final | Periodicidade | | | |
| FINANCIAMENTOS BEI COM AVAL | CP II E | 29-06-1992 | 30 633 783 | 2 356 445 | 15-06-1998 | 15-06-2012 | Anual | 15-Jun | Variável BEI | |
| | CP III Linha do Norte-B | 14-07-1997 | 49 879 790 | 36 578 512 | 15-06-2008 | 15-06-2022 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 12-Jan | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | |
| | Linha do Douro | 09-09-1996 | 43 894 215 | 21 947 107 | 15-09-2007 | 15-09-2016 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | |
| | Travessia Ferroviária do Tejo | 01-10-1996 | 99 759 579 | 49 879 790 | 15-09-2007 | 15-09-2016 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | |
| | Travessia Ferroviária do Tejo-B | 14-11-1997 | 99 759 579 | 39 903 832 | 15-09-2003 | 15-09-2017 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | |
| | Travessia Ferroviária do Tejo-C | 26-11-1998 | 25 000 000 25 000 000 49 759 579 | 13 792 500 14 282 500 23 221 137 | 15-09-2004 | 15-09-2018 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | 1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. v.ar. | 4,670% 5,800% |
| | Linha do Minho-A | 26-11-1998 | 25 000 000 25 000 000 24 819 685 | 13 792 500 14 282 500 11 582 519 | 15-09-2004 | 15-09-2018 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | 1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. v.ar. | 4,670% 5,800% |
| | CP III Linha do Norte-D | 10-11-2000 | 25 937 491 | 24 208 325 | 15-09-2011 | 15-09-2020 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 1,658% |
| | Ligação ao Algarve-A | 08-10-2001 | 90 000 000 | 90 000 000 | 15-09-2012 | 15-09-2021 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12% | 1,648% |
| | Linha do Minho-B | 08-10-2001 | 59 855 748 | 59 855 748 | 15-09-2012 | 15-09-2021 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12% | 1,648% |
| | CP III/2 L. Norte-A | 02-10-2002 | 100 000 000 | 100 000 000 | 15-03-2013 | 15-03-2022 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12% | 1,648% |
| | CP III/2 L. Norte-B | 15-07-2004 | 200 000 000 | 200 000 000 | 15-12-2014 | 15-12-2023 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 1,658% |
| | Suburbanos | 25-11-2004 | 100 000 000 | 85 714 286 | 15-06-2009 | 15-06-2024 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15% | 1,658% |
| | Suburbanos B | 14-12-2005 | 100 000 000 | 90 476 190 | 15-09-2010 | 15-09-2025 | Anual | 15-Set | Fixa Revisível | 3,615% |
| | Suburbanos C | 12-10-2006 | 55 000 000 | 52 380 952 | 15-03-2011 | 15-03-2026 | Anual | 15-Mar | Fixa Revisível | 4,247% |
| | Ligação ao Algarve-B | 02-10-2002 | 30 000 000 | 30 000 000 | 15-03-2013 | 15-03-2022 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12% | 1,648% |
| | CP III 2 Linha do Norte-C | 08-01-2009 | 100 000 000 | 100 000 000 | 15-06-2017 | 15-06-2026 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | Euribor 3M+0,054% | 1,582% |
| | CP III 2 Linha do Norte-D | 08-01-2009 | 100 000 000 | 100 000 000 | 15-12-2017 | 15-12-2026 | Anual | 15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez | Euribor 3M+0,056% | 1,584% |
| BEI sem Aval | Refer V | 20-08-2008 | 160 000 000 | 160 000 000 | 15-03-2014 | 15-03-2033 | Anual | 15-Mar | Fixa Revisível | 4,786% |
| | Refer VI | 10-09-2009 | 110 000 000 | 110 000 000 | 15-09-2013 | 15-09-2032 | Anual | 15-Set | Fixa Revisível | 2,976% |
| Eurobond c/Aval | Eurobond 06/26 (1) | 08-11-2006 | 600 000 000 | 600 000 000 | 16-11-2026 | | Bullet | 16-Nov | Fixa | 4,047% |
| | Eurobond 09/19 (1) | 18-02-2009 | 500 000 000 | 500 000 000 | 18-02-2019 | | Bullet | 18-Fev | Fixa | 5,875% |
| | Eurobond 09/24 (1) | 18-10-2009 | 500 000 000 | 500 000 000 | 18-10-2024 | | Bullet | 18-Out | Fixa | 4,675% |
| Emp. Com Aval | Emp. "Schuldschein" WestLB AG | 02-10-2002 | 200 000 000 | 200 000 000 | 08-10-2012 | | Bullet | 08-Abr 08-Out | Euribor 6M | 1,755% |
| Emp. Sem Aval | Empréstimo Estado Português | 30-12-2011 | 1 588 615 235 | 1 588 615 235 | 31-05-2013 | 30-11-2016 | Semestral | 31-Mai 30-Nov | Fixa | 6,500% |
| Papel Comercial | Papel Comercial sem aval | Várias datas | 5 268 201 | 5 268 201 | - | Mar-12 | - | Semestral/ Trimestral | - | 5,23% |
| Total | | | | 4.838.138.280 | | | | | | |
| (1) Total considerando custo efetivo | | | | 4.833.602.035 | | | | | | |

Os empréstimos BEI, Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 foram contraídos exclusivamente para financiamento de projetos de investimento em Infraestruturas de Longa Duração.

Os respetivos juros são pagos trimestral, semestral ou anualmente e postecipadamente.

Nos empréstimos BEI e Estado Português, o capital é reembolsado em anuidades iguais e consecutivas, após o período de carência. Os restantes serão amortizados integralmente na maturidade.

Com exceção dos empréstimos BEI REFER V, BEI REFER VI e Estado Português todos os empréstimos beneficiam de aval do Estado.

Em Outubro de 2012 foi integralmente amortizado o empréstimo Schuldschein West LB no valor de 200 milhões de euros. O refinanciamento deste empréstimo através de empréstimos do Estado levou a uma alteração do valor de empréstimos do Estado afectos à Actividade de Investimento, passando de 1.588 milhões de euros em 2011 para 1.830 milhões de euros em 2012.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2012:

Financiamentos a Taxa Fixa - Justo Valor

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Designação | Valor Nominal | Capital em dívida | Justo Valor | Taxa de Juro |
|-----------------------------------|---------------|----------------------|----------------------|--------------|
| BEI - Minho A | 25 000 000 | 12 082 500 | 13 682 821 | 4,67% Fixa |
| BEI - Minho A | 25 000 000 | 12 570 000 | 14 709 006 | 5,80% Fixa |
| BEI - Tejo C | 25 000 000 | 12 082 500 | 13 682 821 | 4,67% Fixa |
| BEI - Tejo C | 25 000 000 | 12 570 000 | 14 709 006 | 5,80% Fixa |
| BEI - Suburbanos B | 100 000 000 | 85 714 286 | 99 730 622 | 3,615% Fixa |
| BEI - Suburbanos C | 55 000 000 | 49 761 905 | 60 243 862 | 4,247% Fixa |
| BEI - REFER V | 160 000 000 | 160 000 000 | 206 986 158 | 4,786% Fixa |
| BEI - REFER VI | 110 000 000 | 110 000 000 | 122 735 891 | 2,976% Fixa |
| Eurobond 06/26 | 600 000 000 | 600 000 000 | 414 409 709 | 4,047% Fixa |
| Eurobond 09/19 | 500 000 000 | 500 000 000 | 433 613 520 | 5,875% Fixa |
| Eurobond 09/24 | 500 000 000 | 500 000 000 | 374 931 153 | 4,675% Fixa |
| Empréstimo Estado Português 11/16 | 1 830 187 193 | 1 830 187 193 | 1 801 807 873 | 2,77% Fixa |
| | | 3 884 968 383 | 3 571 242 441 | |

5.6 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa, no montante de 1.182.523 euros (2011: 6.197.701 euros), diz respeito a saldo de caixa e de depósitos, remanescentes nesta data do processo de liquidação em curso da RAVE.

Os componentes de caixa e seus equivalentes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da demonstração da posição financeira.

5.7 Subsídios

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|-----------|-----------|----------|-----------|
| Subsídios | 5. / 6.5. | 1233 663 | 3 802 229 |

O montante registado nesta rubrica reporta-se aos valores recebidos a título de subsídios pela RAVE, de acordo com a política definida na nota 2.2.20.

6. Atividade de Gestão da infraestrutura

6.1 Ativos Fixos Tangíveis

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Valor Bruto | Saldo Inicial | Transferências | Aumentos | Abates/Reg | Saldo Final |
|---|--------------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| Ativos Fixos Tangíveis | | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | 5 947 252 | 85 084 | | - 60 760 | 5 971 575 |
| Edifícios e Outras Construções | 40 793 501 | 1399 440 | 25 744 | - 938 343 | 41380 342 |
| Equipamento Básico | 45 432 888 | 7 798 194 | 4 177 974 | - 451991 | 56 957 066 |
| Equipamento de Transporte | 6 362 126 | | 40 813 | - 101996 | 6 300 943 |
| Ferramentas e Utensílios | 558 235 | | 1627 | | 559 862 |
| Equipamento Administrativo | 13 833 027 | 32 444 | 77 097 | - 1020 785 | 12 921 783 |
| Outros AFT | 1075 193 | | 23 759 | - 5 346 | 1093 606 |
| Ativos em curso | 10 154 263 | - 7 775 159 | 629 667 | | 3 008 770 |
| Total do Ativo Fixo Tangível Bruto | 124 156 485 | 1 540 003 | 5 076 681 | - 2 579 221 | 128 193 948 |

| Depreciações | Saldo Inicial | Transferências | Aumentos | Abates/Reg | Saldo Final |
|---|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos Fixos Tangíveis | | | | | |
| Edifícios e Outras Construções | 14 685 009 | | 1462 028 | - 80 115 | 16 066 921 |
| Equipamento Básico | 28 875 325 | | 4 805 996 | - 438 742 | 33 242 579 |
| Equipamento de Transporte | 6 136 044 | | 115 878 | - 101995 | 6 149 927 |
| Ferramentas e Utensílios | 554 617 | | 4 360 | | 558 977 |
| Equipamento Administrativo | 12 455 621 | | 563 331 | - 1115 884 | 11903 068 |
| Outros AFT | 926 154 | | 36 495 | - 5 346 | 957 303 |
| Total das Depreciações | 63 632 769 | | 6 988 088 | - 1742 082 | 68 878 775 |
| Total do Ativo Fixo Tangível Líquido | 60 523 715 | 1 540 003 | - 1 911 407 | - 837 139 | 59 315 172 |

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

| Valor Bruto | Saldo Inicial | Alteração do perímetro | Transferências | Aumentos | Abates/Reg | Saldo Final |
|---|--------------------|------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| Ativos Fixos Tangíveis | | | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | 5 947 252 | | 8 480 | | - 8 480 | 5 947 252 |
| Edifícios e Outras Construções | 43 300 447 | | - 2 454 491 | 631553 | - 684 008 | 40 793 501 |
| Equipamento Básico | 42 572 891 | - 34 293 | 282 524 | 2 661043 | - 49 276 | 45 432 888 |
| Equipamento de Transporte | 6 711468 | | 125 319 | 43 944 | - 518 606 | 6 362 126 |
| Ferramentas e Utensílios | 554 567 | | | 3 888 | - 220 | 558 235 |
| Equipamento Administrativo | 15 112 667 | - 191571 | 765 568 | 478 060 | - 2 331695 | 13 833 027 |
| Outros AFT | 1024 574 | - 1543 | | 72 805 | - 20 643 | 1075 193 |
| Ativos em curso | 3 229 272 | | - 390 559 | 7 315 550 | | 10 154 263 |
| Total do Ativo Fixo Tangível Bruto | 118 453 137 | - 227 407 | - 1 663 160 | 11 206 844 | - 3 612 929 | 124 156 485 |

| Depreciações | Saldo Inicial | Alteração do perímetro | Transferências | Aumentos | Abates/Reg | Saldo Final |
|---|-------------------|------------------------|--------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| Ativos Fixos Tangíveis | | | | | | |
| Edifícios e Outras Construções | 13 143 251 | | | 1551237 | - 9 480 | 14 685 009 |
| Equipamento Básico | 25 028 746 | - 34 293 | | 3 925 963 | - 45 091 | 28 875 325 |
| Equipamento de Transporte | 6 475 689 | | | 159 211 | - 498 856 | 6 136 044 |
| Ferramentas e Utensílios | 545 809 | | | 9 027 | - 220 | 554 617 |
| Equipamento Administrativo | 13 779 301 | - 175 012 | | 1035 567 | - 2 134 235 | 12 455 621 |
| Outros AFT | 899 490 | - 1543 | | 48 519 | - 20 311 | 926 154 |
| Total das Depreciações | 59 872 286 | - 210 848 | | 6 729 524 | - 2 758 193 | 63 632 769 |
| Total do Ativo Fixo Tangível Líquido | 58 580 851 | - 16 559 | - 1 663 160 | 4 477 320 | - 854 736 | 60 523 715 |

Os movimentos ocorridos na rubrica de equipamento básico resultam, essencialmente, do esforço de investimento na estratégia de modernização da Infraestrutura de Fibra Ótica e do aumento da sua capacidade, na operacionalização da rede móvel digital ferroviária de GSM-R e na consolidação da Cloud Computing, no seguimento da comercialização da solução “cloudsolution”.

O aumento verificado na rubrica de Equipamento Administrativo respeita à aquisição de equipamentos informáticos.

Os abates registados são referentes à alienação de equipamento administrativo, que após a mudança de instalações deixou de ser utilizado.

6.2 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento registaram a seguinte evolução:

Unidade de medida: euro

| Propriedades de investimento | Notas | 2012 | 2011 |
|--------------------------------|-------|------------------|------------------|
| Ativo bruto | | | |
| Saldo inicial | | 4 558 432 | 4 558 432 |
| Regularizações | | - 205 247 | |
| Saldo final | | 4 353 185 | 4 558 432 |
| Depreciações acumuladas | | | |
| Saldo inicial | | 118 367 | 49 990 |
| Reforço | | 54 867 | 68 376 |
| Saldo final | | 173 234 | 118 367 |
| Imparidades acumuladas | 13. | 127 885 | 127 885 |
| Valor líquido | | 4 052 066 | 4 312 180 |

As **propriedades de investimento** são constituídas por dois imóveis detidos pelo Grupo para arrendamento. Um dos edifícios, em Sines, já se encontra arrendado desde abril de 2009.

O segundo imóvel está situado em Viana do Castelo e foi classificado como propriedade de investimento em 2010, por existir, uma intenção forte do mesmo Instituto para o arrendamento de uma parte significativa, prevê-se que o mesmo seja arrendado no decorrer do próximo exercício.

De acordo com a Administração, o justo valor das propriedades não sofreu alterações significativas face ao exercício de 2011, assim, para os cálculos dos mesmos são considerados os valores do arrendamento já em vigor no caso de Sines e os estimados a receber para as frações de Viana do Castelo.

Desse modo, o justo valor das propriedades de investimento a 31 de dezembro de 2012 é o mesmo que em 2011 e ascende a 5.158.799 euros.

As propriedades de investimento são depreciadas durante o período de vida útil expectável pelo método das quotas constantes (nota 2.2.3).

6.3 Ativos Intangíveis

Os movimentos ocorridos em 2012 e 2011 nas rubricas dos Ativos Intangíveis e respetivas amortizações foram:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Valor Bruto | Saldo Inicial | Transf/Reg | Aumentos | Abates | Saldo Final |
|--|-------------------|----------------|----------------|------------------|-------------------|
| Ativos Intangíveis | | | | | |
| Despesas de Desenvolvimento | 662 768 | 262 888 | | | 925 656 |
| Programas de Computador | 19 683 507 | 778 751 | 326 080 | - 102 950 | 20 685 388 |
| Propriedade Industrial e Outros Direitos | 29 928 | | | | 29 928 |
| Ativo Intangível em Curso | 2 402 493 | - 771 243 | 120 017 | | 1 751 267 |
| Total do Ativo Intangível Bruto | 22 778 696 | 270 396 | 446 097 | - 102 950 | 23 392 239 |

| Amortizações | Saldo Inicial | Transf/Reg | Aumentos | Abates | Saldo Final |
|--|-------------------|----------------|------------------|------------------|-------------------|
| Ativos Intangíveis | | | | | |
| Despesas de Desenvolvimento | 653 748 | | 52 835 | | 706 583 |
| Programas de Computador | 18 474 559 | | 594 755 | - 102 950 | 18 966 364 |
| Propriedade Industrial e Outros Direitos | 29 928 | | | | 29 928 |
| Total das Amortizações | 19 158 235 | | 647 590 | - 102 950 | 19 702 875 |
| Total do Ativo Intangível Líquido | 3 620 461 | 270 396 | - 201 492 | | 3 689 365 |

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

| Valor Bruto | Saldo Inicial | Transf/Reg | Aumentos | Abates | Saldo Final |
|--|-------------------|----------------|----------------|-----------------|-------------------|
| Ativos Intangíveis | | | | | |
| Despesas de Desenvolvimento | 662 768 | | | | 662 768 |
| Programas de Computador | 18 889 706 | 722 696 | 87 606 | - 16 501 | 19 683 507 |
| Propriedade Industrial e Outros Direitos | 29 928 | | | | 29 928 |
| Ativo Intangível em Curso | 2 514 046 | - 722 895 | 691 342 | - 80 000 | 2 402 493 |
| Total do Ativo Intangível Bruto | 22 096 448 | - 199 | 778 948 | - 96 501 | 22 778 696 |
| Amortizações | | | | | |
| Ativos Intangíveis | | | | | |
| Despesas de Desenvolvimento | 643 907 | | 9 841 | | 653 748 |
| Programas de Computador | 17 887 894 | - 4 069 | 590 735 | | 18 474 559 |
| Propriedade Industrial e Outros Direitos | 29 928 | | | | 29 928 |
| Total das Amortizações | 18 561 729 | - 4 069 | 600 575 | | 19 158 235 |
| Total do Ativo Intangível Líquido | 3 534 719 | 3 870 | 178 373 | - 96 501 | 3 620 461 |

Os Ativos Intangíveis com maior expressão resumem-se à implementação de soluções informáticas para suporte das atividades do grupo.

6.4 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos evoluíram como se mostra para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Unidade de medida: euro

| Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos | Notas | 2012 | 2011 |
|--|-------|--------------------|------------------|
| Saldo inicial (Bruto) | | 1 407 364 | 1 655 268 |
| Outros aumentos | | 75 000 | |
| Transferências | | | - 231 148 |
| Ganhos / (Perdas) em associadas | 17. | - 18 871 | - 16 755 |
| Saldo final (Bruto) | | 1 463 493 | 1 407 364 |
| Imparidades acumuladas | | - 1 387 184 | 0 |
| Investimentos em Empreendimentos conjuntos e associadas | | 76 309 | 1 407 364 |

O saldo líquido evidenciado nesta rubrica respeita na totalidade ao investimento na AVEP.

Em 2012, ocorreu ainda uma transferência de 75.000 euros a favor da AVEP, cuja recuperabilidade se nos afigura de probabilidade diminuta, atendendo à natureza do empreendimento conjunto.

A imparidade constituída neste exercício decorre da análise efetuada à qualidade dos ativos e passivos que integram o empreendimento conjunto.

De seguida apresenta-se os ativos e passivos ao justo valor da AVEP.

Unidade de medida: euro

| AVEP (31 de dezembro 2012) | Notas | Valor contabilístico | Justo valor |
|--|-------------|----------------------|------------------|
| Ativos intangíveis (Estudos) | | 4 349 368 | 1 725 000 |
| Outros ativos | | 163 977 | 163 977 |
| Total ativos | a) | 4 513 345 | 1 888 977 |
| Subsídios | | 1 725 000 | 1 725 000 |
| Outros passivos | | 11 358 | 11 358 |
| Total passivos | b) | 1 736 358 | 1 736 358 |
| Valor líquido | c) =a) -b) | 2 776 987 | 152 619 |
| Participação do GRUPO REFER no Investimento Avep (50,00%) | d)=c) x 50% | | 76 309 |

O investimento em associadas respeita à participações detida na GIL e encontra-se de momento sem valor, como resultado dos sucessivos prejuízos que esta empresa tem vindo a acumular ao longo dos vários exercícios.

O grupo não reconheceu perdas relativas à participação na GIL no montante de 3.751.405 euros (2011: 3.292.778 euros).

Detalhe das Partes de Capital em Empresas Associadas e Empreendimentos Conjuntos:

31 de dezembro de 2012

| Empresas | Participação | Capitais Próprios | Resultados do exercício | Total de Ativos | Total de Passivos | Rendimentos do período | Valor contabilístico |
|--|--------------|-------------------|-------------------------|-----------------|-------------------|------------------------|----------------------|
| ASSOCIADAS | | | | | | | |
| GIL | | | | | | | |
| Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 15 190-233 Lisboa | 33,98% | - 11040 038 | - 583 502 | 75 930 591 | 86 970 628 | 4 743 005 | 0 |
| EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS | | | | | | | |
| AVEP Alta Velo cidade de Espanha e Portugal, A F I F Rua Sor Angela de la Cruz, n.º3, Planta 8 Madrid | 50,00% | 2 776 987 | - 37 742 | 4 513 344 | 1736 358 | 904 | 76 309 |
| Total | | | | | | | 76 309 |

31 de dezembro de 2011

| Empresas | Participação | Capitais Próprios | Resultados do exercício | Total de Ativos | Total de Passivos | Rendimentos do período | Valor contabilístico |
|--|--------------|-------------------|-------------------------|-----------------|-------------------|------------------------|----------------------|
| ASSOCIADAS | | | | | | | |
| GIL | | | | | | | |
| Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 15 190-233 Lisboa | 33,98% | - 9 690 342 | - 874 806 | 77 479 614 | 87 169 956 | 5 042 609 | 0 |
| AVEP Alta Velo cidade de Espanha e Portugal, A F I F Rua Sor Angela de la Cruz, n.º3, Planta 8 Madrid | 20,00% | 2 814 729 | - 33 510 | 4 836 583 | 2 021 854 | 10 248 | 1 407 364 |
| Total | | | | | | | 1 407 364 |

6.5 Categorias de acordo com a IAS 39

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Classe de acordo com IAS 39 | Notas | Empréstimos concedidos e contas a receber | Ativos financeiros justo valor por via de resultados (Nota 6.5.1.) | Ativos financeiros disponíveis para venda | Passivos financeiros justo valor por via de resultados (Nota 6.5.1.) | Outros passivos financeiros | Ativos e passivos não financeiros | Total |
|--|---------|---|--|---|--|-----------------------------|-----------------------------------|---------------|
| Ativos | | | | | | | | |
| Ativos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária | | | | | | | | |
| Não correntes | | | | | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 6.6. | | | 31 875 | | | | 31 875 |
| Empréstimos e contas a receber | 6.7. | 362 180 561 | 16 411 851 | | | | 874 508 | 874 508 |
| | | | | 31 875 | | | 874 508 | 906 383 |
| Correntes | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.14. | 228 912 706 | | | | | | 228 912 706 |
| Outros ativos financeiros | 6.13. | | 167 877 | | | | | 167 877 |
| Clientes e outras contas a receber | 6.11. | 133 267 855 | | | | 7 689 444 | | 140 957 299 |
| Instrumentos financeiros derivados | 6.10. | | 16 243 974 | | | | | 16 243 974 |
| | | 362 180 561 | 16 411 851 | | | | 7 689 444 | 386 281 856 |
| Ativos em investimentos de infraestruturas de longa duração | | 4 816 012 309 | | | | | 2 360 515 | 4 818 372 824 |
| Correntes | | | | | | | | |
| Concedente - Estado - Conta a Receber | 5.1. | 4 814 210 104 | | | | | | 4 814 210 104 |
| Clientes e outras contas a receber | 5.3. | 619 682 | | | | 2 360 515 | | 2 980 197 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.6. | 1 182 523 | | | | | | 1 182 523 |
| | | 4 816 012 309 | | | | | 2 360 515 | 4 818 372 824 |
| Total ativos financeiros | | 5 178 192 869 | 16 411 851 | 31 875 | | | 10 924 468 | 5 205 561 063 |
| Passivos | | | | | | | | |
| Passivos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária | | | | | | | | |
| Não correntes | | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 6.18.1. | | | | | 1613 073 244 | | 1613 073 244 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 6.19. | | | | | | 3 782 972 | 3 782 972 |
| | | | | | | 1613 073 244 | 3 782 972 | 1 616 856 216 |
| Correntes | | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 6.18.1. | | | | | 535 553 831 | | 535 553 831 |
| Instrumentos financeiros derivados | 6.10. | | | | 44 966 433 | | | 44 966 433 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 6.19. | | | | | 38 040 340 | 28 448 902 | 66 489 242 |
| | | | | | 44 966 433 | 573 594 171 | 28 448 902 | 647 009 505 |
| Passivos em investimentos de infraestruturas de longa duração | | 4 814 210 104 | | | | | 66 040 010 | 4 888 851 887 |
| Não correntes | | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 5.5. | 4 741 329 410 | | | | | | 4 741 329 410 |
| | | 4 741 329 410 | | | | | | 4 741 329 410 |
| Correntes | | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 5.5. | 72 880 694 | | | | | | 72 880 694 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 5.4. | | | | | 64 806 348 | 8 601 772 | 73 408 120 |
| Subsídios | 5.7. | | | | | 1233 663 | | 1233 663 |
| | | 72 880 694 | | | | 66 040 010 | 8 601 772 | 147 522 477 |
| Total passivos financeiros | | 4 814 210 104 | | | 44 966 433 | 2 252 707 425 | 40 833 646 | 7 152 717 608 |

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

| Classe de acordo com IAS 39 | Notas | Empréstimos concedidos e contas a receber | Ativos financeiros justo valor por via de resultados (Nota 6.5.1.) | Ativos financeiros disponíveis para venda | Passivos financeiros justo valor por via de resultados (Nota 6.5.1.) | Outros passivos financeiros | Ativos e passivos não financeiros | Total |
|--|---------|---|--|---|--|-----------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Ativos | | | | | | | | |
| Ativos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária | | | | | | | | |
| | | 128 936 714 | 15 549 287 | 31 875 | | | 13 107 594 | 157 625 470 |
| Não correntes | | | | | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 6.6. | | | 31 875 | | | | 31 875 |
| Empréstimos e contas a receber | 6.7. | 500 000 | | | | | | 500 000 |
| | | 500 000 | | 31 875 | | | | 531 875 |
| Correntes | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.14. | 14 843 968 | | | | | | 14 843 968 |
| Outros ativos financeiros | 6.13. | | 149 747 | | | | | 149 747 |
| Clientes e outras contas a receber | 6.11. | 113 592 746 | | | | | 13 107 594 | 126 700 340 |
| Instrumentos financeiros derivados | 6.10. | | 15 399 540 | | | | | 15 399 540 |
| | | 128 436 714 | 15 549 287 | | | | 13 107 594 | 157 093 595 |
| Ativos em investimentos de infraestruturas de longa duração | | | | | | | | |
| | | 4 840 605 772 | | | | | 809 522 | 4 841 415 294 |
| Correntes | | | | | | | | |
| Concedente - Estado - Conta a Receber | 5.1. | 4 833 602 035 | | | | | | 4 833 602 035 |
| Clientes e outras contas a receber | 5.3. | 806 036 | | | | | 809 522 | 16 15 558 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.6. | 6 197 701 | | | | | | 6 197 701 |
| | | 4 840 605 772 | | | | | 809 522 | 4 841 415 294 |
| Total ativos financeiros | | 4 969 542 486 | 15 549 287 | 31 875 | | | 13 917 117 | 4 999 040 764 |
| Passivos | | | | | | | | |
| Passivos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária | | | | | | | | |
| | | | | | 78 943 804 | 1 757 579 394 | 40 452 752 | 1 876 975 950 |
| Não correntes | | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 6.18.1. | | | | | 1 569 604 805 | | 1 569 604 805 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 6.19. | | | | | | 4 715 338 | 4 715 338 |
| | | | | | | 1 569 604 805 | 4 715 338 | 1 574 320 143 |
| Correntes | | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 6.18.1. | | | | | 137 722 153 | | 137 722 153 |
| Instrumentos financeiros derivados | 6.10. | | | | 78 943 804 | | | 78 943 804 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 6.19. | | | | | 50 262 437 | 35 737 414 | 85 999 851 |
| | | | | | 78 943 804 | 187 974 590 | 35 737 414 | 302 655 808 |
| Passivos em investimentos de infraestruturas de longa duração | | | | | | | | |
| | | 4 833 602 035 | | | | 131 648 051 | 9 620 448 | 4 974 870 534 |
| Não correntes | | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 5.5. | 4 565 956 695 | | | | | | 4 565 956 695 |
| | | 4 565 956 695 | | | | | | 4 565 956 695 |
| Correntes | | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 5.5. | 267 645 340 | | | | | | 267 645 340 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 5.4. | | | | | 127 845 822 | 9 620 448 | 137 466 270 |
| Subsídios | 5.7. | | | | | 3 802 229 | | 3 802 229 |
| | | 267 645 340 | | | | 131 648 051 | 9 620 448 | 408 913 839 |
| Total passivos financeiros | | 4 833 602 035 | | | 78 943 804 | 1 889 227 446 | 50 073 200 | 6 851 846 485 |

Apresenta-se de seguida a desagregação dos ativos e passivos financeiros ao justo valor por via de resultados de acordo com os níveis definidos na IFRS7:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Classe de acordo com IAS 39 | Notas | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
|--|-------|----------------|-------------------|---------|-------------------|
| Ativos financeiros | | | | | |
| Outros ativos financeiros | 6.13. | 167 877 | | | 167 877 |
| Ativos financeiros justo valor por via de resultados | 6.10. | | 16 243 974 | | 16 243 974 |
| | | 167 877 | 16 243 974 | | 16 411 851 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Passivos financeiros justo valor por via de resultados | 6.10. | | 44 966 433 | | 44 966 433 |
| | | | 44 966 433 | | 44 966 433 |

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

| Classe de acordo com IAS 39 | Notas | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
|--|-------|----------------|-------------------|---------|-------------------|
| Ativos financeiros | | | | | |
| Outros ativos financeiros | 6.13. | 149 747 | | | 149 747 |
| Ativos financeiros justo valor por via de resultados | 6.10. | | 15 399 540 | | 15 399 540 |
| | | 149 747 | 15 399 540 | | 15 549 287 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Passivos financeiros justo valor por via de resultados | 6.10. | | 78 943 804 | | 78 943 804 |
| | | | 78 943 804 | | 78 943 804 |

6.6 Ativos financeiros disponíveis para venda – não correntes

A rubrica de ativos disponíveis para venda inclui os seguintes investimentos:

Unidade de medida: euro

| Ativos disponíveis para venda | Notas | 2012 | 2011 |
|--------------------------------------|-------|----------------|----------------|
| Valores de aquisição | | | |
| Fernave | | | 64 494 |
| Metro Mondego | | 26 875 | 26 875 |
| CRV | | 5 000 | 5 000 |
| Enerfer | | 133 072 | 133 072 |
| Pirites Alentejanas | | 1 087 | 1 087 |
| | | 166 035 | 230 529 |
| Imparidades acumuladas | | | |
| Fernave | | | 64 494 |
| Enerfer | | 133 072 | 133 072 |
| Pirites Alentejanas | | 1 087 | 1 087 |
| | 13. | 134 160 | 198 654 |
| Valor líquido da participação | | | |
| Fernave | | | |
| Metro Mondego | | 26 875 | 26 875 |
| CRV | | 5 000 | 5 000 |
| | 6.5. | 31 875 | 31 875 |

Estes instrumentos de capital próprio não se encontram cotados num mercado ativo, estando registados ao custo deduzido de perdas de imparidade conforme a política divulgada na nota 2.2.7.

A REFER detém 10 unidades de participação na CVR – Centro para a Valorização Resíduos e uma participação de 2,5% no Metro Mondego.

A variação ocorrida em 2012 resulta da alienação das ações da FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos S.A., correspondente a uma participação social de 10%, à CP - Comboios de Portugal, E.P.E, a 31 de maio de 2012. Desta alienação resultou resultado positivo de 1 euro.

6.7 Empréstimos e outras contas a receber – não correntes

Os empréstimos e outras contas a receber não correntes apresentam-se de seguida:

Unidade de medida: euro

| Empréstimos e outras contas a receber | Notas | 2012 | 2011 |
|---------------------------------------|-------|----------------|----------------|
| Gastos a reconhecer | | 874 508 | |
| Empréstimos a associadas | 22.2. | 14 054 971 | 9 002 763 |
| Imparidades acumuladas | 13. | - 14 054 971 | - 9 002 763 |
| Outras contas a receber | | | 500 000 |
| | 6.5. | 874 508 | 500 000 |

Os gastos a reconhecer respeitam à faturação antecipada pela utilização por um período de 12 anos de um canal técnico ferroviário.

Em 2012, à imagem do sucedido em anos anteriores, foram reforçados os suprimentos à empresa associada GIL, tendo como finalidade garantir o cumprimento de responsabilidades assumidas por aquela empresa. Estes suprimentos foram objeto de ajustamento por imparidade neste exercício (nota 13), atendendo ao risco de crédito dos saldos a receber desta entidade.

6.8 Ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos evoluíram como segue, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respetivamente.

Unidade de medida: euro

| | Notas | 01-01-2012 | Demonstração dos resultados consolidados | | 31-12-2012 |
|--|--------|------------------|--|------------------|------------------|
| | | | Aumentos | Diminuições | |
| Diferenças temporárias que originam impostos diferidos ativos | | | | | |
| Ajustamentos de clientes | | 452 781 | 109 450 | - 267 321 | 294 910 |
| Amortizações / Depreciações | | - 150 268 | 5 898 | | - 144 370 |
| Provisões | | 568 808 | | | 568 808 |
| Ajustamentos de transição | | 52 287 | | - 17 429 | 34 858 |
| Ajustamento de Ativos não correntes detidos para venda | | 2 476 046 | 166 094 | | 2 642 140 |
| Ajustamentos de propriedades de investimento | | 95 914 | | - 1964 | 93 950 |
| Taxa de imposto aplicada às diferenças temporárias : | 26,50% | 3 495 568 | 281 442 | - 286 714 | 3 490 296 |
| Prejuízos fiscais | | | 2 064 814 | | 2 064 814 |
| Provisões | | | 126 080 | | 126 080 |
| Taxa de imposto aplicada às diferenças temporárias : | 25,00% | 0 | 2 190 894 | 0 | 2 190 894 |
| Imposto diferido ativo | | 926 325 | 622 306 | - 75 979 | 1 472 652 |
| Impacto líquido na Demonstração dos Resultados | 18.1. | | 546 327 | | |

Unidade de medida: euro

| Notas | 01-01-2011 | Demonstração dos resultados consolidados | | 31-12-2011 | |
|--|------------|--|----------------|------------------|----------------|
| | | Aumentos | Diminuições | | |
| Diferenças temporárias que originam impostos diferidos ativos | | | | | |
| | | 175 556 | 391 943 | - 114 718 | 452 781 |
| | | 185 106 | | - 335 374 | - 150 268 |
| | | 367 026 | 285 475 | - 83 694 | 568 808 |
| | | 69 716 | | - 17 429 | 52 287 |
| | | | 2 476 046 | | 2 476 046 |
| | | | 95 914 | | 95 914 |
| Taxa de imposto aplicada às diferenças temporárias : 26,50% | 26,50% | 797 404 | 3 249 379 | - 551 215 | 3 495 568 |
| Imposto diferido ativo | | 211 312 | 861 085 | - 146 072 | 926 325 |
| Impacto líquido na Demonstração dos Resultados | 18.1. | | 715 013 | | |

6.9 Inventários

Os inventários apresentam a composição que segue para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | | 20 411 418 | 14 967 287 |
| Mercadorias | | 329 234 | 285 507 |
| Produtos acabados | 7. | 5 172 247 | 4 237 086 |
| Imparidades acumuladas em inventários | 13. | - 447 071 | - 448 745 |
| GESTÃO INFRAESTRUTURA | | 25 465 828 | 19 041 135 |

A rubrica de **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** refere-se aos diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção de infraestruturas.

De seguida apresenta-se o cálculo do custo das mercadorias consumidas para os períodos em análise:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|---------------------------------------|-------|------------------|-------------------|
| Existências Iniciais | | 15 252 794 | 14 883 093 |
| Compras | | 5 520 490 | 20 524 875 |
| Regularizações | | 4 516 022 | 15 047 515 |
| Existências Finais | | 20 740 652 | 15 252 794 |
| Custo do consumo dos materiais | | 4 548 653 | 35 202 689 |

Os **produtos acabados** incluem frações de habitação e comerciais em Sines.

À data da apresentação das contas, foi efetuada inventariação física, tendo como objetivo quantificar o ajustamento de perdas em inventário. Assim, a imparidade refere-se:

- a materiais que estão obsoletos ou depreciados tecnicamente e que não podem ser utilizadas na atividade do Grupo REFER, podendo eventualmente ser objeto de venda no caso de aparecer comprador interessado;
- a uma comparação entre o preço de mercado dos materiais, e o valor pelo qual estes se encontram registados;

Da análise efetuada no final do exercício de 2012 foi reconhecida reversão do ajustamento por imparidade dos inventários de 1.674 euros.

6.10 Instrumentos Financeiros Derivados

A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

De acordo com as suas políticas financeiras, a REFER não utiliza derivados para especulação.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39 (nota 2.2. alínea f)). Assim, optou-se por considerar a carteira de derivados como de negociação e, conseqüentemente, não qualificar nenhuma das posições como instrumento de cobertura contabilística.

Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são classificados como derivados de negociação na categoria de ativos

e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os derivados de negociação são registados na demonstração da posição financeira pelo seu justo valor e as variações do mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. À data de 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011, o valor nominal da carteira de derivados da REFER, ascendia a 1.450 milhões de euros e 1.850 milhões de euros, respetivamente, num passivo financeiro global de 6.551 milhões de euros em 2011 e de 6.944 milhões de euros em 2012.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos derivados existentes:

31 de dezembro de 2012

| Instrumento Coberto | % Cobertura | Descrição | Justo Valor (€) | | Variação Justo Valor dez 11/ dez 10 (€) | | Montante Nominal (milhões €) Dez-11 | Maturidade |
|----------------------|-------------|--|-----------------|--------------|---|------------|-------------------------------------|------------|
| | | | Ativo | Passivo | <0 | >0 | | |
| Schuldschein West LB | 100% | Digital Cap (Stibor 12m <6.25%;Euribor 12m <6.25% Eur 6m <6.00%) | | | 3 335 | | 200 | 08-10-2012 |
| Schuldschein West LB | | Cap KO (Eur 6m <6%) | | | 3 992 776 | | 200 | 08-10-2012 |
| Eurobond 05/15 | 100% | Dual Range [(10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)] | | - 2 450 791 | 11 025 276 | | 150 | 15-03-2015 |
| Eurobond 05/15 | | Plain vanilla | 15 824 208 | | 424 668 | | 150 | 15-03-2015 |
| Eurobond 05/15 | | Plain vanilla | | - 15 873 079 | - 276 456 | | 150 | 15-03-2015 |
| Eurobond 05/15 | | 10Y-2Y EUR Spread Rib | | - 25 266 011 | 2 759 564 | | 300 | 15-03-2015 |
| Eurobond 06/21 | 100% | Cap KO (Eur 12m <7%) | | - 1376 551 | 8 398 741 | | 500 | 13-12-2021 |
| Eurobond 06/26 | 50% | Cap KO (Eur 12m <6.50%) | 419 766 | | 5 493 901 | | 200 | 15-11-2026 |
| Nota 6.5./ Nota16. | | | 16 243 974 | - 44 966 433 | - 276 456 | 35 098 261 | 1 450 | |

31 de dezembro de 2011

| Instrumento Coberto | % Cobertura | Descrição | Justo Valor (€) | | Variação Justo Valor dez 10/ dez 09 (€) | | Montante Nominal (milhões €) Dez-10 | Maturidade |
|----------------------|-------------|--|-----------------|--------------|---|------------|-------------------------------------|------------|
| | | | Ativo | Passivo | <0 | >0 | | |
| Schuldschein ABN | 100% | Cap KO (Eur 6m <5.80%) | | | 3 137 131 | | 300 | 40-6-44 |
| Schuldschein West LB | 100% | Digital Cap (Stibor 12m <6.25%;Euribor 12m <6.25% Eur 6m <6.00%) | | - 3 335 | 215 808 | | 200 | 08-10-2012 |
| Schuldschein West LB | | Cap KO (Eur 6m <6%) | | - 3 992 776 | 4 167 026 | | 200 | 08-10-2012 |
| Eurobond 05/15 | 100% | Dual Range [(10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)] | | - 15 476 067 | - 5 109 380 | | 150 | 15-03-2015 |
| Eurobond 05/15 | | Plain vanilla | 15 399 540 | | 1813 133 | | 150 | 15-03-2015 |
| Eurobond 05/15 | | Plain vanilla | | - 7 727 973 | | | 150 | 15-03-2015 |
| Eurobond 05/15 | | Plain vanilla | | - 15 596 623 | - 1 891 901 | | 150 | 15-03-2015 |
| Eurobond 05/15 | | 10Y-2Y EUR Spread Rib | | - 28 025 575 | - 2 757 352 | | 300 | 15-03-2015 |
| Eurobond 06/21 | 100% | Cap KO (Eur 12m <7%) | | - 9 775 292 | 7 545 782 | | 500 | 13-12-2021 |
| Eurobond 06/26 | 50% | Cap KO (Eur 12m <6.50%) | | - 5 074 196 | 4 683 644 | | 200 | 15-11-2026 |
| Eurobond 06/26 | | Plain vanilla | | - 2 345 336 | | | 100 | 15-11-2026 |
| Eurobond 06/26 | | Fixed-Fixed Swaption Bermuda | | | 347 487 | | 100 | 15-11-2026 |
| Eurobond 09/24 | | Plain vanilla | | - 6 289 409 | | | 250 | 15-10-2024 |
| Nota 6.5./ Nota16. | | | 15 399 540 | - 78 943 804 | - 26 121 352 | 21 910 061 | 2 750 | |

6.11 Clientes e Outras Contas a Receber

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|--------------------------------|-------|--------------------|--------------------|
| Clientes | | 97 572 348 | 71 390 972 |
| Outras contas a receber | | 39 318 199 | 42 359 074 |
| Estado e outros entes públicos | | 2 575 645 | 4 053 924 |
| Gastos a reconhecer | | 954 407 | 2 189 326 |
| Acréscimos de rendimento | | 536 701 | 6 707 045 |
| | 6.5. | 140 957 299 | 126 700 340 |

Os saldos de **clientes e outras contas a receber** constituem saldos correntes, pelo que se aproximam do seu justo valor.

Os clientes decompõem-se como segue:

Unidade de medida: euro

| Clientes | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| Outras entidades relacionadas | 22.3. | 87 768 354 | 60 158 141 |
| Diversos | | 11 198 691 | 12 422 079 |
| Entidades associadas ou conjuntamente controladas | 22.2. | | 37 696 |
| Imparidades acumuladas | 13. | - 1394 698 | - 1226 944 |
| | | 97 572 348 | 71 390 972 |

Os débitos a **clientes-outras entidades relacionadas** (CP e CP Carga) e **clientes diversos** (Fertagus e Takargo), incluem essencialmente as taxas de utilização cobradas às entidades que utilizam as infraestruturas, e também os débitos efetuados aos operadores de serviços prestados no âmbito da atividade comercial, manobras, capacidade pedida e não utilizada, estacionamento de material circulante e outros serviços.

O aumento significativo do valor de **clientes-outras entidades relacionadas** é decorrente do atraso dos pagamentos das entidades identificadas, conforme nota 3 e evidenciado pela diminuição registada na rubrica recebimentos de clientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O ajustamento de clientes, no montante de 1.394.698 euros (2011: 1.226.944 euros), diz respeito fundamentalmente, às atividades de telecomunicações e valorização do património.

As outras contas a receber apresentam-se como segue:

Unidade de medida: euro

| Outras contas a receber | Notas | 2012 | 2011 |
|-------------------------|-------|-------------------|-------------------|
| Diversos | | 43 186 252 | 44 614 113 |
| Imparidades acumuladas | 13. | - 3 868 053 | - 2 255 039 |
| | | 39 318 199 | 42 359 074 |

Na rubrica de **Outras contas a receber – Diversos** respeita entre outras às seguintes realidades:

- cerca de 34% (31% em 2011) diz respeito à concretização parcial do Protocolo com o Município de Aveiro para a Construção da Nova Estação Ferroviária – Interface Rodo ferroviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente;
- à semelhança do ano anterior, inclui o valor de 2.816.329 euros, referente ao pagamento à Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito de inspeção tributária do IVA, relativo ao exercício de 2006. A REFER PATRIMÓNIO está convicta de obter resultado favorável do recurso hierárquico apresentado em 25 de outubro de 2012, dado que não se constata qualquer incumprimento fiscal na operação em causa.
- valores de expropriações colocados à ordem dos Tribunais, até decisão conclusiva dos referidos processos de expropriação;
- a dívida de curto prazo da Tecnovia, referente à última prestação, que irá vencer em 15 de abril de 2013, pelo trespasse da atividade de Extração e Comercialização de inertes, efetuado pela REFER ENGINEERING – (Ex-FERBRITAS), celebrado em outubro de 2009, no montante de 500.000 euros (2011: 500.000 euros).

As **imparidades acumuladas de outras contas a receber** são de 3.868.053 euros, cujo aumento é essencialmente explicado por valor equivalente ao dos suprimentos efetuados durante o ano à IFERVISA no valor de 1.684.750 euros (nota 6.15).

Após análise efetuada à probabilidade de cobrança de saldos, foi detetada uma reversão de 71.736 euros (nota 9). Esta diminuição encontra-se registada na rubrica “Reversões de Perdas de Imparidade de Dívidas a Receber” da Demonstração do Rendimento Integral. O ajustamento é constituído pelos saldos da Benaterras – 6.818 euros – que data de 2001 a 2003; da Aetur – 22.070 euros – que data de 2003

a janeiro de 2006; e da O2 – 1.805.994 euros. Quanto ao valor restante, refere-se às entidades que estão em processo de insolvência.

A rubrica de **Estado e outros entes públicos** inclui IVA a recuperar no montante de 2.441.976 euros (2011: 3.925.933 euros), que resulta do apuramento de IVA relativo ao mês de dezembro de 2012.

O restante saldo da rubrica de **Estado e outros entes públicos**, respeita à Segurança Social no montante de 140.737 euros (2011: 127.991 euros), na empresa REFER, e é justificado por esta ser entidade centralizadora, e neste âmbito, substituir-se temporariamente à Segurança Social, pelo pagamento devido aos trabalhadores na situação de baixas/licenças médicas.

A rubrica **gastos a reconhecer** inclui pagamentos antecipados relativos: às rendas pela utilização por 12 anos de um canal técnico rodoviário no valor de 866.072 euros (2011: 944.584 euros), serviços especializados de Tecnologias de Informação no montante de 127.739 euros (2011: 199.940 euros) e licenças de software de 101.482 euros (2011: 0 euros).

Os **devedores diversos** incluem ainda os suprimentos efetuados à IFERVISA neste exercício, no montante de 1.684.750 euros, embora estes se apresentem totalmente ajustados (notas 16 e 25).

Os **acréscimos de rendimentos** respeitam a valores a faturar relativos à exploração de parques de estacionamento e concessões de espaços para a colocação de ATM.

6.12 Impostos sobre o rendimento

O quadro de seguida apresentado respeita aos montantes de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) das várias entidades integradas no perímetro de consolidação do grupo.

Unidade de medida: euro

| IRC | 2012 | 2011 |
|-------------|-----------|-----------|
| A recuperar | 2 464 586 | 1 740 781 |
| A pagar | 274 302 | 1 321 671 |

O IRC a recuperar decorre de pagamentos especiais por conta efetuados pela REFER, no montante de 770.000 euros (2011: 700.000 euros) e das estimativas de IRC a recuperar das diversas entidades incluídas no perímetro, de onde se destacam: i) REFER ENGINEERING (Ex-FERBRITAS), 226.919 euros (2011:

imposto a pagar no montante de 589.128 euros); ii) REFER PATRIMÓNIO, 1.239.022 euros (2011: 1.040.781 euros), e iii) REFER TELECOM, 228.645 euros (2011: imposto a pagar no montante de 425.602 euros).

No que respeita aos pagamentos especiais por conta da REFER foram solicitados pedidos de reembolso ao abrigo da legislação fiscal vigente, sendo 200.000 euros de 2003, 40.000 euros de 2004, 40.000 euros de 2005 e 70.000 euros de 2006, num total global de 350.000 euros, não tendo sido obtida até à presente data qualquer informação por parte da Administração Tributária sobre estes pedidos.

No que concerne aos valores a pagar os mesmos respeitam exclusivamente às tributações autónomas da empresa mãe (2010: 306.941 euros).

6.13 Ativos financeiros ao justo valor por resultados

Os movimentos ocorridos na rubrica de ativos financeiros ao justo valor por resultados foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|----------------------------------|-------|----------------|----------------|
| Justo valor em 01jan. | | 149 747 | 145 354 |
| Ganhos / (Perdas) de Justo valor | | 18 130 | 4 393 |
| Justo valor a 31 dez. | 6.5. | 167 877 | 149 747 |

Os ativos financeiros ao justo valor por resultados estão contabilizados aos valores de mercado, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, e são constituídos por unidades de participação cotadas num fundo do BES.

Sobre os títulos em causa está subjacente a existência de um risco de preço, desta forma, variações de 10% ocorridas nas cotações, implicam variações no resultado de 16.788 euros (14.975 euros em 2011).

6.14 Caixa e Equivalentes a Caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da demonstração da posição financeira.

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|---------------------|-------|--------------------|-------------------|
| Depósitos bancários | | 217 772 945 | 14 820 258 |
| Aplicações IGCP | | 11 114 010 | |
| Numerário | | 25 750 | 23 710 |
| | 6.5 | 228 912 706 | 14 843 968 |

O saldo materialmente relevante evidenciado na rubrica depósitos bancários corresponde a uma transferência de subsídios ao investimento ocorrida já no fim do período do relato.

6.15 Ativos não correntes detidos para venda

A parceria entre GRUPO REFER, e o GRUPO VISABEIRA, por meio da IFERVISA, foi objeto de negociação, em 2011, com vista a cessação da mesma, tendo resultado, um princípio de acordo para a alienação dos 50% da referida participação e aquisição do terreno de Tomar, sendo que este seria para integração no domínio público ferroviário.

A concretização do referido negócio, ficou pendente da necessária autorização da tutela, face ao disposto no art.º37 do DL 558/99, na redação dada pelo DL300/2007.

No âmbito do pedido mencionado, a tutela procedeu à avaliação dos terrenos incluídos na IFERVISA (ativos relevantes no âmbito da operação em causa situados em Sines, Tomar, Aveiro e Guimarães).O referido processo culminou com a obtenção da autorização para alienação da referida participação em 12 de Novembro de 2012, tendo naturalmente em conta as referidas avaliações efetuadas nos imóveis pertencentes à IFERVISA.

Decorrente da autorização e valores da avaliação, foram os impactos registados conforme detalhe abaixo:

Unidade de medida: euro

| Ativo não corrente detido para venda | Notas | 2012 |
|---|--------------|--------------------|
| Participação financeira detida da IFERVISA | | 231 148 |
| Suprimentos prestados durante 2011 | | 1 066 000 |
| | | 1 297 148 |
| Imparidade anterior à classificação como ANCDV | 16. | - 98 952 |
| Justo valor da participação a 31 de dezembro de 2011 | | 1 198 196 |
| <hr/> | | |
| Suprimentos prestados durante 2012 | | 1 684 750 |
| Perdas reconhecidas na IFERVISA em 2012 | | |
| Dívida futura à IFERVISA | 6.20 | - 1 176 474 |
| Imparidade suprimentos de 2012 | 13 | - 1 684 750 |
| Imparidade Ativo não corrente detido para venda proveniente de 2011 | 13 | - 1 198 196 |
| | | - 4 059 420 |

Assim, da nova avaliação, registou-se um acréscimo de imparidades (nota 13) e provisões (nota 6.20).

A venda nos moldes enunciados ocorreu em 27 de fevereiro de 2013, sendo que o terreno foi adquirido por 1.400.000 euros.

6.16 Capital

O capital social tem a forma jurídica de “Capital Estatutário”, integralmente detido pelo Estado Português, não sendo assim expresso por ações ou qualquer outro tipo de títulos.

6.17 Interesses não controlados

O detalhe dos interesses não controlados incluídos no Capital Próprio, em 2012 e 2011, evoluiu como se mostra:

Unidade de medida: euro

| Interesses não controlados | CPCOM | RAVE | Total |
|----------------------------|-----------|--------------------|--------------------|
| 01-01-2012 | | - 1073 235 | - 1073 235 |
| Resultado do ano | | 11064 | 11064 |
| 31-12-2012 | | - 1 062 171 | - 1 062 171 |
| 01-01-2011 | - 118 699 | - 1182 473 | - 1301172 |
| Alterações perímetro | 118 699 | | 118 699 |
| Resultado do ano | | 109 238 | 109 238 |
| 31-12-2011 | | - 1 073 235 | - 1 073 235 |

6.18 Empréstimos Obtidos

6.18.1 Dívidas a Instituições de Crédito e outras entidades

Apresenta-se a discriminação de empréstimos correntes e não correntes para financiamento da Atividade de Gestão de Infraestrutura:

Unidade de medida: euro

| Empréstimos | Notas | 2012 | 2011 |
|-----------------------------|-------|----------------------|----------------------|
| Não correntes | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | | 1095 684 486 | 1094 938 517 |
| Empréstimos Estado | | 517 217 519 | 474 156 384 |
| Financiamentos bancários | | 171239 | 509 904 |
| Locações Financeiras | | | |
| | 6.5. | 1 613 073 244 | 1 569 604 805 |
| Correntes | | | |
| Financiamentos bancários | | 535 553 831 | 137 653 218 |
| Locações Financeiras | | | 58 935 |
| | 6.5. | 535 553 831 | 137 712 153 |
| | | 2 148 627 075 | 1 707 316 957 |

A rubrica de empréstimos correntes inclui o montante de 25 milhões de euros (2011: 1,691 milhões de euros) referente a juro corrido e gastos a reconhecer de empréstimos afectos à Gestão de Infraestrutura, por via do reconhecimento do custo amortizado.

Durante 2012 o Grupo amortizou integralmente as linhas de curto prazo existentes, com excepção de um linha de crédito no montante de 509.516 euros.

6.18.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de gestão da infraestrutura

31 de dezembro de 2012

| Designação | Data de assinatura | Montante (euros) | Capital em dívida | Amortização | | | Pagamento de Juros | Taxa de Juro |
|---|--------------------|------------------|----------------------|--------------|------------|------------------|--------------------|------------------------|
| | | | | Data inicial | Data final | Periodicidade de | | |
| Sem Aval do Estado | | | | | | | | |
| REFER Eurobond 2005/2015 (1) | 16-03-2005 | 600 000 000 | 600 000 000 | 16-03-2015 | | Bullet | 16-Mar | 4,00% |
| REFER Eurobond 2006/2021(1) | 30-11-2006 | 500 000 000 | 500 000 000 | 13-12-2021 | | Bullet | 13-Jan | 4,25% |
| Empréstimo estado português | 30-12-2011 | 226 246 871 | 226 246 871 | 31-05-2013 | 30-11-2016 | Semestral | 3+Mai 30-Nov | 2,77% |
| Empréstimo Estado Português | 14-02-2012 | 75 000 000 | 75 000 000 | 31-05-2014 | 30-11-2017 | Semestral | 3+Mai 30-Nov | 3,42% |
| Empréstimo Estado Português | 14-02-2012 | 98 400 000 | 98 400 000 | 31-05-2014 | 30-11-2017 | Semestral | 3+Mai 30-Nov | 3,25% |
| Empréstimo Estado Português | 26-06-2012 | 118 283 966 | 118 283 966 | 31-05-2014 | 30-11-2017 | Semestral | 3+Mai 30-Nov | 2,74% |
| Empréstimo Estado Português | 26-06-2012 | 152 436 438 | 152 436 438 | 31-05-2014 | 30-11-2017 | Semestral | 3+Mai 30-Nov | 1,83% |
| Empréstimo Estado Português | 03-10-2012 | 206 245 814 | 206 245 814 | 31-05-2014 | 30-11-2017 | Semestral | 3+Mai 30-Nov | 1,76% |
| Empréstimo Estado Português | 03-10-2012 | 49 959 779 | 49 959 779 | 31-05-2014 | Nov-17 | Semestral | 3+Mai 30-Nov | 1,59% |
| BCP/Millennium (Ferbritas) | 17-02-1999 | 4 239 782 | 509 516 | Ago-12 | 41687 | Semestral | vereiro e agosto | Euribor 6 meses+0,875% |
| Total | | | 2 127 082 384 | | | | | |
| (1) Total considerando custo efetivo | | | 2 122 766 870 | | | | | |

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de gestão da infraestrutura

31 de dezembro de 2011

| Designação | Data de assinatura | Montante (euros) | Capital em dívida | Amortização | | | Pagamento de Juros | Taxa de Juro |
|---|--------------------|------------------|----------------------|--------------|------------|------------------|-----------------------|------------------------|
| | | | | Data inicial | Data final | Periodicidade de | | |
| Sem Aval do Estado | | | | | | | | |
| REFER Eurobond 2005/2015 (1) | 16-03-2005 | 600 000 000 | 600 000 000 | 16-03-2015 | | Bullet | 16-Mar | 4,00% |
| REFER Eurobond 2006/2021(1) | 30-11-2006 | 500 000 000 | 500 000 000 | 13-12-2021 | | Bullet | 13-Jan | 4,25% |
| Empréstimo estado português | 30-12-2011 | 474 156 385 | 474 156 385 | 31-05-2013 | 30-11-2016 | Semestral | 3+Mai 30-Nov | 6,50% |
| Papel Comercial | Várias datas | 94 731 799 | 94 731 799 | - | Mar-12 | - | Semestral/ Trimestral | 5,23% |
| Descobertos Bancários | Várias datas | 44 283 989 | 44 283 989 | - | Jul-12 | - | Trimestral | 3,227% |
| BCP/Millennium (Ferbritas) | 17-02-1999 | 4 239 782 | 838 650 | 31-08-2012 | 17-02-2014 | Semestral | fevereiro e agosto | Euribor 6 meses+0,875% |
| Total | | | 1 714 010 823 | | | | | |
| (1) Total considerando custo efetivo | | | 1 708 949 339 | | | | | |

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2012:

| Designação | Valor nominal (euros) | Capital em dívida (euros) | Justo Valor (euros) | Taxa de juro |
|-----------------------------------|-----------------------|---------------------------|----------------------|--------------|
| Eurobond 05/15 | 600 000 000 | 600 000 000 | 547 843 244 | 4% fixa |
| Eurobond 06/21 | 500 000 000 | 500 000 000 | 329 930 458 | 4,25% Fixa |
| Empréstimo Estado Português 11/16 | 232 584 427 | 232 584 427 | 228 977 918 | 2,77% Fixa |
| Empréstimo Estado Português 12/17 | 75 000 000 | 75 000 000 | 72 394 715 | 3,42% Fixa |
| Empréstimo Estado Português 12/17 | 198 400 000 | 198 400 000 | 190 519 896 | 3,25% Fixa |
| Empréstimo Estado Português 12/17 | 118 283 966 | 118 283 966 | 111 818 366 | 2,74% Fixa |
| Empréstimo Estado Português 12/17 | 152 436 438 | 152 436 438 | 140 039 482 | 1,83% Fixa |
| Empréstimo Estado Português 12/17 | 206 245 814 | 206 245 814 | 189 049 767 | 1,76% Fixa |
| Empréstimo Estado Português 12/17 | 49 959 779 | 49 959 779 | 45 545 453 | 1,59% Fixa |
| | | 2 132 910 424 | 1 856 119 300 | |

6.19 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|-----------------------------------|-------|-------------------|-------------------|
| Não correntes | | | |
| Rendimentos a reconhecer | 6.5 | 3 782 972 | 4 715 338 |
| | | 3 782 972 | 4 715 338 |
| Correntes | | | |
| Fornecedores | | 25 782 085 | 28 860 271 |
| Adiantamentos por conta de vendas | | 16 959 405 | 18 252 137 |
| Acréscimos de gastos | | 12 509 123 | 19 630 678 |
| Outras contas a pagar | | 5 957 580 | 9 417 052 |
| Estado e outros entes públicos | | 2 883 620 | 6 945 127 |
| Rendimentos a reconhecer | | 2 318 822 | 2 815 982 |
| Adiantamentos de clientes | | 78 606 | 78 606 |
| | 6.5 | 66 489 242 | 85 999 851 |
| | | 70 272 214 | 90 715 189 |

A decomposição da rubrica de **fornecedores** apresenta-se de seguida:

Unidade de medida: euro

| Fornecedores | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| Diversos | | 18 925 731 | 21 284 267 |
| Outras entidades relacionadas | 22.3. | 4 387 201 | 2 528 301 |
| Faturas em receção e conferência | | 1 852 014 | 3 981 165 |
| Retenção de garantias | | 617 139 | 787 099 |
| Entidades associadas ou conjuntamente controladas | 22.2. | | 279 438 |
| | | 25 782 085 | 28 860 271 |

A rubrica de fornecedores diversos diz respeito aos saldos de fornecedores correntes gerados pelas atividades desenvolvidas pelo Grupo.

A diminuição do valor de faturas em receção e conferência, comparativamente a 2011, deve-se essencialmente ao decréscimo da aquisição de bens e serviços.

Os **adiantamentos por conta de vendas**, no montante de 16.959 milhares de euros (18.252 milhares de euros em 2011) da qual cerca de 87% é referente ao Contrato de Promessa de Compra e Venda assinado em 28/07/2000, sobre Direito de Superfície concedido, cuja escritura ainda não se concretizou, continuando no entanto a receber-se valores referentes a este contrato. Esta rubrica inclui ainda valores já recebidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades e em relação aos quais não estão cumpridos os condicionalismos para o reconhecimento do rédito, nomeadamente os despachos de desafetação de domínio público ferroviário, dos bens em causa.

A rubrica de **acréscimos de gastos** regista as responsabilidades com férias de 2012 devidas em 2013, que representa 49% do saldo de 2012 (39% do saldo em 2011). Regista também gastos diversos de 2012 não faturados pelas respetivas entidades até final do respetivo exercício.

Inclui igualmente o acréscimo resultante dos pagamentos efetuados ao pessoal, por motivo de indemnização de rescisão de contrato de trabalho, no montante de 346.147 euros (2011: 3.233.136 euros). Estes adiantamentos resultaram de diferença temporal entre a data do processamento e o fecho do exercício em causa, dado que as respetivas datas não são coincidentes.

De seguida apresenta-se o detalhe dos saldos evidenciados como **outras contas a pagar**:

Unidade de medida: euro

| Outras contas a pagar | Notas | 2012 | 2011 |
|---|--------------|------------------|------------------|
| Diversos | | 5 957 580 | 9 416 720 |
| Entidades associadas ou conjuntamente controladas | 22.2. | | 332 |
| | | 5 957 580 | 9 417 052 |

As **Outras contas a pagar – Diversos** incluem: - Dívidas a fornecedores de investimentos, no valor de 3.101.235 euros (4.719.539 euros em 2011) onde se destacam os valores a pagar referentes à gestão de projetos de engenharia e à instalação de fibra ótica na infraestrutura ferroviária;

- Dívidas a consultores e assessores no montante de 185.204 euros (2.382.804 euros em 2011);

- Valores a reembolsar de cauções dos espaços subconcessionados no montante de 627.145 euros (568.583 euros em 2011).

- Pela aplicação do Regulamento nº 473/2010 de 6 de maio de 2010, referente ao regulamento de Melhoria de Desempenho encontra-se registado o valor de 97.873 euros (119.363 euros em 2011) referente ao prémio calculado no corrente ano e a distribuir pelos operadores;

- valores relativos ao consumo de energia que a REFER e CP faturam à REFER PATRIMÓNIO, e a subsequente imputação destes aos concessionários, no montante de 598.616 euros (449.643 euros em 2011).

O Estado e outros entes públicos detalham-se como segue:

Unidade de medida: euro

| Estado e outros entes públicos | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|------------------|------------------|
| Contribuições para a segurança social e CGA | | 1731697 | 2 083 197 |
| IRS | | 788 023 | 1 141 158 |
| IVA | | 358 978 | 3 696 467 |
| Outros impostos | | 4 884 | 24 305 |
| | | 2 883 583 | 6 945 127 |

Os saldos de IRS e Segurança Social são os correspondentes ao processamento dos vencimentos de dezembro de 2012, e foram regularizados em janeiro de 2013. A diminuição que se constata em relação a IVA, está relacionada fundamentalmente com o recebimento em duodécimos da indemnização compensatória na REFER, contrariamente ao sucedido em anos anteriores.

A rubrica de **Rendimentos a reconhecer** inclui os valores faturados no início dos contratos efetuados com operadoras de Telecomunicações e outras entidades, cujo objeto se refere a:

- Contratos de cedência, aluguer e manutenção de fibra ótica;
- Contratos de aluguer e gestão de circuitos de transmissão.

O detalhe é o seguinte:

Unidade de medida: euro

| Serviço | 2012 | | | 2011 | | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Corrente | Não corrente | Total | Corrente | Não corrente | Total |
| Fibra Ótica | 1451981 | 3 782 959 | 5 234 940 | 1564 766 | 4 715 309 | 6 280 075 |
| Tecnologias de Informação | 62 514 | 13 | 62 527 | 3 453 | 29 | 3 482 |
| Telecomunicações Ferroviárias | 10 125 | | 10 125 | | | |
| Transmissão | 1215 | | 1215 | 2 115 | - | 2 115 |
| Dados & Internet | 973 | | 973 | 745 | - | 745 |
| Voz | 61 | | 61 | 110 | - | 110 |
| Mão-de-Obra Especializada | | | | 61 | - | 61 |
| | 1.526.869 | 3.782.972 | 5.309.841 | 1.571.250 | 4.715.338 | 6.286.588 |

Os **rendimentos a reconhecer** incluem ainda 444.779 euros (595.260 euros em 2011) referente ao valor a integrar na proporção das respetivas amortizações do estabelecimento industrial de creosotagem de travessas de madeira, integrada em ativo fixo tangível em 2007; valores recebidos referentes aos contratos de concessão de terrenos, edifícios e espaços comerciais no valor de 174.910 euros (199.845 euros em 2011); de publicidade no montante de 117.323 euros (111.199 euros em 2011), e contratos de aluguer de espaços, no montante de 44.604 euros (89.870 euros em 2011).

6.20 Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi o seguinte:

Unidade de medida: euro

| Provisões | Notas | Processos judiciais | Outras Provisões | Total |
|-------------------|-------|---------------------|-------------------|-------------------|
| 01-01-2012 | | 12 380 600 | | 12 380 600 |
| Reforços | 12. | 5 709 817 | 1302 554 | 7 012 371 |
| Reversão | 12. | - 2 841340 | | - 2 841340 |
| 31-12-2012 | | 15 249 076 | 1302553,99 | 16 551 630 |
| 01-01-2011 | | 11 796 666 | 3 974 393 | 15 771 059 |
| Reforços | 12. | 1589 988 | | 1589 988 |
| Utilização | | | - 3 974 393 | - 3 974 393 |
| Reversão | 12. | - 1006 055 | | - 1006 055 |
| 31-12-2011 | | 12 380 600 | | 12 380 600 |

Os montantes registados em provisões resultam da identificação de situações em que o Grupo REFER espera que seja provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, razoavelmente estimável, seja exigida para liquidar a obrigação.

O valor total registado na rubrica de Processos Judiciais em Curso ascende a 2.868.477 euros, e compõem-se em:

- *Passivo Corrente*: o montante de 2.049.538,11 euros correspondente à melhor estimativa sobre a reclamação efetuada pelo fornecedor cujo pagamento que a RAVE entende que lhe é devido, deu origem ao depósito em consignação. No entanto, e atendendo ao princípio da prudência, aliado ao fato da RAVE se encontrar em liquidação, foi julgado mais prudente que o valor reclamado fosse reconhecido.

- *Passivo Não Corrente*: o montante de 818.938,56 euros respeitantes aos processos de relações de trabalho e a processos cíveis, referentes a acidentes e pedidos de indemnização por estragos e ocupação de terrenos, decorrentes de obras de intervenção no âmbito da atividade de melhoria e conservação de ILD's, registados na REFER;

O saldo evidenciado em Outras Provisões decorre, essencialmente, da obrigação construtiva emergente, resultante da reformulação do acordo de venda da IFERVISA, da qual resulta a assunção por parte da REFER PATRIMÓNIO de uma parte da dívida bancária da IFERVISA (975.474 euros) acrescidos de juros da totalidade do empréstimo, até à data da efetivação da venda, os quais se estimam em cerca de 201.000 euros (nota 6.15).

7. Variação da Produção

O detalhe da variação da produção é o seguinte:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|------------------|------------------|
| Produtos e trabalhos em curso | | | |
| Saldo inicial | | | 388 282 |
| Transferências para Produtos acabados | | | - 388 282 |
| Saldo final | 6.9. | 0 | 0 |
| Produtos acabados | | | |
| Saldo inicial | | 4 237 086 | 4 154 788 |
| Transferências de produtos e trabalhos em curso | | | 388 282 |
| Regularizações | | 980 605 | |
| Vendas | | - 45 443 | - 305 984 |
| Saldo final | 6.9. | 5 172 247 | 4 237 086 |
| Variação da produção | | - 45 443 | - 305 984 |

O valor registado nas vendas corresponde na sua totalidade a vendas das frações de habitação e comerciais em Sines efetuadas pela REFER PATRIMÓNIO.

Os produtos acabados incluem frações de habitação e comerciais, bem como outros imóveis, situados em Sines, que se destinam à venda.

8. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|--|-------|--------------------|--------------------|
| Utilização de infraestrutura (Tarifas) | | 68 229 895 | 58 812 359 |
| Concedente Estado-Rédito ILD | 20. | 24 927 792 | 7 198 613 |
| Gestão Imobiliária/Espaços comerciais | | 10 057 747 | 10 054 670 |
| Telecomunicações | | 8 462 168 | 8 549 122 |
| Energia de Tração | | 5 145 736 | 4 431 061 |
| Manobras/Estac. Material Circulante | | 3 463 010 | 3 541 297 |
| Capacidade Pedida Não Utilizada | | 3 028 309 | 2 448 740 |
| Serviços de engenharia transporte | | 1 745 601 | 5 017 781 |
| Tecnologias de informação | | 259 274 | 552 000 |
| Melhoria de desempenho | | 184 587 | 148 211 |
| Vendas de produtos acabados | | 165 828 | 287 381 |
| Atravessamentos | | 96 630 | 153 506 |
| Conservação de Ramais Particulares | | 75 260 | 82 535 |
| Outros serviços | | 539 384 | 678 708 |
| | | 126 381 221 | 166 743 509 |

Os montantes registados em Concedente Estado – Rédito ILD correspondem aos trabalhos internos debitados à atividade em investimento de infraestruturas de longa duração (nota 20).

Nesta rubrica encontram-se igualmente registados os rendimentos associados às prestações de serviços, faturados de acordo com o Diretório de Rede produzido em consonância com o Decreto-Lei 270/2003, alterado pelo Decreto-Lei 231/2007, e em particular a Secção III do Capítulo IV e no Regulamento 630/2011 (nota 1.1.2), destacando-se, os rendimentos por utilização das infraestruturas, ou seja, a taxa de utilização das infraestruturas ferroviárias, homologada pelo Instituto Nacional de Transportes Ferroviários e debitadas à CP, CP Carga, à Fertagus, à Takargo e à Comsa.

Com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2012 do Regulamento 630/2011, transposto para a 1ª Adenda ao Diretório da Rede de 2012, o serviço de Sistema de Informação ao Público integrou a tarifa de serviços essenciais, deixando de ser faturado no âmbito dos serviços auxiliares.

Em setembro de 2012, com a Decisão URF 1/2012, foram incluídos na 1ª Adenda ao Diretório da Rede 2013 os serviços auxiliares de Sistema de Informação ao Público comercial e Disponibilização de instalações operacionais em estações.

Esta rubrica inclui, ainda, serviços prestados pela REFER, no âmbito de manobras de circulação ferroviária em complexos ferroviários e debitados às mesmas entidades, e também fornecimento de energia de tração e estacionamento de material circulante.

O valor registado em vendas de produtos acabados corresponde na totalidade à venda de frações destinadas a comércio e serviços, integradas no prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, no Lote 13 de Sines.

Nos montantes registados em Gestão Imobiliária/Espaços Comerciais estão incluídos os valores referentes ao arrendamento de espaços, subconcessões, aluguer de estacionamento, gestão de empreendimentos e publicidade. O valor da gestão de empreendimentos corresponde à comparticipação de despesas comuns que incluem, as despesas de gestão e manutenção de empreendimentos.

A variação existente é própria das oscilações do mercado em que a REFER PATRIMONIO está inserida, não tendo carácter relevante para efeitos de relato.

No que respeita ao Serviços de Engenharia de Transporte, onde se encontram registados os montantes referentes às atividades relacionadas com o planeamento de sistemas de transportes, verificou-se um decréscimo acentuado, na ordem dos 65%, que reflete a situação conjuntural de baixa generalizada da atividade.

As telecomunicações englobam a prestação de serviços de telecomunicações convencionais ao mercado geral, as prestações de serviços de aluguer, manutenção e outros serviços associados à fibra ótica, serviços de dados e serviços de aluguer de circuitos digitais.

9. Subsídios à Exploração

Através da Resolução de Conselho de Ministros 53/2012, de 31 de maio, foram atribuídos 39.600.000 euros (2011: 36.000.000 euros), a título de indemnizações compensatórias, e que se encontram reconhecidos nesta rubrica.

10. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

| Descrição | Unidade de medida: euro | |
|--|-------------------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 |
| Subcontratos | 52 645 102 | 61044 507 |
| Eletricidade | 11441382 | 10 404 514 |
| Vigilância e segurança | 5 033 672 | 4 481 118 |
| Rendas e alugueres | 3 348 336 | 6 244 659 |
| Trabalhos especializados | 2 465 974 | 5 083 181 |
| Limpeza, higiene e conforto | 1983 417 | 1924 545 |
| Conservação e reparação | 1711999 | 1906 473 |
| Combustíveis | 1396 076 | 1620 906 |
| Royalties | 147 205 | 1497 120 |
| Seguros | 885 794 | 1411 138 |
| Transportes de pessoal | 877 728 | 938 765 |
| Água | 727 725 | 1140 301 |
| Deslocações e estadas | 441894 | 475 673 |
| Honorários | 325 557 | 626 478 |
| Outros inferiores a 300000 euros | 1755 885 | 1493 361 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 86 187 745 | 100 292 739 |

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou um decréscimo de cerca de 14% (menos 14,1M€) face ao ano de 2011, sendo que neste se encontra o impacto negativo de absorção do aumento dos gastos associados à denúncia do contrato de exploração de estações, celebrado entre a CP e a REFER. Em consequência a CP deixou de gerir um conjunto de estações na zona de Lisboa e Porto, tendo o Grupo assumido os contratos ativos e gastos inerentes.

Tendo em vista a otimização dos gastos associados à atividade de manutenção e incremento na sua eficiência e eficácia, o Grupo REFER procedeu à renegociação de alguns contratos e à contratação de serviços no âmbito de contratos substitutos com condições mais favoráveis ao Grupo e de que resultaram num decréscimo acentuado dos gastos verificados em 2011 e com impacto expressivo no corrente exercício.

Os **subcontratos** referem-se essencialmente à subcontratação dos serviços de manutenção de via, sinalização, catenária e construção civil.

A diminuição registada na rubrica de **trabalhos especializados** deve-se ao esforço pelo Grupo de internalização de serviços outrora contratados, aliado ao decréscimo da atividade de investimentos que exigiu um recurso menos significativo de gastos desta natureza.

Os **seguros** registaram um valor de 885 794 euros (decrécimo de 37%, face a 2011), resultado da otimização dos contratos no ramo da responsabilidade civil. Esta variação resultou do contexto de mudança significativa do mercado agregado à reduzida sinistralidade verificada.

10.1 Locações operacionais

A rubrica de rendas e alugueres inclui 2.245.511 euros (2.679.159 euros em 2011) relativos ao custo com locações operacionais de viaturas e 141.065 euros (247.434 euros em 2011) com locações operacionais de equipamentos administrativos.

Unidade de medida: euro

| Descrição | Inferior a 1 ano | Entre 1 e 5 anos | Total |
|---|------------------|------------------|----------|
| De acordo com contratos celebrados | | | |
| Viaturas | 1413 151 | 407 172 | 1820 323 |
| Equipamentos | 158 272 | 188 170 | 346 442 |
| Valor presente da dívida | | | |
| Viaturas | 1374 967 | 393 041 | 1768 008 |
| Equipamentos | 153 635 | 180 857 | 334 492 |

11. Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 repartem-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

| Descrição | 2012 | 2011 |
|----------------------------------|-------------------|--------------------|
| Remunerações do Pessoal | 66 967 688 | 85 646 048 |
| Encargos sobre Remunerações | 14 630 831 | 18 480 513 |
| Outros Gastos com Pessoal | 3 796 029 | 4 760 702 |
| Indemnizações | 2 020 775 | 27 638 258 |
| Seguros de acidentes de trabalho | 1645 172 | 1965 500 |
| Remunerações Órgãos Sociais | 624 788 | 670 865 |
| Gastos de Ação Social | 541442 | 619 350 |
| | 90 226 725 | 139 781 238 |

Os gastos com pessoal diminuiram 49,6M€ entre 2011 e 2012, o que equivale a um decréscimo de 35%. Grande parte desta diferença explica-se pela queda de 25,6M€ (93%) do valor das compensações relativas a rescisões por mútuo acordo (RMA).

Os **outros gastos com pessoal** abrangem, essencialmente, despesas com formação, recrutamento e a utilização de concessões de transporte.

O número médio de colaboradores ao serviço do grupo, ao longo do ano de 2012 foi de 3134 (em 2011 era de 3.644), sendo o número de efetivos a 31/12/2012 de 3.090 (3.175 em 31/12/2011).

O ano 2012 ficou marcado pela manutenção das medidas vigentes em 2011 relativas a reduções salariais e impedimento de valorizações remuneratórias, e pela suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal prevista no art.º 21º, da Lei de Orçamento do Estado 2012.

Relevam-se, ainda, os encargos da REFER com estruturas representativas dos trabalhadores (informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de junho de 1980). Para os trabalhadores envolvidos a tempo inteiro – Dirigentes Sindicais e Comissão de Trabalhadores, foram determinados encargos para a estrutura representativa dos trabalhadores, nos exercícios de 2012 e 2011 nos montantes de 85.591 euros e 126.586 euros respetivamente.

A discriminação é a seguinte:

Unidade de medida: euro

| Descrição | 2012 | 2011 |
|--|---------------|----------------|
| Retribuição mensal | 50 410 | 67 287 |
| Diuturnidades | 5 766 | 6 628 |
| Subsídios de Férias e Subsídios de Natal | 1 268 | 15 002 |
| Contribuição Patronal | 15 881 | 23 896 |
| Outros | 12 266 | 13 773 |
| Encargos com Estruturas Representativas dos Trabalhadores | 85 591 | 126 586 |

Os trabalhadores envolvidos nestas estruturas foram os seguintes:

| Descrição | 2012 | 2011 |
|---|------------|------------|
| A tempo parcial (nº médio) | | |
| Dirigentes sindicais | 144 | 175 |
| Comissão e Subcomissões | 16 | 21 |
| A tempo inteiro | | |
| Dirigentes sindicais | 5 | 6 |
| Nº de Trabalhadores envolvidos em Estruturas Representativas | 166 | 202 |

12. Provisões

Os valores referentes aos exercícios de 2012 e 2011 foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|-------------------------------|-------|------------------|----------------|
| Processos judiciais | | 2 868 477 | 583 933 |
| Outras Provisões | | 1 302 554 | |
| Provisões do exercício | 6.20. | 4 171 031 | 583 933 |

13. Imparidades

A decomposição da rubrica de imparidades é a seguinte:

31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

| Imparidades | Notas | Saldo inicial | Aumento | Reversões | Transferências | Utilização | Saldo final |
|--|-------|--------------------|------------------|-----------------|----------------|-----------------|--------------------|
| Atividade em Gestão da Infraestrutura ferroviária | | | | | | | |
| Ativos não correntes | | | | | | | |
| Propriedades de investimento | 6.2. | 127 885 | | | | | 127 885 |
| Ativos disponíveis para venda | 6.6. | 198 654 | | - 64 494 | | | 134 160 |
| Empréstimos e outras contas a receber | 6.7. | 9 002 763 | 5 052 208 | | | | 14 054 971 |
| Ativos correntes | | | | | | | |
| Inventários | 6.9. | 448 745 | | - 1674 | | | 447 071 |
| Clientes | 6.11. | 1226 944 | 203 881 | | | - 36 127 | 1394 698 |
| Outras contas a receber | 6.11. | 2 255 039 | 1613 014 | | | | 3 868 053 |
| Ativo não correntes detidos para venda | 6.15. | | 198 196 | | | | 198 196 |
| Atividade em Investimentos de infraestrutura de longa duração | | | | | | | |
| Concedente - Estado conta a receber | | 305 200 000 | | | | | 305 200 000 |
| Inventários | | 275 033 | | | | | 275 033 |
| | | 318 735 063 | 8 067 298 | - 66 168 | 0 | - 36 127 | 326 700 066 |

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

| Imparidades | Notas | Saldo inicial | Aumento | Reversões | Transferências | Utilização | Saldo final |
|--|-------|--------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|--------------------|
| Atividade em Gestão da Infraestrutura ferroviária | | | | | | | |
| Ativos não correntes | | | | | | | |
| Propriedades de investimento | 6.2. | | 127 885 | | | | 127 885 |
| Ativos disponíveis para venda | 6.6. | 198 654 | | | | | 198 654 |
| Empréstimos e outras contas a receber | 6.7. | 4 889 014 | 4 113 749 | | | | 9 002 763 |
| Ativos correntes | | | | | | | |
| Inventários | 6.9. | 262 720 | 461058 | | - 275 033 | | 448 745 |
| Clientes | 6.11. | 1242 229 | 349 763 | | | - 365 048 | 1226 944 |
| Outras contas a receber | 6.11. | 2 263 702 | | - 8 664 | | | 2 255 039 |
| Atividade em Investimentos de infraestrutura de longa duração | | | | | | | |
| Concedente - Estado conta a receber | 5.15. | 305 200 000 | | | | | 305 200 000 |
| Inventários | | | | | 275 033 | | 275 033 |
| | | 314 056 320 | 5 052 455 | - 8 664 | 0 | - 365 048 | 318 735 063 |

O movimento verificado nas imparidades dos ativos disponíveis para venda, está relacionado com a venda da FERNAVE, conforme divulgado na nota 6.6. Uma vez que a referida participação financeira se mostrava totalmente ajustada, utilizou-se a imparidade no desreconhecimento do investimento.

14. Outros Gastos

A posição consolidada da rubrica de outros gastos é a seguinte:

Unidade de medida: euro

| Descrição | 2012 | 2011 |
|---|------------------|------------------|
| IMTT | 735 202 | 2 211 984 |
| Indemnizações | 562 901 | 277 792 |
| Impostos diretos e indiretos | 468 963 | 616 559 |
| Quotizações | 285 591 | 208 429 |
| Donativos | 264 776 | 294 054 |
| Perdas em inventários | 39 207 | 128 043 |
| Dívidas incobráveis | 28 854 | 16 005 |
| Multas | 24 527 | 11 264 |
| Perdas em investimentos não financeiros | 23 549 | 568 807 |
| Gastos operacionais < 20000 euros | 503 135 | 137 319 |
| Outros Gastos | 2 936 705 | 4 470 257 |

O valor registado na rubrica do IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., inclui acertos da estimativa efetuada em anos anteriores.

Os impostos indiretos compreendem fundamentalmente o imposto do selo e taxas diversas suportadas nos anos respetivos.

Quanto aos donativos, a referir o da Fundação do Museu Nacional Ferroviário no montante de 212.500 euros (213.728 euros em 2011) e à UNICRI no montante de 20.000 euros (20.000 euros em 2011).

15. Outros Rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos operacionais respeitam a ganhos obtidos pelo Grupo com rendas de espaços comerciais e edifícios, e indemnizações de acidentes de responsabilidade de terceiros.

Unidade de medida: euro

| Descrição | 2012 | 2011 |
|---|------------------|------------------|
| Vendas diversas | 4 282 794 | 644 063 |
| Concessões de utilização e licenças | 1 039 861 | 2 303 974 |
| Venda/Cedência energia e água | 501 731 | 801 298 |
| Ganhos em inventários | 301 519 | 3 221 253 |
| Publicidade diversa | 272 072 | 22 158 |
| Telecomunicações | 136 593 | 132 985 |
| Aluguer de equipamento | 117 492 | 185 941 |
| Fundo Conservação Casa | 105 940 | 161 253 |
| Subsídios | 69 557 | 73 933 |
| Outros rendimentos inferiores a 20000 euros | 926 284 | 1 296 580 |
| Outros Rendimentos Operacionais | 7 753 842 | 8 843 438 |

As **vendas de resíduos e carril** registaram um significativo aumento em 2012, o que explica a variação da rubrica de **vendas diversas**.

A rubrica de **concessões e utilização de licenças** inclui essencialmente a concessão de utilização de infraestrutura, cerca de 37% (17% em 2011), a concessão pela utilização de parques de estacionamento, cerca de 19% (8% em 2011) e a concessão de utilização de terrenos, cerca de 12% (16% em 2011).

Os ganhos em inventários reconhecidos em 2012 são os resultantes da diferença da estimativa reconhecida em 2011.

16. Perdas e Ganhos Financeiros

A decomposição da rubrica de perdas e ganhos financeiros é a seguinte:

| Unidade de medida: euro | | | |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
| Perdas Financeiras | | | |
| Juros Suportados: | | | |
| Empréstimos | | - 256 325 662 | - 192 607 173 |
| Instrumentos financeiros derivados | | - 67 015 042 | - 75 463 959 |
| Outros juros suportados | | - 29 299 | - 673 892 |
| Variação de justo valor : | | | |
| Instrumentos financeiros derivados | 6.10. | - 276 456 | - 26 121 352 |
| Outras perdas financeiras | | - 10 827 502 | - 15 779 515 |
| | | - 334 473 961 | - 310 645 891 |
| Ganhos Financeiros | | | |
| Juros Obtidos | | | |
| Instrumentos financeiros derivados | | 51 558 353 | 83 327 575 |
| Outros juros obtidos | | 209 474 | 352 667 |
| Juros obtidos - concedente Estado | 5.14. | 185 100 802 | 125 018 463 |
| Variação de justo valor : | | | |
| Instrumentos financeiros derivados | 6.10. | 35 098 261 | 21 910 061 |
| Outras aplicações financeiras | | 18 130 | 4 393 |
| Outros ganhos financeiros | | | 183 897 |
| | | 271 985 019 | 230 797 056 |
| (Imparidades) / Reversões | 6.15. | - 1 387 184 | - 98 952 |
| Ganhos/(Perdas) da aplicação do MEP | 6.4. | - 18 871 | - 16 755 |
| Ganhos/(Perdas) Associadas e Emp. Conjuntos | 17. | - 1 406 055 | - 115 707 |
| Ganhos/(Perdas) em alienações e abates | | | - 8 372 |
| Ganhos/(Perdas) em Out. Empresas | | | - 8 372 |
| Resultados Financeiros | | - 63 894 996 | - 79 972 914 |

Os juros suportados dizem respeito a juros de empréstimos obrigacionistas, empréstimos bilaterais e a linhas de crédito de curto prazo. Inclui também os juros referentes às pernas pagadoras e prémios pagos dos swaps de taxa de juro contratados.

As Outras perdas financeiras respeitam aos encargos com a taxa de aval, imposto de selo e comissões associadas aos empréstimos obtidos.

A rubrica de juros obtidos inclui os juros obtidos em instrumentos financeiros derivados decorrentes das operações de swap (perna recebedora e prémios recebidos), outros juros auferidos em resultado de aplicações financeiras e os juros obtidos do concedente Estado (nota 5.1.4).

As variações negativas no justo valor das operações de instrumentos financeiros derivados são relevadas em Perdas Financeiras e as variações positivas em Ganhos Financeiros. O efeito líquido destas variações ascendia a 34,82 milhões de euros positivos em 2012 (4,2 milhões de euros negativos em 2011).

17. Ganhos/ (Perdas) em Associadas e Entidades conjuntamente controladas

Os ganhos e (perdas) em associadas e entidades conjuntamente controladas ascendem a 1.406 055 euros negativos (2011: 16.755 euros negativos), conforme nota 6.4.

O saldo evidenciado em (imparidades) / reversões, em 2011, compreende ainda a imparidade registada sobre o investimento na IFERVISA, face ao seu justo valor, no momento de transição desta para Ativo não corrente detido para venda (nota 6.15).

18. Imposto sobre o Rendimento do Exercício

18.1.1 Impostos diferidos ativos e passivos

Em relação a impostos diferidos passivos, não foram identificadas situações que originassem o seu reconhecimento.

No que diz respeito a impostos diferidos ativos, existem prejuízos fiscais por utilizar no valor total de 713.919.912 euros. No entanto, face à atual conjuntura económica e os orçamentos dos próximos anos, a administração não espera que venham a existir lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação das diferenças temporárias ativas.

Unidade de medida: Euro

| Imposto do exercício | Data limite de reporte | Montante |
|-------------------------|------------------------|--------------------|
| Exercício findo em 2007 | 2013 | 222 339 125 |
| Exercício findo em 2008 | 2014 | 208 952 175 |
| Exercício findo em 2009 | 2015 | 236 172 810 |
| Exercício findo em 2010 | 2014 | 45 572 502 |
| Exercício findo em 2011 | 2015 | 883 300 |
| | | 713 919 912 |

Os impostos diferidos registados encontram-se decompostos na nota 6.8.

18.1.2 Imposto sobre o rendimento do exercício

O imposto sobre o rendimento do exercício reconhecido na demonstração dos resultados compreende as estimativas do ano das diversas entidades do Grupo REFER. De seguida, apresenta-se a composição do imposto do ano.

Unidade de medida: Euro

| Imposto do exercício | Notas | 2012 | 2011 |
|-------------------------------|-------|----------------|------------------|
| Imposto corrente do exercício | | 1397 009 | 3 040 131 |
| Impostos diferidos ativos | 6.8. | - 546 327 | - 715 013 |
| Total | | 850 682 | 2 325 118 |

18.1.3 Taxa efetiva de imposto

Apresenta-se de seguida a reconciliação do imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011.

Unidade de medida: euro

| Reconciliação da taxa efetiva de imposto | Notas | 2012 | 2011 |
|--|-------|---------------------|----------------------|
| Resultados antes de imposto (1) | | - 94 032 405 | - 161 458 656 |
| Diferenças permanentes (2) --> (A) | | - 1592 263 | 11543 968 |
| Diferenças temporárias cujo imposto diferido não foi reconhecido (3) -->B | | 96 634 053 | 90 047 015 |
| Prejuízos fiscais reportáveis de períodos anteriores (4) | | - 1407 | |
| Imposto esperado (Taxa 25%) - ((1) + (2) + (3) + (4)) X 25% | | 251 994 | - 14 966 918 |
| Prejuízos fiscais reportáveis cujo imposto diferido não foi reconhecido | | 28 889 | 17 109 762 |
| Tributações autónomas | | 474 650 | 564 844 |
| Derrama | | 52 179 | 128 571 |
| Derrama estadual | | 46 640 | 115 820 |
| Diferença de taxa | | - 3 671 | 29 192 |
| Rendimento relacionado com diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas anteriormente como ativos por impostos diferidos | | | - 656 152 |
| Gasto / (Rendimento) de imposto no exercício | | 850 682 | 2 325 118 |
| Imposto corrente | | 1 397 009 | 3 040 131 |
| Imposto diferido | 6.8. | - 546 327 | - 715 013 |
| Taxa efetiva | | -0,90% | -1,44% |

As principais diferenças permanentes respeitam às seguintes realidades:

Unidade de medida: euro

| (A) - Diferenças permanentes | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|--------------------|-------------------|
| Diferenças Permanentes tributáveis | | | |
| Correcções relativas a períodos de tributação anteriores | | 183 408 | |
| Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados | | 346 147 | 3 968 403 |
| Créditos incobráveis não aceites como gastos | | | 815 665 |
| Realizações de utilidade social não dedutíveis | | 190 861 | 294 758 |
| Menos valias contabilísticas | | | 18 270 |
| Outros valores a acrescentar | | 156 660 | 7 823 108 |
| | | 2 507 076 | 13 020 202 |
| Diferenças Permanentes dedutíveis | | | |
| Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados | | 3 821 115 | 1 171 524 |
| Mais valias contabilísticas | | 220 517 | |
| Outros valores a deduzir | | 57 707 | 304 710 |
| | | 4 099 339 | 1 476 234 |
| Valor líquido das diferenças permanentes | | - 1 592 263 | 11 543 968 |

As diferenças temporárias cujo imposto diferido não é reconhecido, apresenta-se como segue:

Unidade de medida: euro

| (B) - Diferenças temporárias cujo imposto diferido não foi reconhecido | Notas | 2012 | 2011 |
|---|--------------|-------------------|-------------------|
| Variações patrimoniais | | | |
| Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º5, n.º15 e 6 do DL 159/2009, DE 13/07) | | 86 206 220 | 86 206 220 |
| | | 86 206 220 | 86 206 220 |
| A acrescentar | | | |
| Ajustamentos de saldos devedores | | 210 463 | |
| Provisões e perdas de imparidade não dedutíveis | | 10 217 369 | 4 626 183 |
| | | 10 427 833 | 4 626 183 |
| A deduzir | | | |
| Reversão de ajustamentos em inventários tributados (artº 28º, nº 3) e de perdas por imparidade tributadas (artº35º, nº 3) | | | 657 543 |
| Reversão de provisões tributadas (artºs 19º, nº 3, e 39º, nº 4) | | | 127 846 |
| | | | 785 388 |
| Valor líquido das diferenças temporárias cujo imposto diferido não foi deduzido | | 96 634 053 | 90 047 015 |

O volume de diferenças temporárias que não originam imposto diferido, respeita fundamentalmente ao facto de que a empresa mãe do Grupo (REFER) não regista impostos diferidos em virtude de apresentar sucessivos prejuízos fiscais, o que implica que eventuais diferenças permanentes nunca revertem.

Além do mais, também não existem situações de diferenças temporárias tributáveis, pois em caso de existência dessas, seriam registados impostos diferidos até à concorrência das mesmas.

19. Informação por segmentos

Conforme política contabilística descrita na nota 2.2.20, o Grupo REFER está organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades:

- Gestão da infraestrutura ferroviária (inclui o projeto da alta velocidade);
- Telecomunicações ferroviárias;
- Gestão imobiliária e de espaços comerciais;
- Serviços de engenharia e transporte.

De seguida apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Unidade de medida: euro

| 2012 | Gestão de infraestrutura Ferroviária | Telecomunicações | Gestão Imobiliária e de espaços comerciais | Serviços de Engenharia e transporte | Total |
|---|--------------------------------------|--------------------|--|-------------------------------------|----------------------|
| Rédito de vendas e prestações de serviços externo | 102 542 923 | 9 153 276 | 10 217 747 | 1262 410 | 123 176 356 |
| Resultados imputado à concessão | | 30 | | 3 204 835 | 3 204 865 |
| Rédito de vendas e prestações de serviços consolidadas | 102 542 923 | 9 153 306 | 10 217 747 | 4 467 245 | 126 381 221 |
| Subsídios | 39 600 000 | | | | 39 600 000 |
| Fornecimentos e serviços | - 74 218 402 | - 7 803 054 | - 2 429 240 | - 1737 049 | - 86 187 745 |
| Gastos com pessoal | - 77 807 679 | - 5 631 478 | - 2 239 802 | - 4 547 766 | - 90 226 725 |
| Outros rendimentos / (Gastos) | - 11 459 478 | - 4 136 320 | - 3 538 636 | - 569 725 | - 19 704 160 |
| EBIT | - 21 342 637 | - 8 417 546 | 2 010 069 | - 2 387 295 | - 30 137 409 |
| Amortizações e Depreciações | 3 100 946 | 4 136 522 | 62 813 | 390 265 | 7 690 545 |
| Imparidades | 4 978 798 | - 250 425 | 3 341 155 | - 3 903 | 8 065 624 |
| Provisões | 2 868 477 | | 1176 474 | 126 080 | 4 171 031 |
| EBITDA | - 10 394 416 | - 4 531 449 | 6 590 510 | - 1 874 854 | - 10 210 209 |
| Ganhos / (Perdas) em associadas | - 1406 055 | | | | - 1406 055 |
| Outros ganhos / (Perdas) Financeiros | - 62 455 073 | - 1470 | 21352 | - 53 750 | - 62 488 941 |
| Imposto sobre o rendimento | - 373 164 | - 976 514 | 29 450 | 469 545 | - 850 682 |
| Interesses não controlados | 11064 | | | | 11064 |
| Resultados Líquidos | - 85 565 865 | - 9 395 530 | 2 060 870 | - 1 971 500 | - 94 872 024 |
| Outras informações: | | | | | |
| Ativos do segmento | | | | | |
| Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos | 76 309 | | | | 76 309 |
| Concedente - Estado - Conta a receber | 4 814 210 104 | | | | 4 814 210 104 |
| Outros ativos | 437 021 031 | 34 404 719 | 21966 469 | 8 893 811 | 502 286 029 |
| Ativos totais consolidados | 5 251 307 444 | 34 404 719 | 21 966 469 | 8 893 811 | 5 316 572 443 |
| Passivos do segmento | | | | | |
| Financiamentos obtidos | 6 962 327 663 | | | 509 516 | 6 962 837 179 |
| Outros passivos | 188 360 327 | 12 007 795 | 5 207 867 | 1130 373 | 206 706 361 |
| Passivos totais consolidados | 7 150 687 990 | 12 007 795 | 5 207 867 | 1 639 889 | 7 169 543 541 |

Unidade de medida: euro

| Operações com segmentos (Reconciliações) | 2012 |
|---|----------------------|
| Rédito dos segmentos relatáveis | 141589 858 |
| Rédito inter segmentos | - 15 221325 |
| Outros ajustamentos | 12 688 |
| Rédito consolidado | 126 381 221 |
| <hr/> | |
| Resultados agregados | - 97 359 032 |
| Receitas/despesas intragrupo | - 2 800 000 |
| Outros ajustamentos | 5 275 944 |
| Interesses não controlados | 11064 |
| Resultados segmentais | - 94 872 024 |
| <hr/> | |
| Ativos dos segmentos | 5 346 049 885 |
| Eliminação de saldos intragrupo | - 22 671780 |
| Outros ajustamentos | - 6 805 663 |
| Ativos consolidados totais | 5 316 572 443 |
| <hr/> | |
| Passivos dos segmentos | 7 187 273 676 |
| Eliminação de saldos intragrupo | - 22 671780 |
| Outros ajustamentos | 4 941645 |
| | 7 169 543 541 |

Unidade de medida: euro

| 2011 | Gestão de infraestrutura Ferroviária | Telecomunicações | Gestão Imobiliária e de espaços comerciais | Serviços de Engenharia e transporte | Total |
|---|--------------------------------------|--------------------|--|-------------------------------------|----------------------|
| Rédito de vendas e prestações de serviços externo | 132 567 986 | 9 675 140 | 10 333 170 | 2 485 912 | 155 062 207 |
| Resultados imputado à concessão | | 62 974 | - 73 814 | 11692 142 | 11681301 |
| Rédito de vendas e prestações de serviços consolidadas | 132 567 986 | 9 738 113 | 10 259 355 | 14 178 054 | 166 743 509 |
| Subsídios | 36 000 000 | | | | 36 000 000 |
| Fornecimentos e serviços | - 84 754 572 | - 7 540 388 | - 3 517 769 | - 4 480 010 | - 100 292 739 |
| Gastos com pessoal | - 125 650 428 | - 5 953 610 | - 2 109 771 | - 6 067 429 | - 139 781 238 |
| Outros rendimentos / (Gastos) | - 39 712 036 | - 3 702 732 | - 178 147 | - 562 359 | - 44 155 274 |
| EBIT | - 81 549 050 | - 7 458 617 | 4 453 669 | 3 068 256 | - 81 485 742 |
| Amortizações e Depreciações | 3 651 028 | 3 139 037 | 106 198 | 495 803 | 7 392 056 |
| Imparidades | 4 566 144 | 350 544 | 127 885 | - 781 | 5 043 792 |
| Provisões | 667 628 | - 83 694 | | | 583 933 |
| EBITDA | - 72 664 251 | - 4 052 730 | 4 687 742 | 3 563 278 | - 68 465 961 |
| Ganhos / (Perdas) em associadas | - 16 755 | | - 98 952 | | - 115 707 |
| Outros ganhos / (Perdas) Financeiros | - 79 790 644 | - 660 | - 5 769 | - 60 133 | - 79 857 207 |
| Imposto sobre o rendimento | - 429 690 | - 1359 472 | 587 329 | - 1123 285 | - 2 325 118 |
| Interesses não controlados | 109 238 | | | | 109 238 |
| Resultados Líquidos | - 161 676 902 | - 8 818 749 | 4 936 277 | 1 884 837 | - 163 674 536 |
| Outras informações: | | | | | |
| Ativos do segmento | | | | | |
| Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos | 1407 364 | | | | 1407 364 |
| Concedente - Estado - Conta a receber | 4 833 602 035 | | | | 4 833 602 035 |
| Outros ativos | 218 128 618 | 26 771 587 | 20 443 505 | 7 107 636 | 272 451 346 |
| Ativos totais consolidados | 5 053 138 018 | 26 771 587 | 20 443 505 | 7 107 636 | 5 107 460 746 |
| Passivos do segmento | | | | | |
| Financiamentos obtidos | 6 540 080 343 | | | 838 650 | 6 540 918 993 |
| Outros passivos | 298 046 528 | 15 577 995 | 6 767 575 | 4 237 665 | 324 629 763 |
| Passivos totais consolidados | 6 838 126 871 | 15 577 995 | 6 767 575 | 5 076 314 | 6 865 548 755 |

Unidade de medida: euro

| Operações com segmentos (Reconciliações) | 2011 |
|---|----------------------|
| Rédito dos segmentos relatáveis | 182 205 776 |
| Rédito inter segmentos | - 15 592 154 |
| Outros ajustamentos | 129 887 |
| Rédito consolidado | 166 743 509 |
| <hr/> | |
| Resultados agregados | - 155 805 383 |
| Receitas/despesas intragrupo | - 7 300 000 |
| Outros ajustamentos | - 678 391 |
| Interesses não controlados | 109 238 |
| Resultados segmentais | - 163 674 536 |
| <hr/> | |
| Ativos dos segmentos | 5 160 990 984 |
| Eliminação de saldos intragrupo | - 42 892 854 |
| Outros ajustamentos | - 10 637 385 |
| Ativos consolidados totais | 5 107 460 746 |
| <hr/> | |
| Passivos dos segmentos | 6 901 364 434 |
| Eliminação de saldos intragrupo | - 42 892 854 |
| Outros ajustamentos | 7 077 175 |
| | 6 865 548 755 |
| <hr/> | |

20. Demonstração dos resultados internos efetuados para a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração

Os trabalhos internos efetuados para a atividade de investimento em ILD's, que foram reconhecidos na demonstração de rendimento integral, apresentam-se de seguida (nota 8).

Unidade de medida: euro

| Descrição | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração | | | |
| Materiais para Investimento | | 2 126 402 | 31 133 765 |
| Equipamento | | 32 782 | 37 764 |
| Mão-de-Obra | | 810 575 | 769 435 |
| Encargos de Estrutura | | 21958 033 | 40 045 173 |
| Total Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração | 8. | 24 927 792 | 71 986 137 |

A redução verificada (de 58,5 M€ em 2011 para 19,4 M€ em 2012) decorre do acentuado abrandamento da atividade de Investimento em ILD neste ano. Só na componente relacionada com os materiais aplicados em obra encontramos uma redução de 93% face ao ano transato.

Quanto aos encargos de estrutura, a sua variação está em linha com o verificado nas diversas componentes da estrutura de custos da REFER, particularmente no que diz respeito a gastos com pessoal, onde se fez sentir o efeito da diminuição de efetivos e das reduções remuneratórias, tais como a suspensão de pagamento dos Subsídios de Férias e de Natal prevista no art.º 21º da Lei de Orçamento do Estado 2012.

21. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

Na sequência das alterações introduzidas ao Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro, e da publicação das Resoluções do Conselho de Ministros n.º 16/2012 e 36/2012, foi alterada em conformidade a estrutura de remunerações dos membros do Conselho de Administração. A alteração da estrutura remuneratória não implicou alteração dos montantes a título de retribuição dos membros do Conselho de Administração, atento aos condicionalismos constantes do n.º. 21 da RCM 16/2012 e do n.º. 3 da RCM 36/2012.

REFER

Unidade de medida: euro

| Conselho de Administração | Cargo | Regime da Segurança Social | 2012 | | | |
|--|-----------------|----------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS | Desc. Patron. CGA |
| Luis Filipe Melo e Sousa Pardal | Presidente | Regime Normal | 46 613 | | 10 893 | |
| Romeu Costa Reis | Vogal | CGA | 47 629 | 267 | | 4 979 |
| Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro | Vogal | Regime Normal | 47 785 | 601 | 9 113 | |
| Carlos Alberto João Fernandes | Vogal | Regime Normal | 47 629 | 134 | 9 081 | |
| Rui Lopes Loureiro | Presidente | Regime Normal | 24 942 | 936 | 4 119 | |
| José Luís Ribeiro dos Santos | Vice Presidente | Regime Normal | 23 074 | 668 | 4 119 | |
| José Rui Roque | Vogal | Regime Normal | 21 770 | | 3 984 | |
| Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro | Vogal | Regime Normal | 21 770 | 267 | 3 984 | |
| Alberto Manuel de Almeida Diogo | Vogal | Regime Normal | 21 769 | | 4 846 | |
| Remunerações Atribuídas | | | 302 980 | 2 874 | 50 138 | 4 979 |

Unidade de medida: euro

| Conselho de Administração | Cargo | Regime da Segurança Social | 2011 | | | |
|--|------------|----------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS | Desc. Patron. CGA |
| Luis Filipe Melo e Sousa Pardal | Presidente | Regime Normal | 86 495 | 67 | 20 543 | |
| Romeu Costa Reis | Vogal | CGA | 75 495 | 535 | | 5 975 |
| Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro | Vogal | Regime Normal | 75 495 | 802 | 14 297 | |
| Carlos Alberto João Fernandes | Vogal | Regime Normal | 75 495 | 67 | 14 297 | |
| Remunerações Atribuídas | | | 312 979 | 1 470 | 49 137 | 5 975 |

As remunerações acessória são constituídas por subsídios de deslocação. Na sessão de 30 de agosto de 2012 e com efeitos a esta data, o Conselho de Ministros designou novo Conselho de Administração da REFER– Resolução n.º. 37/2012, publicada no DR 2ª. série de 10/9/2012, com a seguinte composição:

Presidente: Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vice-Presidente: Eng.º José Ribeiro dos Santos

Vogal: Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal: Dr. José Rui Roque

Vogal: Eng.º Amílcar Ferreira Monteiro

Os valores postos à disposição da Comissão de Fiscalização foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

| Entidade | 2012 | | | 2011 | | |
|--|--------------|-------------|-----------------------------|--------------|-------------|-----------------------------|
| | Valor Mensal | Valor Total | Descontos Patronais para SS | Valor Mensal | Valor Total | Descontos Patronais para SS |
| Hilário Manuel Marcelino Teixeira Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC | 7 028 | 84 337 | | 951 | 3 802 | 903 |
| | | | | 5 828 | 69 937 | |

O vogal da comissão de fiscalização, Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira, optou pela suspensão da remuneração a partir de maio de 2011, mantendo-se esta suspensão em 2012.

Os valores evidenciados a favor de Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda. assumem a forma de remuneração de trabalhos especializados. No ano de 2011 foram incluídos os valores relativos aos trabalhos efetuados nesse exercício e faturados em 2012. Os honorários deste exercício incluem, além da revisão legal das contas separadas e consolidadas, a auditoria exigida pelos normativos e regulamentos aplicáveis à REFER anteriormente efetuada pelos auditores externos.

REFER TELECOM

| Conselho de Administração | Cargo | Regime da Segurança Social | 2012 | | | |
|-------------------------------------|-------|----------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS | Desc. Patron. CGA |
| Eduardo dos Santos Pinto | Vogal | Regime Normal | 41 621 | 5 655 | 10 632 | |
| João Francisco de Sampaio Rodrigues | Vogal | Regime Misto | 39 540 | 5 783 | 3 902 | 6 687 |
| Mª Margarida Baptista Macedo Pires | Vogal | Regime Normal | 39 540 | 3 929 | 10 164 | |
| Remunerações Atribuídas | | | 120 701 | 45 367 | 24 698 | 6 687 |

Unidade de medida: euro unidade de medida: euro

| Conselho de Administração | Cargo | Regime da Segurança Social | 2011 | | | |
|--|------------|----------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS | Desc. Patron. CGA |
| Luis Filipe Melo e Sousa Pardal | Presidente | | | Não remunerado | | |
| Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas | Vogal | | | Não remunerado | | |
| Eduardo dos Santos Pinto | Vogal | Regime Normal | 45 528 | 15 817 | 10 415 | |
| João Francisco de Sampaio Rodrigues | Vogal | Regime Misto | 43 274 | 15 758 | | 11 181 |
| M ^a Margarida Baptista Macedo Pires | Vogal | Regime Normal | 43 319 | 15 872 | 9 944 | |
| Remunerações Atribuídas | | TOTAL | 132 121 | 47 447 | 20 359 | 11 181 |

A 31 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração e a Comissão Executiva tinham a seguinte composição:

Conselho de Administração:

Vogal: Sr. Eduardo dos Santos Pinto

Vogal: Eng. João Francisco de Sampaio Rodrigues

Vogal: Dra. M^a Margarida Baptista Macedo Pires

Vogal: Eng.º Fernando Luís Pereira da Costa Leal

Comissão Executiva:

Presidente: Sr. Eduardo dos Santos Pinto

Vogal: Eng.º João Francisco de Sampaio Rodrigues

Vogal: Dra. M^a Margarida Baptista Macedo Pires

A 7 de janeiro de 2013 cessou funções o vogal do Conselho de Administração Eng.º Fernando Luís Pereira da Costa Leal.

Os valores postos à disposição da Órgão de Fiscalização - Fiscal Único foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

| Entidade | 2012 | | 2011 | |
|---|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | Valor mensal | Valor total | Valor mensal | Valor total |
| Barbas, Martins, Mendonça & Associados SROC | 115 | 13 375 | 115 | 13 375 |
| | 1.115 | 13.375 | 1.115 | 13.375 |

REFER PATRIMÓNIO

Unidade de medida: euro

| Órgãos Sociais | Cargo | Regime da Segurança Social | 2012 | | | |
|---------------------------------|-------|----------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS | Desc. Patron. CGA |
| António Carlos Laranjo da Silva | Vogal | | | Não remunerado | | |
| António Simões Fragoço | Vogal | | | Não remunerado | | |
| Remunerações Atribuídas | | | | | | |

Unidade de medida: euro

| Órgãos Sociais | Cargo | Regime da Segurança Social | 2011 | | | |
|--------------------------------|---------------------|----------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS | Desc. Patron. CGA |
| Antonio Simoes Fragoço | Presidente | | | Não remunerado | | |
| Hilario Tinoco | Vogal | | | Não remunerado | | |
| Henrique Nuno Morais | Administrador Deleg | CAFEB | 19 561 | | | 5 581 |
| Remunerações Atribuídas | | TOTAL | 19 561 | | | 5 581 |

Face a 31 de dezembro de 2011 verificou-se a saída, em Setembro de 2012, por renúncia ao cargo de um dos membros dos Órgãos Sociais, o Sr. Presidente Eng.º Carlos Alberto João Fernandes, também vogal do Conselho de Administração da REFER. Esta saída ocorreu em virtude da cessação de funções de administrador da REFER.

Desta forma, a atual composição dos Órgãos Sociais é a que se segue:

- Vogal – Eng.º António Carlos Laranjo da Silva;
- Vogal - Dr. António Simões Fragoço.

Os atuais membros dos Órgãos Sociais não auferem qualquer remuneração na REFER PATRIMÓNIO, por se encontrarem em acumulação de funções, de acordo com o Decreto-Lei nº 71/2007 (estatuto do gestor publico), artigo 31º.

Até ao dia de apresentação das contas, o conselho de administração da REFER PATRIMÓNIO mantinha esta decomposição.

Os valores postos à disposição do Fiscal Único foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

| Entidade | 2012 | | 2011 | |
|--|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | Valor Mensal | Valor Total | Valor Mensal | Valor Total |
| Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC | 1 111 | 13 333 | 1 219 | 14 623 |

REFER ENGINEERING

Unidade de medida: euro

| Órgãos Sociais | Cargo | Regime da Segurança Social | 2012 | | |
|--|------------|----------------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS |
| Romeu Costa Reis | Presidente | | Não remunerado | | |
| Luis Fernando da Mata Pires | Vogal | Regime Normal | 52 257 | | 12 050 |
| Clara Manuela de Carvalho Lourenço | Vogal | Regime Normal | 19 244 | | 11 189 |
| José de Castro Cunha Alves Monteiro | Vogal | Regime Normal | 48 390 | | 9 346 |
| Rui Lopes Loureiro | Presidente | | Não remunerado | | |
| Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro | Vogal | | Não remunerado | | |
| Alberto Manuel de Almeida Diogo | Vogal | | Não remunerado | | |
| Remunerações Atribuídas | | | 119 891 | | 32 585 |

Unidade de medida: euro

| Órgãos Sociais | Cargo | Regime da Segurança Social | 2011 | | |
|-------------------------------------|------------|----------------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS |
| Romeu Costa Reis | Presidente | | Não remunerado | | |
| Henrique Jorge Cabral da Silva | Vogal | | Não remunerado | | |
| Luis Fernando da Mata Pires | Vogal | Regime Normal | 63 480 | 3 288 | 12 942 |
| Clara Manuela de Carvalho Lourenço | Vogal | Regime Normal | 60 349 | 120 | 12 305 |
| Jorge Manuel Lavaredas Francisco | Vogal | Regime Normal | 10 533 | | 1 809 |
| José de Castro Cunha Alves Monteiro | Vogal | Regime Normal | 30 049 | | 4 575 |
| Remunerações Atribuídas | | TOTAL | 164 411 | 3 408 | 31 631 |

Na assembleia geral de 30 de novembro de 2012, foi eleita a nova administração para a REFER ENGINEERING (Ex-FERBRITAS) com a seguinte composição:

Presidente: Eng.º Rui Lopes Loureiro

Vogal: Dr. Alberto Almeida Diogo

Vogal: Eng.º Amílcar Ferreira Monteiro

Os valores postos à disposição da Órgão de Fiscalização - Fiscal Único foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

| Entidade | 2012 | | 2011 | |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | Valor mensal | Valor total | Valor mensal | Valor total |
| O.Lima, N.Silva, F.Colaço, A.Coelho e L.Rosa SROC, Lda | 844 | 10 128 | 844 | 10 128 |
| | 844 | 10.128 | 844 | 10.128 |

RAVE

Unidade de medida: euro

| Órgãos Sociais | Cargo | Regime da Segurança Social | 2012 | | |
|--------------------------------------|------------|----------------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS |
| Engº Luis Filipe Melo e Sousa Pardal | Presidente | | Não remunerado | | |
| Dr. Romeu Costa Reis | Vogal | | Não remunerado | | |
| Engº Carlos Alberto Fernandes | Vogal | | Não remunerado | | |
| Engº Alberto José Castanho Ribeiro | Vogal | | Não remunerado | | |
| Remunerações Atribuídas | | | | | |

Unidade de medida: euro

| Assembleia Geral | Cargo | 2012 | 2011 |
|--------------------------------------|------------|-------------|--------------|
| | | Remuneração | Remuneração |
| Engº Luis Filipe Melo e Sousa Pardal | Presidente | 500 | 1500 |
| Dr. Romeu Costa Reis | Secretária | 250 | 748 |
| Remunerações Atribuídas | | 750 | 2 248 |

Unidade de medida: euro

| Órgãos Sociais | Cargo | Regime da Segurança Social | 2011 | | |
|--------------------------------------|------------|----------------------------------|----------------------|----------------------|------------------|
| | | | Remun. Principais | Remun. Acessórias | Desc. Patron. SS |
| Engº Luis Filipe Melo e Sousa Pardal | Presidente | | Não remunerado | | |
| Dr. Romeu Costa Reis | Vogal | | Não remunerado | | |
| Engº Carlos Alberto Fernandes | Vogal | | Não remunerado | | |
| Engº Alberto José Castanho Ribeiro | Vogal | | Não remunerado | | |

Remunerações Atribuídas

O valor registado para os elementos da Assembleia Geral dizem respeito ao pagamento de senhas de presença na Assembleia Geral de aprovação das contas de 2011, realizada a 23 de abril de 2012.

Os valores postos à disposição da Órgão de Fiscalização - Fiscal Único foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

| Entidade | 2012 | | 2011 | |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | Valor mensal | Valor total | Valor mensal | Valor total |
| Alves da Cunha, A. Dias e Associados, SROC | 1047 | 12 558 | 1386 | 16 634 |
| | 1.047 | 12.558 | 1.386 | 16.634 |

22. Divulgações com partes relacionadas

22.1 Resumo das entidades relacionadas

As entidades identificadas como partes relacionadas do Grupo REFER são as seguintes:

2012

| | Relação |
|--|---|
| Empresas Associadas e Entidade conjuntamente controlada | |
| GIL | REFER detém 33,98% capital |
| Outras entidades relacionadas | |
| IFERVISA | REFER detém 50% capital (Ver Nota 6.15) |
| CP | Relação Domínio - Estado |
| CP CARGA | Relação Domínio - Estado |

2011

| | Relação |
|--|----------------------------|
| Empresas Associadas e Entidade conjuntamente controlada | |
| GIL | REFER detém 33,98% capital |
| Outras entidades relacionadas | |
| IFERVISA | REFER detém 50% capital |
| CP | Relação Domínio - Estado |
| CP CARGA | Relação Domínio - Estado |

Como referido na nota 6.15, em 2011 a IFERVISA passou a ser um ativo não corrente detido para venda.

22.2 Saldos e transações com empresas associadas e entidades conjuntamente controladas

Os saldos com **empresas associadas e entidades conjuntamente controladas** detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

| Empresa | Notas | 2012 | 2011 |
|--|-------|----------|----------------|
| SALDOS A RECEBER | | | |
| GIL | | 0 | 0 |
| Empréstimos e outras contas receber | 6.7 | 0 | 0 |
| GIL | | | 37 696 |
| Cientes | 6.11 | 0 | 37 696 |
| | | 0 | 37 696 |
| SALDOS A PAGAR | | | |
| GIL | | | 279 438 |
| Fornecedores | 6.19 | 0 | 279 438 |
| GIL | | | 332 |
| Outros contas a pagar | 6.19 | 0 | 332 |
| | | 0 | 279 770 |

As transações verificadas com empresas associadas e entidades conjuntamente controladas, no período em análise, apresentam-se como segue:

Unidade de medida: euro

| Empresa | 2012 | 2011 |
|---|----------------|----------------|
| Investimentos e Fornecimentos e Serviços | | |
| GIL | 841984 | 909 870 |
| | 841 984 | 909 870 |
| Prestações de serviços | | |
| GIL | 40 863 | 40 863 |
| | 40 863 | 40 863 |

22.3 Saldos e transações com outras entidades relacionadas

Os saldos com **outras entidades relacionadas** detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

| Empresa | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| SALDOS A RECEBER | | | |
| CP | | 73 697 078 | 46 517 087 |
| CP Carga | | 13 874 022 | 13 443 801 |
| IFERVISA | | 197 253 | 197 253 |
| Cientes | 6.11 | 87 768 354 | 60 158 141 |
| | | 87 768 354 | 60 158 141 |
| SALDOS A PAGAR | | | |
| CP | | | 215 250 |
| CP Carga | | | 27 798 |
| ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar | | 0 | 243 048 |
| CP | | 4 289 813 | 2 485 135 |
| CP Carga | | 97 388 | 43 166 |
| Fornecedores | 6.19 | 4 387 201 | 2 528 301 |
| | | 4 387 201 | 2 771 349 |

As transações com outras entidades relacionadas ocorridas no período em análise apresentam-se de seguida:

Unidade de medida: euro

| Empresa | 2012 | 2011 |
|---|-------------------|-------------------|
| Investimentos e Fornecimentos e Serviços | | |
| CP | 6 635 813 | 7 687 644 |
| CP Carga | 72 148 | 132 501 |
| | 6 707 961 | 7 820 145 |
| Prestação de serviços | | |
| CP | 65 376 384 | 52 625 673 |
| CP Carga | 10 070 465 | 14 362 897 |
| IFERVISA | | 106 567 |
| | 75 446 849 | 67 095 137 |

22.4 Saldos e faturação emitida com entidades públicas

Os protocolos em vigor à data de 31 de dezembro de 2012, de montante mais significativo são os seguintes:

Unidade de medida: euro

| M unicipio | Descrição do Protocolo / Entidade relacionada | Faturação Emitida acumulada até 31.12.2012 | Valor em Dívida a 31.12.2012 |
|---------------------------|--|--|------------------------------|
| Saldos a receber | | | |
| Espinho | Intervenção em Espinho. Requalificação Urbana e rebaixamento de via. | 15 750 890 | 6 19 682 |
| Aveiro | Construção da Nova Estação de Aveiro - Interface Rodoviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente, Financiamento do Empreendimento | 13 350 792 | 13 350 792 |
| EP - Estradas de Portugal | Protocolo para a Gestão da Conservação de Obras de Arte objeto de exploração Rodoviária e Ferroviária | 5 730 346 | 670 415 |
| Viana do Castelo | Supressão de Passagens de Nível no Concelho de Viana do Castelo | 3 239 801 | 2 432 484 |
| Sintra | Colaboração Técnica e Financeira entre a REFER e o Município de Sintra para a construção do "Túnel de Aqualva" | 2 900 163 | 843 726 |
| Cascais | Requalificação e Dinamização do Modo Ferroviário Linha de Cascais – Troço Carcavelos/Estoril (Revisão) | 3 132 348 | 2 743 161 |
| Fundão | Infraestruturas Rodoferroviárias na Área Urbana do Fundão - 2º Aditamento | 2 922 458 | 2 922 458 |
| Coimbra | Encerramento definitivo das 21 passagens de nível no Concelho de Coimbra e respetivos caminhos de acesso | 2 708 429 | 2 708 429 |
| Ovar | Encerramento de 6 PNs no Concelho de Ovar, construção de 4 obras, e respetivos caminhos de acesso | 1 523 233 | 2 210 |
| | | 51 258 460 | 26 293 357 |

23. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

A REFER optou por não antecipar a aplicação de qualquer norma, antes da mesma ser aprovada pela União Europeia, no entanto, apresentam-se de seguida as principais alterações ocorridas neste exercício bem como as principais alterações que se preveem futuramente:

Normas e interpretações que se tornaram efetivas durante o exercício de 2012

- **Emenda à IAS12 Impostos sobre o rendimento – Regulamento (CE) N.º1255/2012 de 11 de dezembro de 2012**

Esta alteração requer que uma entidade mensure os impostos diferidos de acordo com a sua expectativa de reversão dos mesmos, que pode ocorrer pelo uso ou pela venda dos ativos, no entanto, exceciona as propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, para as quais se presume a intenção de venda, sendo permitidas exceções. *Data de Implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2012.* Esta emenda não terá impacto nas contas do Grupo, uma vez que utilizado o modelo do custo no registo das propriedades de investimento.

Normas e interpretações que se tornarão efetivas durante o exercício de 2013 e seguintes.

Normas já endossadas pela União Europeia

- **Emendas à IAS1 Apresentação de demonstrações financeiras - Regulamento (CE) N.º 475/2012 de 05 junho de 2012.**

Introduz uma nova terminologia em que a “Demonstração do rendimento integral” passará a denominar-se por “Demonstração dos Resultados e do Rendimento integral”, não impedindo que as duas anteriores demonstrações sejam preparadas separadamente, como até aqui. No entanto, são requeridos novos requisitos de divulgação, devendo as rubricas do rendimento integral ser separadas consoante as mesmas possam ou não ser recicladas no futuro para resultados. – *Data de Implementação: períodos anuais com início após 05 de junho 2012.* Os impactos no grupo serão diminutos.

- **IAS19 (Revisão 2011) Benefícios aos empregados – Regulamento (CE) N.º 475/2012 de 05 junho de 2012.**

Esta alteração introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. - *Data de implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013.* Não existem impactos no grupo.

- **Emendas à IAS32 Instrumentos Financeiros: compensação de ativos e passivos financeiros – Regulamento (CE) N.º 1256/2012 de 13 dezembro de 2012.**

Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB, a qual clarifica a expressão “deter atualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. *Data de Implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2014.* Não esperados impactos relevantes da adoção desta norma no Grupo.

- **IAS27 (Revisão 2011) Demonstrações financeiras separadas – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**

A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém apenas os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em participações financeiras quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. *Data de Implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013.* Os impactos desta norma no grupo são irrelevantes, visto que a referida norma apenas eliminou tudo o que se cingia a consolidação de contas.

- **IAS28 (Revisão 2011) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**

A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos com vista à aplicação do método da equivalência patrimonial. *Data de implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013.* A norma não altera nada de fundo no grupo.

- **IFRS1 Adoção pela primeira vez das IFRS – Regulamento (CE) N.º1255/2012 de 11 de dezembro de 2012.**

Esta alteração vem incluir uma isenção específica para os primeiros adotantes das IFRS que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias. Assim, quando a data de transição para as IFRS corresponde à data ou é posterior à data em que a moeda funcional da

entidade “normalizou”, esta pode adotar por mensurar todos os ativos e passivos detidos à data da normalização ao justo valor, na transição para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à remoção de datas nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS pela primeira vez. *Data de Implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013.* Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras do grupo.

- **IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros. - Regulamento (CE) N.º 1256/2012 de 13 dezembro de 2012.**

Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros mas não desconhecidos no balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. *Data de implementação: períodos anuais com início em ou após 01 de Janeiro de 2013* Esta alteração não têm impacto nas Demonstrações financeiras do Grupo.

- **IFRS10 Demonstrações financeiras consolidadas – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**

Substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídas na IAS27 e SIC12, alterando a definição de controlo, mantendo-se no entanto inalterado o princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única. A referida norma entrará em vigor juntamente com as IFRS11 e IFRS12. *Data de implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2013.* Esta norma poderá ter impactos relevantes nas futuras relações do grupo com as suas entidades relacionadas, uma vez que a definição de controlo passa a ser mais alargada sendo baseada fundamentalmente em três elementos: i) Poder sobre a entidade investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a investida, e iii) a capacidade de utilizar o poder sobre a entidade investida de forma a influenciar os retornos do investimento.

- **IFRS11 Acordos conjuntos – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**

Substitui a IAS31 e a SIC13, centrando-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Os acordos conjuntos podem ser: “operações conjuntas” (direitos sobre ativos e obrigações cujo o registo deve ser feito por meio da consolidação proporcional) ou “empreendimentos conjuntos (direitos sobre ativos líquidos por aplicação do método da equivalência patrimonial). Esta norma entrará em vigor juntamente com as IFRS10 e IFRS12. *Data de implementação: períodos anuais com início a 01 de janeiro de 2013.* Esta norma apresentará impactos no grupo, que poderão originar reexpressões em 2013.

- **IFRS12 Divulgação de interesses em outras entidades – Regulamento (CE) N.º 1254/2012 de 11 dezembro de 2012.**

Substitui a IAS27 e SIC12 no que às divulgações respeitam. A norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e impactos financeiros associados ao interesse da entidade. *Data de implementação: períodos anuais com início a 01 de janeiro de 2013.* Os possíveis efeitos desta na norma nas Demonstrações financeiras do grupo serão acautelados aquando da aplicação da mesma.

- **IFRS13 Justo valor: mensuração e divulgação – Regulamento (CE) N.º1255/2012 de 11 de dezembro de 2012.**

A norma tem como objetivos:

a) Melhorar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor mais precisa, pois a definição em vigor anteriormente: i) não especificava se a entidade estava a comprar ou a vender o ativo; ii) não era clara sobre o que significa liquidar um passivo, pois não fazia referência ao credor, mas a partes conhecedoras interessadas; e iii) não declarava explicitamente se a troca ou liquidação ocorria na data de mensuração ou em uma outra data;

b) Constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRS, pois historicamente os diversos requisitos apareciam dispersos por várias normas.

Data de implementação: períodos anuais com início a 01 de janeiro de 2013. Os impactos da aplicação desta norma no grupo deverão ser reduzidos.

Interpretações já endossadas

- **IFRIC20 Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície – Regulamento (CE) N.º1255/2012 de 11 de dezembro de 2012.**

Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extração imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidades adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. *Data de implementação: períodos anuais com início a 01 de janeiro de 2013.* A norma em causa não terá qualquer aplicação no grupo.

Normas pendentes de endosso

- **IFRS9 Instrumentos financeiro – Classificação e mensuração** – Esta norma visa uma simplificação da IAS39 e respeita à primeira fase da nova

norma sobre instrumentos financeiros que prevê a redução das quatro categorias agora existentes para apenas duas (custo amortizado e justo valor). Em regra todos os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo que a possibilidade do custo amortizado se limitará às situações em que a entidade detém o instrumento para receber os cash-flows contratuais e os mesmos representam valores nominais e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados. *Data de implementação: períodos anuais com início após 01 de janeiro de 2015.* Esta norma terá impactos na apresentação do grupo que de futuro serão acautelados.

24. Compromissos de investimento

O valor previsto de investimentos a efetuar em Infraestruturas de Longa Duração (ILDs) no âmbito do domínio público ferroviário e demais investimentos que não integram as ILDs (EAGs - Estruturas de Apoio e de Gestão integrando investimentos de funcionamento, estudos e outros ativos fixos) necessários ao desenvolvimento das atividades previstas, ascende a 69 milhões de euros.

Do total de investimento previsto 93% (64 milhões de euros) corresponde a investimentos em ILDs; os restantes 7% (5 milhões de euros) correspondem a investimentos em EAGs.

Unidade de medida: milhões de euro

| Programas/Projectos | Estimativa 2013 |
|---|-----------------|
| Investimento em ILD | |
| Inscritos no âmbito do PIDDAC | 64 |
| Programa de Investimentos mínimo na Rede Ferroviária Nacional | 64 |
| Não inscritos no âmbito do PIDDAC | 0 |
| Total Investimento em ILD | 64 |
| Total Investimento em EAG | 5 |
| Total Investimento REFER | 69 |

Nota: investimento a custos técnicos

25. Garantias e avales

REFER

Em 31 de dezembro de 2012, os **empréstimos que beneficiavam de aval do Estado** totalizam 2.711.877.704 euros (em 2011: 2.974.254.844 euros), conforme nota 5.5.

O total de **garantias bancárias recebidas de fornecedores** ascendia a 160.240.399 euros (em 2011: 187.407.517 euros). Estas garantias visam garantir o bom e integral cumprimento do contrato de concessão a favor da REFER, em cumprimento da legislação específica para empreitadas de obras públicas.

Em relação a **garantias bancárias recebidas de clientes/devedores**, são no montante de 9.711.758 euros (em 2011: 11.363.720 euros).

À data de 31 de dezembro de 2012, a REFER assumiu responsabilidades por **garantias prestadas a tribunais** no valor de 296.552 euros (em 2011: 171.552 euros) e **outras garantias** 2.629.092 euros (em 2011: 2.629.092 euros).

Como acionista maioritário da REFER ENGINEERING, a REFER tem subscrita carta de conforto a favor do Banco Millennium relativa a Financiamento de Médio e Longo Prazo até ao montante de 163.955 euros.

REFER PATRIMÓNIO

Em 31 de dezembro de 2012, o total de **garantias bancárias** recebidas de fornecedores ascendia a 3.016.642 euros (em 2011: 3.749.984 euros). Estas garantias estão relacionadas com os investimentos realizados pela empresa nos últimos anos, nomeadamente em Braga, Campanhã, Entrecampos, Rossio, Sines e Viana do Castelo.

Em 31 de dezembro de 2012, as **garantias bancárias** recebidas de **clientes/devedores**, são no montante de 1.157.796 euros (em 2011: 568.583 euros). Estas garantias visam garantir o bom e integral cumprimento do contrato de subconcessão a favor da REFER PATRIMÓNIO.

À data de 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha **garantias bancárias** a favor da EDP, S.A., referentes a caução para fornecimento de energia elétrica às instalações sitas no Rossio e Entrecampos, no valor total de 2.565 euros (em 2011: 4.648 euros).

REFER ENGINEERING

As responsabilidades em **garantias bancárias** em 31 de dezembro de 2012 totalizam um montante de 426.860 euros (2011: 371.276 euros), do qual 344.371 euros são referentes a garantias prestadas à REFER e à CONSULGAL.

REFER TELECOM

À data de 31 de dezembro de 2012, a REFER TELECOM assumiu responsabilidades por **garantias prestadas a tribunais** no valor de 24.448 euros (em 2011: 24.448 euros) e **outras garantias prestadas a entidades terceiras** de 377.534 euros (em 2011: 387.734 euros).

RAVE

Encontram-se ainda tituladas em nome da RAVE as garantias prestadas pela COBA – Consultores para Obras Barragens e Planeamento SA, através da Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A., no total de 449.779€, e cujo contrato subjacente foi transferido para a REFER, E.P.E. em 19 de setembro de 2011.

Esta titulação ainda não foi transferida por falta de resposta da entidade de crédito em apreço.

26. Contingências

REFER

Processos em tribunal

No final do exercício de 2012, os processos judiciais em curso, referentes a **expropriações**, atingem o valor de 1.950.381 euros (em 2011: 359.586 euros), sendo que este valor não tem reflexo a nível de demonstração da posição financeira.

Neste caso, são efetuados depósitos à ordem do tribunal onde está a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado e que ficam à guarda da Caixa Geral de Depósitos, sendo que da resolução destes processos não resulta um custo para a empresa, mas sim um investimento em infraestruturas ferroviárias. Para além destes, existem ainda outras ações relacionadas com acidentes ocorridos nas infraestruturas de que a empresa é gestora, danos provocados em propriedades alheias, mas imputáveis à empresa, e a alguns processos a decorrerem no Tribunal do Trabalho, objeto de provisão, conforme nota 6.20.

Quanto à ação contra a **REFER**, intentada pelo consórcio TeixeiraDuarte/EPOS, na sequência da rescisão, por parte da REFER, do Contrato de Reabilitação do Túnel do Rossio e divulgada em 2008 à data de elaboração deste anexo, não existem conclusões ou informação adicionais relevantes sobre este processo passíveis de influenciar as contas ora apresentadas.

Conforme nota 6.11, encontra-se a decorrer recurso hierárquico relativo a correção de IVA de 2006, uma vez que a reclamação graciosa foi indeferida, sendo expectável que a resposta à reclamação seja favorável à **REFER PATRIMÓNIO**.

A **REFER TELECOM** apresenta à data da divulgação das contas o seguinte passivo contingente: processo executivo relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado liquidado pela Refer Telecom durante o exercício financeiro de 2002, para o qual foi apresentada reclamação graciosa. O processo supra encontra-se presentemente suspenso (pelo período de vigência da reclamação graciosa), uma vez prestada garantia bancária no valor de 24.448 euros (quantia exequenda, juros, custos e acréscimo de 25%).

Subsídios

Os subsídios afetos à concessão foram atribuídos de acordo com as condições de elegibilidade aplicáveis às candidaturas respetivas, encontrando-se no entanto sujeitos a auditorias e eventual correção pelas entidades competentes. No caso das candidaturas a subsídios comunitários, estas correções poderão ocorrer durante um período de cinco anos a partir do pagamento do saldo. Tratando-se de subsídios afetos à atividade de investimento por conta do concedente, a devolução tem repercussão apenas na conta do concedente – valor a receber.

27. Eventos subsequentes

O **Grupo REFER** tem vindo a participar num empreendimento conjunto, por intermédio de uma entidade constituída para o efeito (IFERVISA) detida em partes iguais pela subsidiária REFER PATRIMÓNIO e pelo grupo privado (VISABEIRA).

Em fevereiro de 2012 foi solicitada autorização às tutelas para alienação da participação de 50% na IFERVISA, detida pela REFER PATRIMÓNIO, fazendo parte desta transação, a compra por parte da REFER do terreno de Tomar- estação de caminho-de-ferro, pelo preço de 1.400.000 euros resultante da avaliação da DGTF – Ministério das Finanças, para integração parcial ou total no domínio público ferroviário. Esta autorização foi concedida por despacho conjunto das tutelas, em 19 de novembro de 2012, tendo já sido concretizada a transação e efetuado o pagamento de 1.400.000 euros, em fevereiro de 2013,

A **REFER** iniciou em 2012 as negociações necessárias à constituição do AEIE, denominado Corredor Ferroviário de Mercadorias nº 4. Os membros fundadores deste AEIE, para além da REFER, EPE, são Administrador de Infraestructuras Ferroviárias – ADIF – com sede em Espanha e Réseau Ferré de France – RFF – com sede em França. O contrato de constituição do agrupamento europeu de interesse económico tem como base melhorar a competitividade do transporte ferroviário de mercadorias na fachada atlântica, denominado “Corredor Ferroviários de Mercadorias nº 4”.

No âmbito deste AEIE, estão previstos no plano de atividades operacional para 2013 a 2015, o valor de 170.000€ anual, atribuídos a título de participação nos gastos de funcionamento do AEIE.

Com o propósito de fortalecer a identidade institucional e corporativa das empresas que compõem o Grupo REFER foram cumpridas recentemente algumas etapas, nomeadamente a aproximação da logomarca de cada uma delas à da REFER.

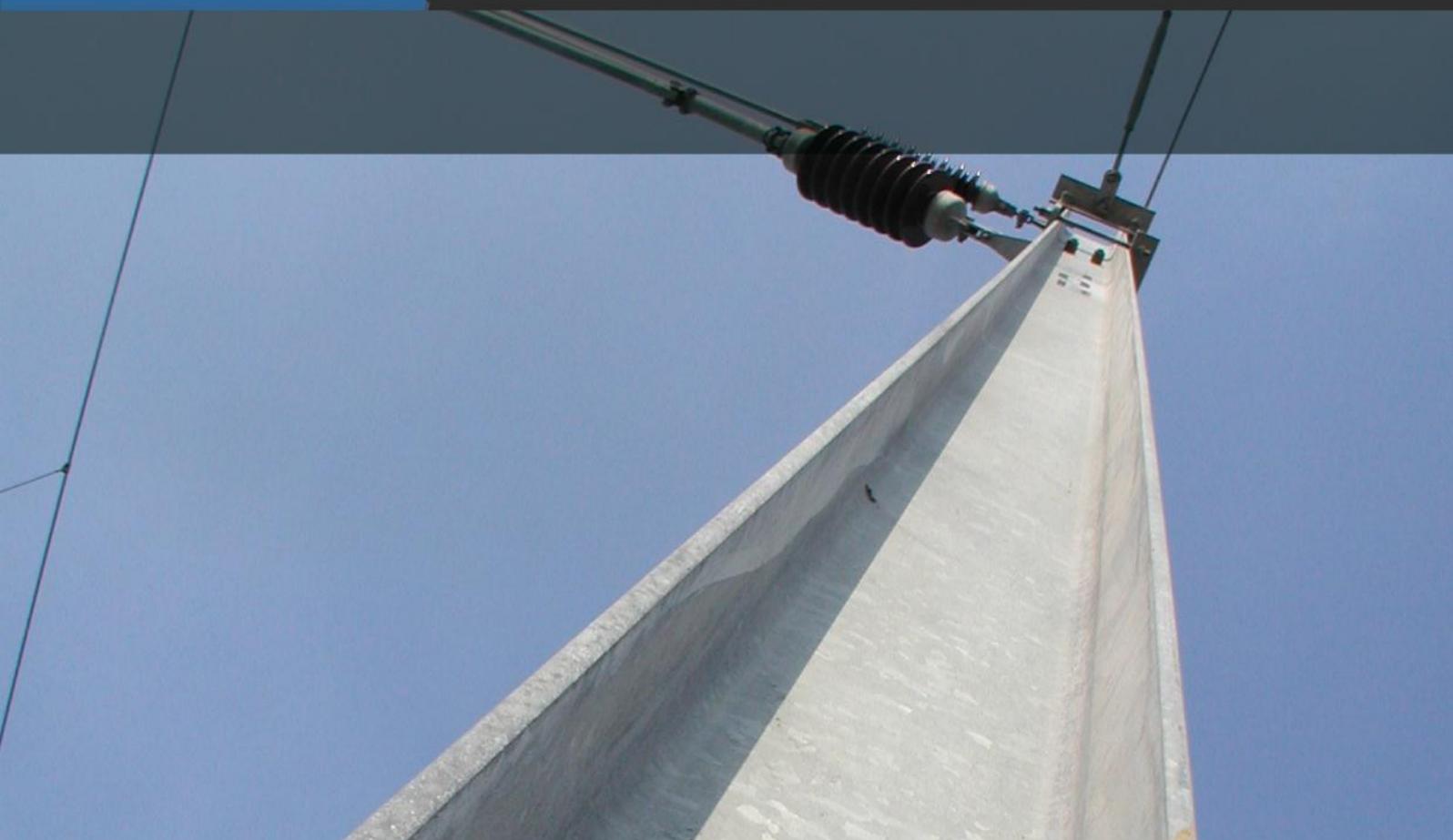
Nesta mesma lógica, foi alterada a denominação da **Ferbritas, Empreendimentos Industriais e Comerciais, SA** para **REFER Engineering, SA**, ajustando-se o objeto social à sua atividade e alinhando-a com a estratégia de internacionalização dos seus serviços, num esforço capaz de criar condições de sustentabilidade que permitam ultrapassar as dificuldades que atravessa.

Em resultado desta aposta na internacionalização, e tendo em conta os contactos entretanto estabelecidos, antevê-se que a curto prazo estejam reunidas as condições para a entrada no mercado moçambicano, existindo simultaneamente francos progressos no mercado angolano, nomeadamente ao nível de estudos e projetos, competências que reconhecidamente a REFER Engineering terá condições de desenvolver face à sua larga e comprovada experiência.

Este alinhamento das empresas do Grupo REFER, atuando numa lógica de complementaridade das suas componentes técnicas, permitirá ainda ganhar terreno no âmbito da consultoria e formação, com o desenvolvimento da Academia REFER enquanto centro de apoio ao desenvolvimento de competências e conhecimento de todo o setor ferroviário, no mercado internacional.

Para alcançar este propósito o Conselho de Administração contará com a assessoria dos técnicos mais capazes e competentes, criando um grupo de excelência, pluridisciplinar, que, cooperará de forma ativa neste processo de internacionalização.

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO DE AUDITORIA
DAS CONTAS CONSOLIDADAS ELABORADO
POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM**





CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS elaborado por auditor registado na CMVM

» INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada, contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, da **Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.**, os quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada (que evidencia um total de ativo de 5.316.572.443 euros e um total de capital próprio atribuível a detentores do capital negativo de 1.854.033.269 euros, incluindo um resultado líquido atribuível a detentores do capital negativo de 94.872.024 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios Consolidada e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas.

» RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados; e
 - f) a informação financeira prospetiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

» ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451-º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

» OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.





» **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório de Governo da Sociedade inclui elementos exigíveis nos termos da legislação aplicável.

» **ÊNFASES**

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os factos seguintes:
- a) A REFER tem vindo a acumular sistematicamente prejuízos consolidados avultados (2,3 mil milhões de euros até final de 2012) devido ao registo de elevados défices operacionais e de resultados financeiros consolidados fortemente negativos, tornando o seu capital próprio consolidado negativo no montante de aproximadamente 1,9 mil milhões de euros, em 31/12/2012, e nesta data o passivo consolidado atinge cerca de 7,2 mil milhões de euros. Assim, a capacidade da entidade (pública empresarial) prosseguir em continuidade depende unicamente dos apoios financeiros do detentor do capital (Estado português), estando em curso a adoção de medidas de racionalização da gestão e a adequação das compensações do serviço público. É de salientar o efeito positivo que se nota nos resultados consolidados a partir de 2011, na sequência da aplicação a nível do Grupo de tais medidas e das disposições restritivas constantes das leis dos orçamentos do Estado e da prossecução das orientações das tutelas, que no seu conjunto proporcionaram uma quebra significativa de gastos operacionais consolidados, contribuindo para o desagravamento do défice operacional consolidado (102 milhões de euros em 2010 e 30 milhões de euros em 2012).
- b) A empresa associada "GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A."; participada em cerca de 34% pela REFER, apresenta igualmente um capital próprio negativo (-11 milhões de euros), o qual resulta do elevado passivo desta sociedade (87 milhões de euros) face ao seu escasso rendimento (apenas de 5 milhões de euros), implicando a ajuda financeira constante dos respetivos acionistas, tendo a REFER contribuído com o valor acumulado de cerca de 14 milhões de euros totalmente ajustado por imparidade, conforme referido na nota anexa 6.7.

Lisboa, 28 de Março de 2013

Barbas, Martins, Mendonça & Associados, S.R.O.C., Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 100
(Inscrição C.M.V.M. n.º 8968)
Representada por:

Issuf Ahmad, ROC n.º 779